



## ***Portugal nos séculos XVI e XVII. Vicissitudes da dinâmica demográfica\****

**Teresa Rodrigues**

Entre finais do século XV e meados do século XVIII a população portuguesa não chegou a duplicar. O aumento demográfico do Portugal moderno pautou-se por ritmos moderados em ciclos de média e curta duração, a que correspondem avanços e recuos pontuais do número de almas. Os seus efeitos contraditórios permitem compreender a lentidão de crescimento populacional como um todo, bem como as assimetrias regionais com que se processa, o que só pontualmente difere da dinâmica que caracteriza a maioria dos Estados europeus contemporâneos.

### ***Contexto europeu***

A população europeia terá passado de 81 para 120 milhões de 1500 a 1700, o que representa um acréscimo superior a 50%.<sup>1</sup> Falamos, no entanto de um aumento descontínuo e pautado pela diversidade geográfica. A Europa de Leste ganha importância relativa, a Europa do Norte e Ocidental atingem um máximo em meados do século XVII, após o que entram em recessão. Situação mais grave experimenta a Europa do Sul e o Mediterrâneo, que continuará a ser uma zona instável.<sup>2</sup> Numa fase inicial, a crise demográfica dos séculos XIV e grande parte do seguinte foi ultrapassada em toda a Europa de forma regionalmente diversa e obedeceu a cronologias distintas, que favorecem a parte mediterrânica em detrimento do norte. Neste período o factor mais importante consiste na consolidação do modelo que regula o crescimento demográfico, marcado pela alternância de aumentos

---

\* Este texto constitui uma primeira versão sobre a história da população portuguesa nos séculos XVI e XVII, investigação realizada no âmbito do projecto POCI/DEM/57987/2004 “*História da População Portuguesa. Das grandes permanências à conquista da modernidade*”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

<sup>1</sup> BIRABEN, 1979 :13-25.

<sup>2</sup> DUPÂQUIER, 1997 : 239-261.



populacionais e anos de retrocesso. Referimo-nos ao mecanismo auto regulador, que funciona mesmo sem que dele exista uma efectiva consciência por parte das autoridades e pensadores doutrinários.

Ao iniciar-se o século XVI ainda não tinham sido repostos os efectivos anteriores à crise do século XIV, o que só se conseguirá em meados da centúria. Um novo máximo é obtido no último quartel de Quinhentos e até aos anos 20 do século XVII o crescimento é global. Depois a Europa do Sul começa a dar sinais de desaceleração, enquanto a tendência positiva se prolonga no resto do continente até meados de Seiscentos.

**Evolução da população europeia nos séculos XVI e XVII (em milhões)**

	1500	1600	1650	1700
Escandinávia	2.00	2.25	2.50	3.00
Ilhas Britânicas	5.00	6.25	7.50	9.25
Alemanha	9.00	12.00	11.00	13.00
França	15.00	18.50	21.00	22.00
Península Ibérica	7.75	10.50	9.25	10.00
Itália	10.00	12.00	11.00	13.00
Europa Central	8.25	10.25	9.50	11.00
Polónia	4.00	5.00	5.50	6.00
Rússia europeia	12.00	15.00	17.00	20.00
Balcãs	4.50	6.00	6.00	6.25
<b>TOTAL</b>	<b>81,0</b>	<b>100,0</b>	<b>105,0</b>	<b>120,0</b>
<b>Regiões</b>				
% Norte e Ocidente	45.0	43.8	46.7	46.9
% Sul	27.5	28.5	25.0	24.4
% Este	27.5	27.7	28.3	28.7

Fonte: C. Mac Evedy e R. Jones, *Atlas of World Population History*

Podemos falar de um longo século XVI, datável entre 1480 e 1620. Crescimento que não é muito elevado em si mesmo (0,20 a 0,27% ao ano<sup>3</sup>), mas sim quando comparado à época medieval. No Mediterrâneo a taxa de crescimento anual é três vezes superior à média europeia, atingindo 0,70%. Esse processo foi baseado e suportado pelo aumento da produção e das trocas económicas e por vezes coincidiu com um alargamento geográfico, como no caso russo, onde o povoamento avança para zonas escassamente habitadas. A dinâmica positiva coincide e sustenta a emigração além Atlântico, mais significativa na Península Ibérica, mas não negligenciável enquanto fenómeno global europeu. Estamos ainda na fase de

<sup>3</sup> Segundo estimativas mínimas de MAC EVEDY, 1978; e máximas de BIRABEN, 1979 :13-25.



sistematização de resultados para as diferentes regiões,<sup>4</sup> embora estejam inventariados os factores relevantes, de cuja conjugação resultam novas formas de aumento populacional. Os níveis de natalidade mantiveram-se altos, ultrapassando 50‰ em certas zonas rurais, e não existem vestígios de restrição voluntária dos nascimentos. O mesmo acontece com a nupcialidade, forte embora sujeita a flutuações conjunturais e práticas distintas. A percentagem de celibatários tende a diminuir, reduzindo-se de 10% para 5-6%, enquanto baixa a idade média ao casamento, com influência nos níveis de fecundidade. O ritmo de segundos casamentos é intenso, favorecendo a ocorrência de novos nascimentos, embora também reflecta o ciclo de vida curto e a reduzida esperança média de vida, regulada por altos níveis de mortalidade quotidiana e o impacto negativo das crises de mortalidade.

A estreita ligação entre população e conjunturas económicas remete-nos para a fase seguinte, marcada pela estabilização ou mesmo recuo. Após 1620 e até final do século a crise instala-se. O crescimento, quando existe, é reduzido, de 0,12 a 0,18% ao ano.<sup>5</sup> Algumas zonas do centro da Europa são devastadas, a ponto de nelas surgirem vazios demográficos. A instabilidade política e religiosa conjuga-se com os efeitos da emigração extra europeia e as lutas dos Impérios. Conjunturas económicas desfavoráveis fazem do século XVII um período de estagnação populacional. A crise não apresenta os contornos catastróficos de finais da Idade Média, porque tem outro tipo de causas directas. Mesmo as pestes já não matam tanto. A morte deixa de ser fulminante e a subnutrição substitui a fome. O movimento geral desfavorável resulta da conjugação de fomes, epidemias e guerras, que provocam perdas tão numerosas quanto a crise do século XIV, porém menos perceptíveis. Em 1700 o território da futura Alemanha tinha menos habitantes que em 1600. A Guerra dos Trinta Anos e o abandono dos campos abriu caminho à fome, a que se junta a peste e sobretudo o tifo, mal típico dos exércitos. No Mediterrâneo e sul da Europa as perdas devidas a peste foram maiores.

<sup>4</sup> Vejam-se as sínteses relativas às Ilhas Britânicas, Países Escandinavos, Holanda, França, Península Ibérica, Itália, Alemanha, Europa Central, Rússia, Polónia e Balcãs, in BARDET e DUPÂQUIER, Vol.I, 1997.

<sup>5</sup> Estimativas mínimas de MAC EVEDY, 1978; e máximas de BIRABEN, 1979 :13-25.



Entre 1590 e 1650 a população espanhola desce de 9 para 6 milhões.<sup>6</sup> A conjuntura de crise estende-se até 1717. A Península Itálica descrece 10% na 1ª metade de Seiscentos devido à peste, que afecta com especial intensidade Veneza, Pavia, Génova e explica o declínio na importância comercial da região. Inglaterra e Países Baixos foram pólos privilegiados, mantendo-se atractivas em termos económicos, o que angaria imigrantes e significa que mesmo quando assoladas por peste ou epidemias tiveram capacidade de recuperação.

As 20 grandes cidades da Europa (1500-1700)

100 000 + hab.	1500	1600	1700
<b>Paris</b>	225	250	530
<b>Constantinopla</b>	200	700	700
<b>Nápoles</b>	125	275	207
<b>Andrinopla</b>	125	160	93
<b>Veneza</b>	115	151	144
<b>Milão</b>	104	119	124
50-100 000 hab			
<b>Gant</b>	80	31	49
<b>Lião</b>	80	90	71
<b>Ruão</b>	75	70	68
<b>Florença</b>	70	65	69
<b>Granada</b>	70	110	70
<b>Lisboa</b>	70	110	188
<b>Praga</b>	70	100	58
<b>Génova</b>	62	70	67
<b>Londres</b>	60	187	550
<b>Bolonha</b>	55	63	63
<b>Salamanca</b>	50	144	80
<b>Valência</b>	50	86	45

Fonte: T. Chandler e G. Fox, *3000 years of Urban Growth*, Academic Press, 1974

Esta dinâmica é uma constante nas grandes cidades modernas, que crescem porque a imigração colmata os saldos negativos do crescimento natural.<sup>7</sup> Assim se deve entender o crescimento urbano seiscentista. Segundo Paul Bairoch, cuja obra continua a servir de referência nesta matéria, em 1500 existem 8,39 milhões em cidades com mais de 10 mil habitantes; 11,6 milhões em 1600; 13,2 em 1700. A taxa de urbanização terá subido de 10,7 para 11,8% entre 1500 e 1700, mas as variações estão longe de ser regulares no tempo e no espaço. O sul continuará a ocupar lugar

<sup>6</sup> Para a história da população espanhola veja-se NADAL, 1988.

<sup>7</sup> Crescimento natural resulta da diferença entre o número total de Nascimentos e de Óbitos, num determinado ano ou período.



destacado no que respeita às grandes cidades de importância estratégica e comércio marítimo internacional, mas elas crescem menos que as suas congéneres de outras regiões.<sup>8</sup> Entre 1500 e 1700 estima-se que a percentagem de população a residir nas grandes cidades europeias, com 100 mil ou mais residentes, duplique ou quase na Europa do Norte e Ocidente e na parte leste (no primeiro caso passa de 6 para 13%; no segundo de 3,8 a 6,7%), enquanto a sul se fica por um aumento de 9,7 para 11,7%. A tabela das vinte maiores cidades em 1500 e respectiva evolução evidencia a diversidade de cronologias e dinâmicas que iremos encontrar até finais do século XVII. A vitalidade das grandes cidades contrasta com as mais modestas. Com efeito, a percentagem dos que vivem em cidades de pequena dimensão (com menos de 50 mil habitantes) quase não aumenta. As cidades médias (50 a 100 mil residentes) crescem mais, embora menos que as do escalão superior. Na Europa de leste a variação é muito significativa. A tabela dá conta destas diferentes progressões em 52 casos:

Dimensão	1500	1600	1700
- 20000	11	8	3
20000 - 50000	14	18	19
50000-100000	12	12	17
100000 +	6	13	13
desconhecida	9	1	0
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>52</b>	<b>52</b>

Fonte: T. Chandler e G. Fox, *3000 years of Urban Growth*, Academic Press, 1974

Parte destas dinâmicas regionais são explicadas pelos fenómenos de mobilidade. O século XVI foi o grande século das migrações: internas, sazonais, de fuga à peste, à guerra e às perseguições religiosas, de saída intercontinental. O continente é varrido por deslocamentos populacionais. Incentivos económicos justificam o grosso dessa mobilidade, mas também a procura de segurança e alimento. Os centros urbanos são pólos de atracção, sendo certo que a esmagadora maioria dessas deslocamentos se efectua num

<sup>8</sup> BAIROCH, 1985 (cit. in BARDET e DUPÂQUIER, Vol.I, 1997: 254-261).



raio não superior a 10Km<sup>2</sup> relativamente ao local de naturalidade.<sup>9</sup> Migrações sazonais, algumas marítimas, tornam-se comuns, com durações médias entre 3 semanas e 2 meses, empregues na faina agrícola, piscatória, ou outro trabalho temporário. Se a estas migrações sazonais e temporárias juntarmos as realizadas com carácter mais definitivo, veremos que na Europa moderna as migrações para áreas rurais, nomeadamente com objectivos de povoamento ou repovoamento, também tiveram alguma importância. No entanto são os centros urbanos que polarizam este fenómeno e mesmo a emigração intercontinental.<sup>10</sup> Das cidades também se sai para casar, para regressar no fim de vida às terras de origem, para procurar melhores condições noutra cidade. As migrações entre cidades de dimensão equivalente ou distinta fazem-se como resposta a ofertas de trabalho especializado e também envolvem os mais pobres dos pobres, os endividados, gente faminta e sem sustento, que nelas engrossa as fileiras dos vagabundos e vadios.

Jean Pierre Poussou<sup>11</sup> faz uma proposta de sistematização do fenómeno, que subdivide em 3: a) migrações urbanas, que sustentam a dinâmica urbana, sobretudo das capitais políticas (Londres, Madrid, Paris) e económicas (Sevilha, Hamburgo), onde predomina uma migração de pobreza que os residentes urbanos olham com desconfiança e tentam controlar; b) a mobilidade decorrente da empresa dos descobrimentos e povoamento dos impérios português e espanhol, que cresce até meados de Seiscentos, para se reduzir no caso espanhol<sup>12</sup>, mas que se mantém mais elevada e com tendência para aumentar nos finais do século XVII em Portugal. Nesta época há ainda que contar com os ingleses e escoceses, que partem para a Irlanda, a América, as Antilhas e outros destinos<sup>13</sup>; c) as expatriações forçadas, em momentos de crise política e por motivações religiosas: expulsão dos judeus

<sup>9</sup> A percentagem de 75% é apontada com base na análise das naturalidades dos nubentes registadas nos assentos de casamento realizados nas aldeias da Europa. (BARDET e DUPÂQUIER, Vol.I, 1997 : 269-274).

<sup>10</sup> BRIÈRE, 1990 (in BARDET e DUPÂQUIER, I, 1997: 279-280).

<sup>11</sup> POUSSOU, 1997 (in BARDET e DUPÂQUIER, .I, 1997: 262-286).

<sup>12</sup> Para Castela estimam-se médias anuais de 2580 no século XVI, de 3800 na 1ª metade de XVII e 2000 na 2ª metade (até 1820). Envolveu 440 mil indivíduos entre 1500 e 1650. (POUSSOU, 1997 (in BARDET e DUPÂQUIER, I, 1997: 265)

<sup>13</sup> Entre 380 e 450 ingleses e escoceses terão saído entre 1550 e 1700 para a América e Antilhas, 70 mil para a Irlanda. Acresce a presença escocesa na Polónia (30 mil) e de irlandeses ao serviço do exército espanhol. (POUSSOU, 1997 (in BARDET e DUPÂQUIER, I, 1997: 265).)



de Espanha em 1492, expulsão quatro anos depois de Portugal, grande dispersão de seguida<sup>14</sup>; 80 mil mouros expulsos de Granada em 1570 e de 300-350 mil convertidos até 1614, tendo como destino maioritário o Magreb; vítimas das guerras entre católicos e protestantes (mais de 100 mil), da Guerra dos Trinta Anos (dezenas de milhares/ano), do avanço turco na Áustria e Hungria até 1683.

Toda esta mobilidade decorre num ciclo de vida curto e instável, com durações médias de vida que se estimam entre os 25 e 35 anos, sendo possível que tenham chegado aos 40 no período mais favorável. Este aumento é, aliás, apontado como explicação plausível para o crescimento observado durante a maior parte do século XVI. A mortalidade mantém o seu modelo em U, com uma ligeira vantagem feminina. Até 1700, a Taxa de Mortalidade Infantil rondava 150-350‰ e 40 a 50% dos nascidos não completava 5 anos de vida, o que reflecte a fragilidade humana. Ainda assim, a esperança de vida à nascença era superior na Europa do norte e do ocidente e também nos campos. A mortalidade diferencial era mais visível nos centros urbanos, regrada por níveis de vida muito diversos e em estreita dependência com as condições de salubridade. Em Génova, por exemplo, 18 anos separava a esperança média de vida dos nobres da dos artesãos. Aos 30 anos de idade as disparidades rondavam os 6 anos. Quando os níveis de mortalidade geral diminuem na 2ª metade de Seiscentos, os grupos mais humildes pouco beneficiam.<sup>15</sup> A probabilidade de morte de uma criança podia triplicar em função da família de origem, sobretudo quando as mães trabalhavam ou se praticava o envio dos recém nascidos para o campo. Nas aldeias as diferenças entre grupos de pertença eram menores nas primeiras idades, mas crescem a partir dos 10 anos e aos 30 rondam 5 anos. Ou seja, a partir da idade adulta, a mortalidade diferencial existe independentemente do local de residência, mas continua a ser influenciada pelo estilo de vida e regime alimentar dos diferentes extractos sociais.<sup>16</sup>

No século XVI a população europeia aumentou em consonância com maiores probabilidades de sobrevivência, num contexto de manutenção de

<sup>14</sup> Para o Império Turco, Magreb, Europa do Norte, Itália e alguns para França.

<sup>15</sup> PERRENOUD, 1997: 287-307.

<sup>16</sup> VEIGA e MOREIRA, 2005:145-169.



níveis de natalidade e fecundidade. O número médio de filhos por mulher estaria próximo de 6. Não obstante, algumas são as limitações ao crescimento directamente ligado à fecundidade. Desde logo as elevadas percentagens de celibato feminino e idades tardias de casamento, que actuavam como factor de limitação dos nascimentos, num contexto de ilegitimidade muito baixa (1%). A ilegitimidade mantém níveis baixos, embora com tendência a um ligeiro aumento. Regista níveis superiores no sul da Europa<sup>17</sup>, mas o resultado nas dinâmicas demográficas finais é atenuado pela maior prevalência de concepções antes do casamento em zonas como França, Alemanha ou Inglaterra.<sup>18</sup> Parece positivamente correlacionada com a idade média de casamento (quanto mais tardia, maior a percentagem de ilegítimos) e negativamente com a percentagem de celibatárias (quanto maior o seu número, menor o total de nascimentos ilegítimos):

	<b>Tx. Ilegitimidade (%)</b>	<b>Concepções pré-nupciais (‰)</b>	<b>Celibato Definitivo de Mulheres (‰)</b>
<b>2ª met. Séc. XVI</b>	23,7	310	64
<b>1ª met. Séc. XVII</b>	24,2	230	205
<b>2ª met. Séc. XVII</b>	14,2	160	229

Fonte: Jean-Pierre Bardet, Fecondité et Natalité, in *Histoire des Populations de l'Europe*, dirig. Jean Pierre Bardet e Jacques Dupâquier, Fayard, Paris, Vol.I, 1997, p.337.

Os casamentos duram pouco, dada a curta esperança média de vida. Mesmo que o casal sobreviva, 40% dos 5 a 6 filhos nascidos morrem antes da idade de casar. A probabilidade de morte é maior nas famílias com muitos descendentes. Um estudo realizado por J.P. Bardet adianta conclusões interessantes sobre o modelo de fecundidade, designadamente através da comparação de casais migrantes e não migrantes, na componente urbana e rural.<sup>19</sup> As mulheres casam tarde, aos 25 anos, mantendo taxas de fecundidade elevadas nos primeiros anos de casamento. Os valores máximos ocorrem até aos 30 anos. Quanto mais tardio o casamento, maior a probabilidade dos nascimentos se prolongarem até idades mais avançadas. O número de mulheres casadas sem filhos é mínimo, tal como o intervalo

<sup>17</sup> FLINN, 1981.

<sup>18</sup> LASLETT, 1977.

<sup>19</sup> Com base na reconstituição de casais formados entre 1680 e 1740 em 14 aldeias e uma pequena cidade da Normandia. (BARDET, 1997 : 321-327).



entre o casamento e o nascimento do primeiro filho. Aliás, os intervalos inter genésicos aumentam à medida que ocorrem os nascimentos na família, o que indicia o recurso a medidas de limitação de nascimentos, designadamente através do aleitamento até idades tardias.

As doutrinas da população estão muito ligadas às circunstâncias históricas da época em que surgem. O ciclo curto de vida, a consciência da vulnerabilidade do homem face às condições do meio mantém-se nos séculos da modernidade. Em paralelo, a sucessão de conjunturas adversas durante grande parte do século XVII explica o discurso teórico populacionista, no momento em que os pensadores da população se emancipam das doutrinas da Igreja. A secularização dos assuntos temporais e o reconhecimento do primado do económico sobre o moral são tónica dominante até Malthus. Não existe necessidade de restringir o crescimento populacional, porque ele é reduzido, embora se acentue o cuidado em encontrar a relação perfeita entre Homem e Ambiente, na linha da teoria platónica do óptimo populacional. O populacionismo, forma demográfica das doutrinas mercantilistas, manter-se-á até ao século XVIII. Regressa-se ao indivíduo, como meio de afirmação do poder do Estado.<sup>20</sup>

### ***Portugal: o problema da quantificação***

Os avanços da mentalidade quantitativa<sup>21</sup> surgem directamente ligados ao nível de estruturação institucional e poder de centralização. Em Portugal, “a obsessão pelo número, a tentativa de representar a realidade em termos quantitativos (...) constitui um velho impulso administrativo, que evoluiu ao sabor da mentalidade e da gradual complexificação do poder. Convencionar e categorizar são pressupostos implícitos em todo o acto estatístico e, nessa medida, surgem como função de problemas vividos, pressentidos ou, de qualquer forma, questionados pela administração. Quantificar foi, nesta linha, uma forma de apreender o real, de o tornar cognoscível e operatório”<sup>22</sup>, de obter indicadores suficientes para a tomada de decisões em diferentes áreas.

---

<sup>20</sup> VIDAL, 2001.

<sup>21</sup> VEIGA, 2004: 28-35.

<sup>22</sup> SOUSA, 1995:18-19.



Uma nova forma de ver a realidade desponta em Portugal, coincidente com a construção do Estado e o desenvolvimento da economia de mercado, de que é causa e consequência.<sup>23</sup> A afirmação do Estado nos séculos XV e XVI fez-se à revelia dos laços de dependência pessoal, que progressivamente cedem lugar a formas de organização institucional. Este processo pressupõe o controle permanente das populações em sectores específicos da teia socioeconómica vigente e o recurso à quantificação e ao tratamento sistemático de dados. Uma das questões mais relevantes prende-se com o propósito de assegurar meios financeiros e humanos suficientes e facilmente recrutáveis em caso de conflito militar. Torna-se também forçoso agilizar mecanismos operacionais de tributação, que permitam um melhor controlo da sociedade de ordens e privilégios e forneçam os recursos indispensáveis às novas instituições administrativas e de política externa estatal. O principal desafio consistirá na generalização de impostos pessoais e regulares.<sup>24</sup> Esta nova realidade implicou o gradual desaparecimento das formas de tributação de origem medieva, como os pedidos e empréstimos solicitados a título extraordinário, os quais, no entanto, continuam a existir até bem entrado o século XVI.

A contabilidade central e local dos organismos da coroa complexificase, e torna-se indispensável ao regular funcionamento das suas hierarquias burocráticas e diferentes instituições, dos armazéns às vedorias, capitánias, tribunais e outros. Por seu turno, o incremento gradual da circulação de moeda e transacções, do crédito e aplicações financeiras, foram determinantes para os avanços presenciados nas formas de organização do mercado e vulgarização da prática quantitativa no quotidiano. Os acervos documentais referem quantidades, preços, custos, mais-valias, *stocks* de moeda, o que prenuncia uma nova mentalidade.

À medida que avança o século XVI, a condução dos negócios públicos e privados e também da esfera política ganha força, por se apoiar em fundamentos estatísticos mais frequentes e progressivamente elaborados. Mais importante que o recurso a dados numéricos, tratava-se agora de os

<sup>23</sup> GODINHO, 1981: 30-35.

<sup>24</sup> Como as sisas, as dízimas e os réditos alfandegários.



analisar e, a partir deles, definir volumes e formas de acção. Em meados do século tem-se consciência da mais-valia obtida na recolha intencional de elementos quantificáveis, efectuada de acordo com normas que se pretendem rigorosas e objectivas, indispensável à tomada de decisão. O Estado torna-se burocrático e mercantil, reforçando-se a importância do número e da contabilidade, mau grado a persistência de entraves não negligenciáveis ao nível das estruturas sociais. Data de 1502 a tentativa de uniformizar em termos nacionais pesos e medidas. Em 1505 efectua-se o arrolamento sistemático das capelas, hospitais e albergarias do Reino. Em 1516, o *Regimento e Ordenações da Fazenda* estabelece normas de contabilidade pública, em moldes verdadeiramente inovadores.<sup>25</sup>

No Portugal moderno consolida-se o desejo de rigor e previsão. Mas foi necessária a política seguida por Dom João II, possível pelos rendimentos da Mina e dos tratos africanos, para que no primeiro quartel do século XVI, já com Dom Manuel, se criasse uma ordenação sistemática e inovadora do aparelho público. Produção estatística e afirmação régia surgem intimamente ligados. A importância da contabilidade na precisão dos réditos e na previsão necessária ao funcionamento da *coisa pública* explicam o sucesso das operações estatísticas. Torna-se imprescindível apurar atempadamente receitas e despesas. A avaliação dos recursos da Coroa torna-se regular, possível pela cuidadosa inventariação dos rendimentos dos vários organismos e a realização anual de orçamentos gerais e parcelares, de que se conhecem múltiplos exemplos desde o primeiro quartel de quinhentos.<sup>26</sup>

No século XVI o crédito torna-se parte integrante da gestão normal dos negócios e vulgarizam-se as transacções comerciais que a ele recorrem, o que reflecte uma noção muito diferente da subjacente aos empréstimos e pedidos do passado. Também a questão da dívida pública reflecte uma nova realidade, que não é portuguesa, antes europeia. Em 1500 Dom Manuel vende pela primeira vez tenças de juro e herdade, para poder suportar financeiramente a expansão marroquina. A partir dos anos 20 estrutura-se a

<sup>25</sup> GODINHO "Finanças Públicas e Estrutura do Estado", in *Dicionário de História de Portugal*, vol.III, Figueirinhas, Porto, 1981: 20-40.

<sup>26</sup> Embora já existissem na centúria anterior. Conhecemos os orçamentos gerais de 1526, 1527, 1534 e 1557. Desde meados de XVI efectuaram-se orçamentos específicos para o Estado da Índia.



dívida pública flutuante, sob a forma de empréstimos, contraído por letras de câmbio, principalmente sobre Antuérpia e as feiras de Medina del Campo. Realizam-se as primeiras operações de consolidação da dívida. São inúmeras as provas de conhecimento e utilização estatística ligada às finanças e comércio, sobretudo ultramarino e internacional. Mas, ao mesmo tempo, continua-se a recorrer a pedidos de contribuição extraordinária, como acontece em 1502, 1525, 1535, 1544 e 1563.

Fruto da nova concepção de tempo, de espaço e de mentalidade crescem em número e qualidade as descrições e corografias, que muito contribuíram para o melhor conhecimento da realidade. De âmbito geográfico diverso e com informações só ocasionalmente coincidentes, nelas se incluem dados de carácter socioeconómico e populacional. Aponta-se o volume total de fogos, por vezes moradores, vizinhos ou almas, montantes de produção agrícola, réditos fiscais e alfandegários, volume de transacções em feiras e mercados, privilégios locais e informações de foro religioso e patrimonial.

Não obstante, durante o século XVI, o poder central, embora desejoso de conhecer o território que lhe pertence, parece incapaz de promover a descrição geral do Reino. Só por ocasião do cerco ao Império luso-espanhol já no século XVII, se irá perceber a vantagem de avaliar com o maior rigor possível. O desenvolvimento dos trabalhos estatísticos intensifica-se no período de dominação filipina. Realizam-se novos orçamentos de Estado em 1588 e 1589, avaliam-se as riquezas do Império em 1593 e em 1607. Continua-se a dedicar grande atenção aos tratos ultramarinos, nomeadamente à constituição das frotas e ao movimento marítimo.<sup>27</sup>

No que se refere a população crescem em número e qualidade as listagens efectuadas a partir de finais de Quatrocentos, algumas inseridas em obras descritivas de cidades e vilas<sup>28</sup>, que culminam no numeramento de 1527-1532. A força do poder continuará dependente do total de súbditos. Como referimos, o forte pendor quantitativo de algumas tributações e a utilização maciça de homens nos exércitos constituíram factores

<sup>27</sup> Possuímos listagens de navios apresados, com a sua rota e respectiva carga, o total de embarcações das armadas da Índia, respectiva tonelagem e carregamento, número de tripulantes e artilharia.

<sup>28</sup> Veja-se MAGALHÃES, 1985: 15-56.



determinantes no processo de modernização, a partir do momento em que como tal foram entendidos pelos grupos dirigentes e assimilados nas suas políticas futuras. Neste sentido se compreendem algumas vozes dissonantes sobre as vantagens da empresa expansionista, apontada como principal responsável pela falta de gente e causa dos problemas da sociedade portuguesa. Esta temática torna-se recorrente no século XVII.<sup>29</sup>

Quanta era, de facto, a população residente em Portugal? As descrições, corografias e outras fontes onde se referencia o número de fogos e almas apenas permitem criar uma ideia parcelar sobre o número de indivíduos. Conhecer o seu número exacto não constituía o objectivo único, nem mesmo principal, das contagens, embora surjam de forma mais organizada que no passado. A documentação relativa a pedidos e impostos extraordinários contribuiu para esse conhecimento, porque a sua efectivação implicava a listagem das famílias tributáveis e respectivas rendas. O mesmo acontecia quando se tornava necessário justificar junto da administração central a criação de novos lugares de oficial. Embora os valores mencionados sejam meras ordens de grandeza, o facto de se irem tornando frequentes e realizados em datas não coincidentes com ocasiões de arrolamento geral, ajudam-nos a recriar tendências prováveis da dinâmica demográfica.<sup>30</sup>

Até fins de Quatrocentos só dispomos de informações soltas sobre as gentes portuguesas. Ainda no reinado de Dom Afonso V, cerca de 1475, se tentou averiguar o seu número, mas o monarca acabaria por ser dissuadido desse propósito, que se temia pudesse gerar insegurança nas populações sobre uma eventual ofensiva militar ou agravamento de tributações. Na sequência das queixas apresentadas pelos povos nas cortes de Montemor-o-Novo, Dom Manuel manda proceder em 1495 a um vasto inquérito, de que se restam os valores da comarca da Beira. Como o próprio afirma, esta iniciativa visava aperfeiçoar a administração local, corrigir abusos e tomar medidas de saneamento. Se tal atitude não é, por si só, inédita<sup>31</sup>, é-o a preocupação em determinar o efectivo total de moradores e oficiais, estatuto jurídico e

<sup>29</sup> Veja-se, a título de exemplo, FARIA, 2003: 18-19, 29; e CRUZ, 2000: 167-201.

<sup>30</sup> Cf. DIAS, 1996: 25-27.

<sup>31</sup> Já Dom João II mandara realizar 13 anos antes o arrolamento dos acontiadados.



administrativo, mosteiros, igrejas, rendimentos e produções.<sup>32</sup> Outros inquéritos se realizaram por essa época, designadamente sobre as vilas e termos de Alverca, Arruda, Azambuja, Castanheira, Povos, Vila Franca, Alenquer, Aldeia Galega e Torres Vedras. Conhecem-se apenas os resultados dos três últimos, relativos ao total de fogos em 1497.<sup>33</sup> Em 1506 e 1514 realizam-se os cálculos dos coutos pertencentes ao arcebispo de Braga. Data de 30 de Dezembro de 1512 o alvará régio que determina a realização de arrolamento de moradores dos lugares sob administração eclesiástica de Valença, Bispado de Ceuta. Chegaram até hoje os efectuados no ano de 1513 sobre os concelhos de Caminha e Valença<sup>34</sup> e, no ano imediato, o da comarca da Beira.<sup>35</sup>

Apesar destes esforços, só em 1527 existirão meios humanos, financeiros e suficiente força política para que o monarca decida proceder à contagem de todos os vizinhos do Reino, dando origem ao primeiro cadastro nacional. O numeramento permitiu proceder a reformas administrativas, expressas na criação de novas províncias a partir das seis comarcas em que se encontrava dividido o continente. Todo o processo de reforma administrativa neste início de centúria reflecte um intenso esforço de modernização, bem como uma nova lógica de raciocínio. Conhecem-se os trâmites por que passou a realização deste primeiro numeramento nacional, cujo processo arranca no Verão de 1527, quando Dom João III escreve de Coimbra a todos os corregedores: *“folgarei de saber quantas cidades vilas e logares ha em vossa correição e os nomes deles e asi quantos moradores neles ha...hu esprivam ira a cada hua das cidades vilas e logares dessa comarca e em cada hu deles escrepvera quantos moradores ha no corpo da cidade ou vila e arrabaldes e quantos no termo declaramdo quantas aldeãs ha no dito termo por seus nomes e quantos moradores ha em cada hua delas e asi quantos vivem fora dela em quintas casaes e erdades.”*<sup>36</sup>

Apesar do empenhamento e determinação postos nesta empresa, o processo realizou-se em datas variáveis segundo regiões e nem sempre com

<sup>32</sup> DIAS, 1987: 11-102.

<sup>33</sup> Sobre Alenquer veja-se FERRO, 1996: 227-245.

<sup>34</sup> OLIVEIRA, 1968 e OLIVEIRA, 1976.

<sup>35</sup> DIAS, 1987: 11-102.

<sup>36</sup> RODRIGUES, 2002: 214-226.



o mesmo critério.<sup>37</sup> Esse facto reflecte de forma exemplar a complexidade de relações existentes entre as várias esferas de poder, sobretudo no que toca aos entraves erguidos à directiva régia por parte dos grandes senhores, laicos e eclesiásticos. Mas este tipo de limitações não invalidam nem diminuem o valor desta primeira contagem nacional, que representa um salto qualitativo em termos demográficos, administrativos e políticos. Referência obrigatória para quem pretenda conhecer a população portuguesa nesse período, mantém-se até início de Oitocentos como o mais completo cômputo populacional. Depois dele, só voltamos a ter informações circunscritas em termos geográficos, como as que chegaram até nós referentes a Leiria, Santarém e comarca do Porto (1537) ou Estremoz (1538).<sup>38</sup> Totais nacionais apenas podem ser estimados com base nos arrolamentos de gente de guerra, de que existem duas listagens, a primeira datada de 1580, a segunda do final dos anos 30 de Seiscentos, provavelmente de 1639.<sup>39</sup> O facto de terem sido realizados por um mesmo inquiridor aumenta a segurança quanto à sua comparabilidade interna, mas sem garantia quanto à uniformidade de critérios utilizados nas várias localidades arroladas. Aliás o grande problema na contabilização das gentes decorre da impossibilidade de controlar os critérios de recolha de dados e sobretudo o seu significado intrínseco. Nas fontes quinhentistas são utilizadas conceitos de morador, vizinho e fogo sem que conheçamos exactamente o seu significado e, por maioria de razões, a sua equivalência quantitativa. Ainda menos se existiu por parte dos agentes responsáveis pela contabilização uniformidade de critérios. Muito se tem falado sobre o coeficiente mais correcto para estimar a partir desses conceitos, o total de população. Para João Alves Dias, este último deverá situar-se entre 4 e 5, resultado a que chega após várias análises a documentação coeva.<sup>40</sup> No século XVII utilizam-se para além destes os conceitos de almas, pessoas de comunhão, menores de confissão, menores de comunhão<sup>41</sup>, nestes últimos casos correspondendo de forma mais clara a critérios etários, o que permite uma percepção e estimativa populacional de

<sup>37</sup> Sobre esta matéria veja-se o trabalho já citado de DIAS, 1996.

<sup>38</sup> Cf. DIAS, 1996: 18-25.

<sup>39</sup> SERRÃO, 1975, a partir de um manuscrito encontrado na Biblioteca Nacional de Paris.

<sup>40</sup> Retomaremos esta questão no capítulo sobre família. Veja-se DIAS, 1996: 41-61.

<sup>41</sup> PINTO et alii, 2001: 385.



maior rigor. Alguns autores defendem como mais plausível o coeficiente 4, embora com diferenças entre centros urbanos e rurais, o que nos parece razoável, para mais se atendermos à conjuntura globalmente adversa que caracteriza grande parte da centúria.<sup>42</sup>

Outras fontes subsidiárias contribuem para um melhor conhecimento das dinâmicas globais da população. Desde os arrolamentos dispersos de homens em idade de servir nos exércitos às *Visitas ad Sacra Limina*. Estas últimas, guardadas no Arquivo Secreto do Vaticano, eram relatórios trienais enviados pelo bispo ou arcebispo sobre o estado do respectivo território. O grau de detalhe e rigor de informação é variável.<sup>43</sup> Na primeira parte revia-se o estado geral da província, rendimentos, total de paróquias e medidas destinadas a melhorar o seu estado; a segunda parte era dedicada ao número de fogos e pessoas maiores de 7 anos, de mosteiros, frades e outros eclesiásticos, com base nas informações coligidas nos róis de confessados. Mas raramente se discriminavam esses dados por paróquia. Informações desse tipo só se obtêm nas descrições, corografias ou livros de lançamento, comuns a partir do século XVIII, mas esporádicos e incompletos até lá. Existem listagens de moradores de acordo com os rendimentos tributáveis para Loulé (1505), Viana do Castelo (1517) e para a cidade do Porto e respectivo termo. O investigador pode ainda utilizar as informações contidas em documentos diversos, que apontam determinados volumes de população, embora dispersos, pontuais e passíveis de responderem aos propósitos a que se destinam, pecando assim por excesso ou defeito. O mesmo problema existe quanto às descrições encomendadas sobre determinada terra. Cidades e vilas são melhor conhecidas e Lisboa a mais visada. Data de meados de Quinhentos o *Sumário* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira<sup>44</sup> e de 1620 o *Livro das Grandezas*, de Nicolau de Oliveira<sup>45</sup>. Em 1645 é publicada em Madrid a *Población General de España*, de Rodrigo Mendes da Silva. Os dados sobre Portugal terão sido obtidos a partir da listagem de homens

<sup>42</sup> MOLS, 1966: 129, citado por PINTO et alii, 2001: 387.

<sup>43</sup> São bastante completos para o Algarve (MAGALHÃES, 1988), mas pouco para Lisboa ou Funchal (RODRIGUES, 1988: 51-56).

<sup>44</sup> OLIVEIRA, 1938.

<sup>45</sup> OLIVEIRA, 1804.



recrutáveis no país (*Resenha de Gente de Guerra*), e mandados efectuar entre 1636 e 1639 pela Duquesa de Mântua.<sup>46</sup>

Entre os anos de 1706 e 1712 foi publicada em três volumes a *Corografia Portuguesa* do Padre Carvalho da Costa.<sup>47</sup> Desde logo, a sua importância decorre do facto de cobrir toda a parte continental do Reino, embora exista alguma controvérsia quanto à datação dos dados<sup>48</sup> que utiliza e que considerámos de finais de Seiscentos.<sup>49</sup> Parece-nos irrelevante a data precisa de recolha dos mesmos, atendendo à lentidão de aumento populacional nesse período.<sup>50</sup> Fernando de Sousa e Silva Gonçalves optam pelos anos 1692 a 1695 como datas de recolha de informação.<sup>51</sup> Também para Romero Magalhães a *Corografia* data da última década de Seiscentos. O mesmo propõe uma estimativa sobre o total de fogos<sup>52</sup>, que confrontada com o número de almas estimado por Vitorino Magalhães Godinho<sup>53</sup> valida a hipótese de uma média de 4 habitantes por fogo.

As ilhas dos Açores e Madeira foram objecto de contabilização dos fogos e/ou habitantes. A Madeira apresenta três ensaios muito discordantes na 2ª metade do séc. XV, um na 1ª metade e nove na 2ª de Quinhentos. Com informação paroquial destacam-se nos anos 70 a 90 os valores mencionados por Gaspar Frutuoso e um anónimo.<sup>54</sup> Em 1676 e 1680 novas contagens são realizadas, a primeira pelo governador D. António Jorge de Melo<sup>55</sup>, a segunda com origem numa relação do sínodo diocesano da Sé.<sup>56</sup> O mesmo tipo de dados existe sobre os Açores, com destaque a terminar o século XVII para o

<sup>46</sup> Foram estudados por Joaquim Veríssimo Serrão e publicados em 1975, a partir de um manuscrito encontrado na Biblioteca Nacional de Paris (SERRÃO, 1975: 214-303).

<sup>47</sup> COSTA, 1868-1869.

<sup>48</sup> Cf. a argumentação apresentada por PINTO et alii, 2001: 388-389.

<sup>49</sup> Utilizamos a “*Relação das Freguesias de todas as Prtovincias e Comarcas do Reyno de Portugal e do Algarve conforme a Corographia Portugueza do Padre António de Carvalho*”, manuscrito sem data, que transcreve os dados populacionais da obra original. Esta Relação está na BNL (Reservados, *Pombalina*, Códice 136). SERRÃO, 1993, encontrou várias deficiências nos totais divulgados, propondo algumas correcções (49 e segs.).

<sup>50</sup> Vejam-se os comentários de PINTO et alii, 2001: 389.

<sup>51</sup> SOUSA e GONÇALVES, 1987, Vol.1, p.78.

<sup>52</sup> MAGALHÃES, 1988: 31.

<sup>53</sup> GODINHO, 1980: 19.

<sup>54</sup> RODRIGUES, 1993: 403-471.

<sup>55</sup> CARITA, 1992: 296 (cit. por PINTO et alii, 2001: 394)

<sup>56</sup> BNL, Arquivo da Casa Branca, 150 (PINTO et alii, 2001: 394)



relatório mandado fazer por D. António Vieira Leitão, com informação por ilha do total de fogos e almas maiores de 7 anos.<sup>57</sup>

Os róis de confessados ou *Libri Status Animarum* são outra fonte que atravessa os séculos. A obrigatoriedade da sua redacção, os critérios e procedimentos que norteiam a apresentação anual por parte do pároco da lista com os paroquianos maiores de 7 anos, segundo fogos e eventualmente ruas, está enunciada em 1477, no Sínodo de D. Luís Pires.<sup>58</sup> Conhecem-se cinco róis de confessados para a 1.<sup>a</sup> metade do século XVI relativos a Moncarapacho, em Olhão.<sup>59</sup> Para o século XVII temos a partir de 1630 uma série quase completa para Santiago, em Lisboa. Surgem esporadicamente noutras localidades.<sup>60</sup> Tinham como fim imediato a percepção da cômputa e a verificação do cumprimento dos preceitos de comunhão e confissão pascais. Cada fogo é descrito de acordo com a hierarquia de poder interno: cabeça de fogo, mulher, filhos, pais, avós, de seguida outros ocupantes (hóspedes, visitas) e, por fim, o pessoal, de acordo com o grau de importância de funções (criados de dentro, de fora e escravos). A qualidade das listagens dependia do conhecimento que o redactor tinha sobre os paroquianos, o que permite supor que a sua qualidade seria maior em pequenas paróquias.

Os registos paroquiais, instituídos como prática obrigatória e regular na sequência do Concílio de Trento, representam uma fonte documental de importância incontornável. São as fontes mais completas que possuímos sobre a dinâmica da população, numa óptica evolutiva e com alguma coerência, pesem embora as debilidades de conteúdo que sabemos possuírem. Permitem descer à escala paroquial e abrangem mais de 90% da população. As suas deficiências são idênticas no tempo.<sup>61</sup> Os primeiros assentos em Portugal precedem o Concílio de Trento, recuando a meados da década de 30. Ocasionais e dispersos nessa primeira fase, privilegiam o

<sup>57</sup> BNL, Fundo Geral, Códice 175, fls.87-90 (PINTO et alii, 2001: 394)

<sup>58</sup> RODRIGUES, 1985: 80-81. Na nota 6 é feita uma retrospectiva sobre os autores que se têm debruçado sobre a utilização deste tipo de fonte, liderados por Robert Rowland e Norberta Amorim, na linha de Peter Laslett.

<sup>59</sup> RODRIGUES e REIS, 1989: 291-308.

<sup>60</sup> No Patriarcado de Lisboa devem existir cópias resumo desses róis para todo o país, pelo menos a partir da segunda metade do século XVI.

<sup>61</sup> O sub registo de óbitos em geral e nados vivos e crianças em particular; alguns subregisto de nascimentos, uma vez que apenas se contabilizam os baptismos, serão, porventura, as principais debilidades. (SERRÃO, 1973: 9-64).



registo de baptismos e de casamentos, com vista a controlar o grau de parentesco dos nubentes. Estes últimos precedem o registo de óbitos, na origem criado para oficializar disposições testamentárias. Numa fase inicial concentra-se num só livro os três tipos de registo. Em Lisboa, por exemplo, a obrigatoriedade da redacção dos assentos foi promulgada pelas Constituições Diocesanas de 1536. No Título I da Constituição VII pede-se aos responsáveis paroquiais que assentem num livro baptismos e enterros. Neste último caso são apenas considerados os maiores de confissão com testamento. A tentativa de codificação das informações a registar será confirmada por novas constituições, cuja frequência se intensifica na 2ª metade de Quinhentos. Ainda na primeira metade do século seguinte se insiste na necessidade de criar livros específicos para cada tipo de assento, prática que persistirá, no entanto, nas pequenas paróquias. Sucessivas ordens diocesanas foram recordando a obrigação de manter o registo dos actos religiosos. A tarefa era vigiada, mediante regulares visitas episcopais. Ao terminar o século XVII fora uniformizada a informação que deveria constar nos assentos.<sup>62</sup> O controlo da forma e conteúdo era o objectivo fundamental do visitador, que representava a autoridade diocesana perante as paróquias. Teoricamente anuais, as visitas raramente o foram, sobretudo nos locais mais isolados e de escassa dimensão populacional. Cada visita era registada nos livros, com a data, nome do visitador e reparos surgidos a propósito da observância dos preceitos estabelecidos superiormente. A análise das séries testemunha o progressivo afinar de controlo, a partir do 1º quartel do século XVII, que coincide com a atribuição de uma importância crescente aos registos pelos respectivos redactores. É provável que exista uma relação directa entre o seu grau de instrução e a qualidade dos registos, o que explica as diferenças de qualidade das séries nas paróquias urbanas e rurais.<sup>63</sup> São recorrentes as tentativas de uniformizar as informações dos

<sup>62</sup> Por exemplo, o registo de óbito devia incluir o nome, a naturalidade e o estado religioso; se viúvo ou casado o nome do cônjuge; se menor de idade ou solteiro, o nome dos pais; a recepção de sacramentos e a existência de testamento, com o nome ou nomes dos testamentários. A terminar o século XVII melhora o registo de menores, até então claramente inferior à realidade.

<sup>63</sup> Nos locais de maior importância era mais controlada a sua qualidade, sendo redigidos por indivíduos com maior instrução e preservados em melhores condições. Em muitas partes os livros foram destruídos ou mesmo vendidos a peso, como sucedeu no bispado da Guarda. (RODRIGUES, 1988: 35-51).



assentos, processo que só em 1860 estará concluído, apesar dos progressos entretanto evidentes no tipo de dados que progressivamente passam a obrigatórios. À medida que o número de paroquianos aumenta, aumentam também as probabilidades de identificação incorrecta, pelo que se incluem dados sobre filiação, morada, profissão e naturalidade. Para além do generalizado sub registo de menores, omitem-se total ou parcialmente outros grupos.<sup>64</sup>

Os assentos de baptismo e casamento são mais uniformes no todo nacional, contém informações semelhantes e as principais debilidades consistem em identificar as crianças a partir do primeiro nome ou do nome de apenas um progenitor. Desconhecemos a percentagem de nados mortos ou crianças nunca baptizadas e, por esse facto, omitidas nos livros de baptismo e provavelmente no de óbito. Estima-se para o Algarve no século XVI que 5% os baptismos são na realidade de “exorcismo e catecismo”, ou seja, de imposição dos santos óleos a crianças baptizadas em casa de urgência. No que respeita aos casamentos, o problema consiste em avaliar quantos casam fora da paróquia, o que é frequente no caso masculino.

A história da população destes séculos fornece um testemunho paradigmático de nova forma de pensar, ver e agir. O longo caminho percorrido no que respeita a este tipo de fontes reflecte os avanços na utilização de quantidades e a vulgarização do emprego de números e fórmulas contabilísticas.<sup>65</sup> Os séculos da modernidade antecedem a época estatística. Podemos acompanhar a partir da 2ª metade do século XVI com alguma inexactidão os movimentos das populações, pese embora um razoável grau de imprecisão. Pouco se conhece e se pode calcular até ao aparecimento dos registos paroquiais. Até finais de Seiscentos informações dispersas, desiguais, escassas e com lacunas. A investigação nacional nesta área enferma também de algum atraso.

<sup>64</sup> Referimo-nos a religiosos, militares, hospitalizados, viajantes, embora a sua frequência vá diminuindo.

<sup>65</sup> Embora existam outras áreas de privilegiadas a esse respeito, designadamente a dos estudos económicos (VEIGA, 2004: 28-35).



## ***A população à época das Descobertas***

Corria o ano de 1497 e em Lisboa ultimavam-se os preparativos para a viagem comandada por Vasco da Gama. A epopeia dos descobrimentos tomava contornos mais claros, embora envolvesse um número limitado de indivíduos, concentrados na capital, já então uma grande cidade. O Reino só então parecia começar a recompor-se da crise que marcara os finais da Idade Média. Em termos demográficos, a população crescia desde os anos 80, embora só indirectamente se pudesse ter uma noção desse aumento, uma vez que até essa data nunca fora possível proceder a uma contagem séria do número de residentes em Portugal. Mau grado o carácter aproximado dos valores indicados sobre o número de fogos em cada localidade, esse levantamento é essencial para o conhecimento do número de portugueses no início da Era Moderna. Quando em finais do Verão do ano de 1499 Vasco da Gama regressa a Lisboa, existiriam cerca de um milhão de almas no Reino de Portugal, número que continuará a crescer até à realização do numeramento de 1527-1532, momento em que foram arrolados 282708 fogos, a que corresponderiam entre 1100 e 1377 milhares de indivíduos. Trata-se, porém, de um aumento moderado por causas diversas, estimado mais que contabilizado, dadas as limitações dos dados.

### **1. Volumes e tendências de crescimento**

A segunda metade de Quatrocentos foi complexa e nela se continuaram a viver conjunturas adversas em termos económicos, sociais e políticos. Epidemias, crises agrícolas, guerras civis e com a vizinha Espanha reduziam o aumento possível em termos demográficos. Nos momentos de crise as populações abandonavam os campos, dirigindo-se aos centros de maior dimensão, o que gerou tensões sociais de várias ordens. A melhoria das condições a partir de finais de 70 irá permitir o aumento sustentado da população portuguesa, mas continuaram a ser os centros urbanos ou com funções consideradas urbanas, os principais beneficiados. Alguns testemunhos desse fenómeno de crescimento consistem na transposição das cinturas amuralhadas pelo casario e na promoção de vilas a cidades. A partir do terceiro quartel do século XV sobe o número de oficiais necessários para



assegurar a administração de um universo em aumento. Diminuem os espaços verdes e as hortas nos núcleos funcionais das urbes e cresce o ritmo da construção de edifícios e o número médio de pisos. Arroteiam-se pauis e matos e a população cresce nos campos.<sup>66</sup> As migrações internas intensificam-se, já não a título extraordinário, para fugir à fome e à miséria, antes em busca de melhores condições de vida.

A dinâmica populacional tudo possibilitava: a contínua saída de gente do Reino para as terras recém-descobertas ou conquistadas e os braços indispensáveis para as viagens marítimas.<sup>67</sup> Mas o Império não ocupava mais de 40 mil homens, pouco alterando a vivência quotidiana.<sup>68</sup> Até ao último quartel do século XV milhares de famílias partiram em direcção à Madeira e Açores. As saídas para outras partes foram menores e singulares, envolvendo mais homens que mulheres. O mesmo desequilíbrio entre sexos caracterizava a emigração de qualidade, que nunca ultrapassou as centenas de indivíduos e raramente envolveu migrações familiares. De lembrar também os membros do clero e da nobreza que fora de Portugal desempenharam cargos diplomáticos ou de corte e aqueles que foram forçados a deixar o Reino, nomeadamente por motivos religiosos. A estes últimos devemos adicionar os negociantes e artesãos especializados, que formaram um grupo significativo, embora procurassem quase exclusivamente as grandes cidades. As principais comunidades estrangeiras fixaram-se em Lisboa e a sua origem era a mesma desde o período medieval. A maioria era genovesa, a que se associavam florentinos, milaneses, lombardos e outros naturais da Península Itálica. Existiam ainda catalães, ingleses, flamengos e alemães, franceses e castelhanos. Mas mesmo os grupos mais significativos não ultrapassavam as dezenas. Em simultâneo chegavam ao Reino diplomatas, aventureiros, exilados e eruditos, o que anulava os efeitos desse tipo de emigração. No início do século XVI o único grupo imigrante com significado foram os judeus expulsos de Castela, que chegaram a Portugal em 1492, juntando-se aos que já aqui se encontravam. Nos finais de

<sup>66</sup> DIAS, 1998: 26 e segs.

<sup>67</sup> O que não deixava de ser um factor desfavorável, se atendermos a que apenas um décimo dos embarcados regressava.

<sup>68</sup> Excepto no que se refere à escassez de mão-de-obra qualificada. já manifesta no século XV e em parte resolvida com cidadãos de origem italiana, catalã e flamenga. (MARQUES, 1984b: 74-75).



Quatrocentos representavam cerca de 3% da população, ou seja, umas 30 mil almas. Merecem-nos ainda referência especial os escravos, grupo que a partir de meados do século XV começa a adquirir representatividade em termos demográficos. Referimo-nos sobretudo aos de raça negra, trazidos para Portugal quando os navegadores chegaram à costa da Guiné. Embora grande parte das centenas de escravos que anualmente chegavam a Portugal fosse vendida para outros reinos, os restantes foram usados nas plantações de açúcar da Madeira, nos campos de culturas extensivas e em serviços domésticos. Ao todo, muitos milhares de africanos viveram em Portugal, criando uma minoria étnica estável. Bem diferente do que aconteceu com os ciganos, que na segunda metade de Quatrocentos entraram em Portugal, originando conflitos frequentes apesar do seu número reduzido.

A existência dos arrolamentos de finais do século XV para as províncias da Beira e terras da Estremadura, bem como outras referências quantitativas coevas, permite comparar os resultados então obtidos nessas zonas com os do primeiro quartel do século imediato. Conclui-se ter sido generalizado o aumento populacional, embora localmente muito variável, maior na Beira (90,5%) que na Estremadura ou no Minho. As zonas rurais do termo das cidades e vilas são em alguns casos, como acontece em Alenquer, os principais beneficiados.<sup>69</sup> As variações oscilam entre a duplicação e acréscimos inferiores a 20%, embora a qualidade dos dados seja pouco consistente.<sup>70</sup>

Entre 1527-1532 e a perda da independência a população cresceu a um ritmo comedido, se bem que significativamente superior ao que virá a caracterizar o período subsequente, até 1640. Entre as causas próximas e mais evidentes da dinâmica regional figuram os surtos de peste de 1569, 1579-1580 e 1598-1602, as epidemias de varíola, a sífilis e o fenómeno migratório. Migração para as cidades, sobretudo para Lisboa, redução gradual das entradas de escravos e europeus, emigração para além-mar,

<sup>69</sup> FERRO, 1996: 227-245.

<sup>70</sup> DIAS, 1998: 14-16.



sobretudo com destino ao Brasil.<sup>71</sup> Mas existem factores menos perceptíveis, cujo contributo foi indiscutivelmente relevante, resultado da vulnerabilidade do homem do passado face às condições impostas pelo meio. O ciclo de vida curto reflectia a relação instável entre níveis elevados de fecundidade e mortalidade, expressa em esperanças de vida à nascença de cerca de 30 anos. O saldo natural positivo era escasso e refreado por causas várias, designadamente pelos movimentos migratórios de saída, por idades de casamento tardias e por percentagens elevadas de celibatários.<sup>72</sup> Guerras e cataclismos naturais, como o terramoto de 1531 na região do vale do Tejo, incêndios ou inundações, constituíram fenómenos esporádicos relevantes no Portugal dos séculos XVI e XVII, embora só as crises originadas da coincidência entre maus anos agrícolas e surtos de origem epidémica, reduzissem o volume de efectivos. Estudos realizados para o Alentejo<sup>73</sup> comprovaram que existe uma correlação negativa entre séries de baptismos e óbitos em termos de conjuntura curta, mas não em termos de modelo. Verifica-se uma correlação negativa fraca entre preços e movimento de baptismos e uma positiva forte entre preço do trigo e mortalidade, que já pode ser vista como um modelo de comportamento, porque inscrita na longa duração. Achamos possível generalizar estas tendências ao demais território.

A tendência de crescimento demográfico que caracteriza o longo século XVI português efectuou-se a partir de realidades muito diferentes em termos de densidade populacional e distribuição geográfica, que mantiveram os traços característicos de povoamento herdados de séculos anteriores. Portugal teria no início dos anos 30 do século XVI 282708 fogos, a que corresponde uma densidade média de 13 a 15 hab/km<sup>2</sup> e um volume de habitantes entre 1,1 e 1,3 milhões.<sup>74</sup> Vários indícios testemunham o fenómeno geral de aumento a partir dos anos 80 do século XV, que numa primeira fase se limitou a repor os efectivos perdidos durante a crise de finais da Idade Média. É o que concluem as investigações realizadas sobre Braga e

<sup>71</sup> RODRIGUES, 2002: 212-257.

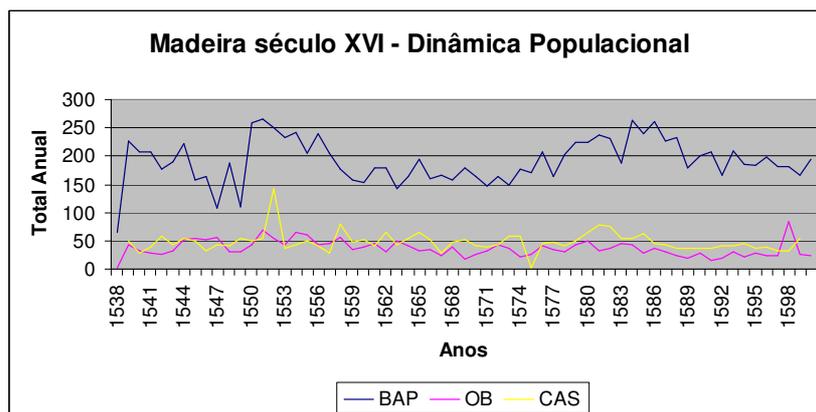
<sup>72</sup> Este último incidia sobre uma parte não negligenciável da população adulta (entre 7 e 10%) à qual, por integração no corpo eclesiástico ou outro, era vedado o direito de casar (logo de ter filhos, uma vez que os nascimentos ilegítimos, representavam uma percentagem mínima.

<sup>73</sup> SANTOS, 2005:356-358.

<sup>74</sup> DIAS, 1998: 13.



termo, que por 1527-1532 ainda não possuía o volume estimado para meados do século XIII.<sup>75</sup> A mesma dinâmica se infere dos dados sobre a província da Beira, para o que muito contribui a expulsão dos judeus de Castela e sua posterior conversão em 1496 e 1497. Crescem os centros de maior dimensão, como a Guarda, Castelo Branco e Covilhã, mas também a população rural.<sup>76</sup> Os saldos positivos mantêm-se durante todo o século XVI, com inversões pontuais e maioritariamente circunscritas, só terminando no início de Seiscentos. A expansão não diminuiu o número de residentes no Reino, senão em casos geograficamente localizados.<sup>77</sup> Nascia gente suficiente para sustentar a contínua saída de população, que nunca foi significativa, embora a probabilidade de sobrevivência fosse baixa. Esta mobilidade juntava-se às migrações internas para as cidades, sobretudo para Lisboa, para as ilhas atlânticas, para as praças do Norte de África.



Razões idênticas às que dificultam a estimativa dos volumes de efectivos, tornam apenas aproximado o conhecimento da sua distribuição no território, embora se conheça o suficiente para criar uma imagem relativa em ordens de grandeza. Em termos regionais, o panorama de início do século XVI não será substancialmente alterado nas centúrias subsequentes. O Entre Douro e Minho era a região mais povoada, com o triplo da ocupação média nacional, sobretudo na faixa litoral. Os valores máximos registam-se na cidade de Braga (54,5) e em Barcelos, a que se segue Porto (37,8) e Valença. Densidades mínimas encontravam-se em Guimarães (30,8) e em a Viana da Foz do Lima, devido à inclusão das abas serranas do Soajo e do

<sup>75</sup> MARQUES, 1987: 291-307.

<sup>76</sup> DIAS, 1987: 50-51.

<sup>77</sup> GODINHO, 1978: 219 e segs



Gerês, bem como da parte transmontana da comarca vimaranense. A Beira contaria mais de 65 mil fogos, distribuídos numa extensão muito superior, o que a posicionava em penúltimo lugar em termos de densidade média (apenas 12,2 hab/km<sup>2</sup>). Os acidentes naturais dificultavam a ocupação humana em muita da sua superfície. A parte nordeste e os vales dos rios Douro e Mondego eram as mais povoadas. Os grandes centros populacionais localizavam-se em Coimbra, Viseu, Lamego, Pinhel e Guarda. Seguiam-se as províncias da Estremadura, com 15,3 hab/km<sup>2</sup>, e Trás-os-Montes, com 14 hab/km<sup>2</sup>. Nesta última, a maior ocupação situava-se na raia, em Vinhais e Bragança. Chaves detinha a densidade máxima da província (20 hab/km<sup>2</sup>), sendo significativa a concentração em Mirandela e na linha ribeirinha do Douro. Existia um certo dinamismo urbano e a província teria 34 a 35 mil residentes. Já a característica mais evidente da Estremadura, província fazia a ligação com a parte sul do Reino, decorria da sua variedade interna. A capital alterava os níveis médios da densidade populacional, que era mínima em grande parte da extensa área que compreendia. Para além do Tejo as terras estavam escassamente povoadas. Embora o Alentejo e o Algarve representassem metade do território nacional, apenas um quinto da população portuguesa aí residia. Vastas áreas encontravam-se despovoadas e a monotonia da paisagem só era quebrada pelas vilas e cidades, algumas delas de razoável dimensão, como no caso de Évora e Elvas. A tradição marítima dos núcleos algarvios impunha um dinamismo um tanto diverso do alentejano na faixa litoral da província e Tavira era de todos o centro populacional mais importante.

Comarcas	Densidade Mínima		Densidade Máxima	
	1527	1700	1527	1700
<b>Entre Douro Minho</b>	29,2	69,6	34,9	83,2
<b>Trás os Montes</b>	11,9	17,9	14,3	21,4
<b>Beira</b>	17,0	30,3	20,4	36,3
<b>Estremadura</b>	12,7	25,7	15,1	30,7
<b>Entre Tejo Odiana</b>	6,2	13,2	7,4	15,8
<b>Algarve</b>	7,7	12,5	9,1	14,9
<b>Total</b>	12,2	24,1	14,6	28,8



À data da contagem de 1527-32 eram 634 as principais unidades administrativas referenciadas pela sua categoria jurídico-administrativa. Do total, 59 situavam-se no Entre Douro e Minho, 60 em Trás-os-Montes, 128 na Estremadura, 260 na Beira, 116 no Alentejo e 12 no Algarve. Era nítida a dicotomia entre as metades norte e sul do Tejo. Na primeira contavam-se 507 núcleos, numa área quase três vezes inferior à parte sul, com apenas 127 unidades, embora algumas de dimensão superior à média na metade norte.<sup>78</sup> Nesta última predominavam formas de povoamento disperso, formado por casais e núcleos populacionais, onde se destacavam algumas vilas e cidades de pequena dimensão, se exceptuarmos o Porto, segunda maior cidade do Reino, apesar de três vezes menor que Lisboa. Na Beira existia, como referimos, um nítido contraste entre a faixa fronteiriça, com núcleos relativamente populosos, idênticos em dimensão aos encontrados em Trás-os-Montes e no Entre Tejo e Odiana, e uma zona onde avultavam os pequenos povoados, entre a margem sul do rio Douro e a cordilheira central. Este último tipo de ocupação estendia-se até à Estremadura, seguindo o curso dos rios Vouga e Mondego. A estrada que ligava as duas maiores cidades portuguesas e o vale do Tejo era de grande concentração populacional, que contrastava com o vazio da faixa litoral. Com efeito, entre as terras de Aveiro e de Alcobaça, só a vila de Buarcos se destacava, tal como acontecia mais a sul com Sesimbra e Setúbal, de relativa dimensão.<sup>79</sup>

As razões que explicam as especificidades locais não reflectem mudanças nos níveis da natalidade ou mortalidade, que continuaram estáveis e elevados. A viragem do século parece ter sido relativamente benigna em termos de crises demográficas. A fome, a peste e a guerra estavam bem presentes na memória dos portugueses, mas não assumiram nesta fase uma importância capital no seu quotidiano.<sup>80</sup> No ano de 1580 foram considerados aptos para o serviço militar 180 mil homens, excluindo fidalgos e cavaleiros.<sup>81</sup> Décadas depois, em meados de Seiscentos, foram arrolados 200 mil

<sup>78</sup> DAVEAU e GALEGO, 1986: 15-20.

<sup>79</sup> RODRIGUES, 2002

<sup>80</sup> É o que sucede na Europa, onde o século XVI é caracterizado por um ligeiro aumento da duração média de vida das populações. (Cf. Cap.1)

<sup>81</sup> O que nos leva a um montante improvável sobre o total de residentes em Portugal. (veja-se o que afirmamos a este propósito in RODRIGUES, 2002: 218).



indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 60 anos de idade, o que permite uma avaliação de 1,2 milhões de residentes em Portugal.<sup>82</sup> Um decreto coevo refere 2 milhões, mas qualquer destes valores se reduz a meras ordens de grandeza, podendo apenas concluir-se que, apesar das epidemias, catástrofes naturais, guerras e migrações, a população não terá decrescido, sustentada por níveis de fecundidade que asseguram a vantagem da vida sobre a morte. Dada a dificuldade em fazer corresponder ao total de fogos contabilizados, já de si com margens de erro variáveis, um coeficiente credível para estimar o número de residentes, contemplamos as hipóteses mais advogadas.

A destruição da Armada Invencível marca um fim de ciclo favorável, longo de cerca de um século. Em 1609 uma consulta do Conselho de Castela apontava o decréscimo populacional como um dos principais geradores da crise económica e social então sentida. O assunto voltará a ser aflorado com alguma frequência, prova de que persiste. A crise populacional afecta toda a Península. No início de Seiscentos, Baltasar de Faria Severim enuncia as causas da decadência portuguesa de entre as quais destaca, por ordem de importância, a escassez financeira, a pobreza e a falta de adultos em idade activa. A questão torna-se pertinente, embora nunca adquira a intensidade com que se afecta o reino vizinho.<sup>83</sup> O grande surto demográfico de finais da Idade Média terá continuado até ao início de Seiscentos, embora atenuado.<sup>84</sup> Alguns sinais pontuais de desaceleração são manifestos. A partir do primeiro quartel do século XVII na cidade de Coimbra e termo o saldo natural torna-se menos favorável.<sup>85</sup> No Algarve o abrandamento é sentido desde o último quartel do século XVI, chegando a negativo. As zonas menos afectadas são as ligadas ao trato marítimo com o Brasil e as Índias de Castela, sobretudo a Norte e na faixa sul ligada à Andaluzia. Parece evidenciar-se uma ligação entre dinamismo económico e demográfico, que privilegia os núcleos

<sup>82</sup> Em termos demográficos considera-se que, mercê de diferenças reduzidas entre modelos de fecundidade e mortalidade, a estrutura etária e por sexos das populações durante a vigência do designado Antigo Regime, é defensável a utilização do Método das Populações Estáveis para interpolações e determinadas estimativas. Numa população estável os efectivos em cada idade variam numa taxa constante (crescimento anual médio), tal como os níveis de natalidade e mortalidade, o que mantêm constantes as percentagens de efectivos em cada grupo etário. (BOURGEOIS-PICHAT, 1994)

<sup>83</sup> NADAL, 1988 ; RODRIGUES, 2002: 228.

<sup>84</sup> MARQUES, 1984: 87 e segs.

<sup>85</sup> OLIVEIRA, 1970-72: 434-435.



urbanos, sobretudo os portuários, em detrimento das zonas rurais.<sup>86</sup> O litoral, sobretudo Norte e Centro desenvolve-se à custa dos tratos efectuados através dos portos, concorrendo com o monopólio exercido por Lisboa no que se refere ao comércio com o demais Império e com a Europa, sobretudo no tocante às transacções de especiarias e produtos de grande valor, trazidos primeiro de África e da Ásia e cada vez em maior quantidade das Américas. Só quando a fome, a guerra e as epidemias geram as grandes crises demográficas, o seu dinamismo se esbate.

A diversidade de situações, tal como a multiplicidade de factores, não impedem que no período em causa se destaquem as consequências para a história da população portuguesa decorrentes das pestes trazidas para o Reino, por via dos contactos mantidos com o Norte de Africa e com os nossos tradicionais parceiros no trato, sobretudo os portos do sul de Castela, mas também Marselha, Génova, Londres, cidades holandesas e alemãs. Abre-se com a peste grande de 1569 uma fase menos favorável. A população, que durante cerca de cem anos havia crescido a um ritmo contínuo, embora acelerado a partir do primeiro quartel da centúria, sofre vários reveses, globalmente traduzidos pela ocorrência de violentas crises de mortalidade,<sup>87</sup> embora muitas geograficamente circunscritas.<sup>88</sup> A crise intensifica-se na transição do século XVI para o seguinte, inaugurando um ciclo económico depressivo entre 1610 e 1623. Os anos 30 terão sido de ligeira recuperação, a qual poderá explicar a variação positiva que inferimos das estimativas de meados do século XVII. Em 1640 a população seria igual à encontrada em 1527-1532, após uma fase instável na parte final de Quinhentos e primeiras décadas do seguinte. Em 1620 estima-se existirem 475 mil fogos, valor que terá descido para 466 mil em 1640. Os valores de população adiantados por diversos autores oscilam entre 1,3 e 2 milhões, dependendo do coeficiente usado sobre o número de habitantes por fogo.<sup>89</sup> Todas as divergências residem, pois, na impossibilidade de afirmar em segurança qual a correspondência entre fogo, vizinho, morador e ocupantes.

<sup>86</sup> MAGALHÃES, 1988 (RODRIGUES, 2002: 228-229).

<sup>87</sup> Cf. Capítulo 4.4. Crises de Mortalidade

<sup>88</sup> CORREIA, 1958: 15 e segs.

<sup>89</sup> Os quais variam entre 3,85 (valor apontado por PINTO *et alii* e SERRÃO) e 4,6 (DIAS)



Nas 19 cidades arroladas em 1640 existiriam uns 105 mil indivíduos; nas 175 vilas e lugares uns 82,5 mil; em zonas rurais talvez 750 mil.<sup>90</sup> Para final do século XVII, Carvalho da Costa aponta 586461 fogos, valor considerado a justo título demasiado elevado e corrigido para 535 mil.<sup>91</sup> A segunda parte de Seiscentos será marcada por factores que se conjugam para reduzir a dinâmica demográfica: instabilidade política, alterações climáticas e maus anos agrícolas, importação de doenças contagiosas e mortíferas, embora com contrastes regionais.<sup>92</sup> Terá sido um período de crescimento muito moderado, de apenas 10%<sup>93</sup>, ou mesmo nulo.<sup>94</sup> Ao terminar o século, a recuperação económica europeia influenciou positivamente as exportações nacionais, enquanto o ouro brasileiro permitia pagar as crescentes despesas externas. A população recuperou nas últimas décadas.<sup>95</sup> Na transição para o século XVIII Portugal continental teria 2 milhões e 50 mil habitantes, as ilhas da Madeira uns 42 mil<sup>96</sup>, os Açores uns 100 mil.<sup>97</sup>

Períodos	Fogos	Estimativas de População	Fonte
c.1415		1 100 000	Tese mestrado, p.68
1500		1 000 000	
1527-32	280500 282708	1 100 000-1 377 000 1 088426,1 130 832,1 300 000	J.Veríssimo Serrão, Teresa Rodrigues, João Alves Dias, p.15, nota 54
1580-90		1 200 000	Estim.Hs15-65 =180000 fora ecles e nobres ;e0=30 anos
1620	475000	1 200 000	Estim.Hs20-60=200000 * 6=1200000
1639-40	466000	1 900 000	
1695	586461 535000	2 050 000	J.VicenteSerrão, O Quadro Humano, Hist.Port,IV, 1993, pp.49-69, Maria Luís Rocha Pinto, p.395

<sup>90</sup> MAURO 1989, Vol.II, p.269 e SERRÃO, 1975: 217-218 defendem os 1,3 a 1,5 milhões, o que coincide com MAGALHÃES (1988); SERRÃO (1993) reduz essa margem para 1,4 a 1,5 milhões. Volumes superiores, respectivamente de 1,9 e 2,0 milhões, são mencionados por GODINHO (1980, pp.19-25); OLIVEIRA (1975 e 1990) e MARQUES (1984).

<sup>91</sup> PINTO et alii, 2001: 395, partilham esta opinião, que faria ascender a 2,258 mil o número de habitantes no continente, mesmo utilizando o coeficiente mais baixo, de 3,85.

<sup>92</sup> MOREDA e ROWLAND, 1997 : 463-484.

<sup>93</sup> GODINHO, 1980: 19-25.

<sup>94</sup> MARQUES, 1984: 87-88.

<sup>95</sup> BARATA, 1989

<sup>96</sup> Em 1676 foram arroladas 34622 pessoas de comunhão. Se admitirmos a mesma percentagem que utilizamos para o Reino sobre a população menor de 7 anos de idade (18%), teremos um resultado de 40854, que se aproxima do valor apontado para a Madeira quatro anos depois. Em 1680 a ilha da Madeira era habitada por 40408 indivíduos, a que haveria de juntar 721 pessoas em Porto Santo. Este valor deverá ter continuado a aumentar nas décadas que medeiam entre essa contagem e a transição para o século XVIII. (PINTO et alii, 2001: 398-399).

<sup>97</sup> Em 1695, os 24490 fogos e 100195 habitantes prováveis repartiam-se desigualmente no espaço insular. As ilhas mais populosas eram São Miguel, Terceira, Faial e Pico, onde residiam, respectivamente, 34,2, 21,0, 13,3 e 10,2% dos açorianos. (PINTO et alii, 2001: 398).



Estes valores estão longe de obedecer a critérios de rigor estatístico ou censitário, agravados no caso das considerações sobre habitantes. No entanto, as estimativas de população, por grosseiras que sejam, não deixam de ser necessárias para a compreensão da história de um Estado. Decidimos apresentar a possível distribuição de portugueses no continente, cujo total terá aumentado até ao 1º quartel de Quinhentos, oscilando entre umas 1088426 a 1300457 pessoas. O decrescimento ou estagnação de inícios do século XVII terá sido posteriormente ultrapassado, o que explica os totais de 2150075 a 2568921 por 1695. As variações em cada ano resultam dos coeficientes utilizados sobre a dimensão média dos fogos:

Comarcas	Território Km2	Fogos (%)		População 1527				População 1700			
		1527	1700	3,85	4,00	4,30	4,60	3,85	4,00	4,30	4,60
Entre Douro Minho	7252	55016	131183	211812	220064	236569	253074	505055	524732	564087	603442
Trás os Montes	11493	35629	53438	137172	142516	153205	163893	205736	213752	229783	245815
Beira	15298	67696	120586	260630	270784	291093	311402	464256	482344	518520	554696
Estremadura	19930	65515	132928	252233	262060	281715	301369	511773	531712	571590	611469
Entre Tejo Odiana	30319	48934	104178	188396	195736	210416	225096	401085	416712	447965	479219
Algarve	4989	9918	16148	38184	39672	42647	45623	62170	64592	69436	74281
<b>Total</b>	<b>89281</b>	<b>282708</b>	<b>558461</b>	<b>1088426</b>	<b>1130832</b>	<b>1215644</b>	<b>1300457</b>	<b>2150075</b>	<b>2233844</b>	<b>2401382</b>	<b>2568921</b>

Mais que números, que reconhecemos de muito difícil utilização, importa destacar as linhas de tendência de crescimento populacional nestes séculos. Seleccionámos duas hipóteses de periodização<sup>98</sup>, que pouco divergem em termos substantivos:

HIPÓTESE 1		HIPÓTESE 2	
Períodos	Tendências	Períodos	Tendências
1480-1620	Crescimento	1480-1527	Recuperação
		1527-1580	Crescimento (0,8%)
		1580-1620	Desaceleração
1620-1640	Diminuição	1620-1640	Recessão (-1,89%) ou estagnação
1640-1665	Estagnação	1640-1660	Crescimento quase nulo
1665-1700	Crescimento	1660-1700	0,43%

Em termos macro, por grandes regiões, a informação estimada permite ainda distinguir regiões ganhadoras e perdedoras ao longo dos séculos XVI e XVII, como se infere do cálculo dos índices de concentração por província.<sup>99</sup> Como esperado, os resultados indicam que Trás-os-Montes, Entre Tejo e

<sup>98</sup> MAGALHÃES, 1987: 23-28; SERRÃO, 1993: 51.

<sup>99</sup> LOPES, 1980: 54-67.



Odiana e Algarve constituem zonas com dinâmicas territoriais opostas ao resto do país, o que decorre do tipo de povoamento que as caracteriza, concentrado e com grandes espaços inabitados. A relevância deste exercício ganha interesse quando introduzimos o factor cronológico e percebemos que entre 1527 e 1700 estas três regiões não conseguem inverter a relação negativa entre território e população. O Algarve e sobretudo Trás-os-Montes são zonas perdedoras. Os beneficiários são o Entre Douro e Minho, que continua a ser a região mais polarizadora, e a Estremadura, provavelmente quase só devido ao crescimento de Lisboa. Ou seja, as diferenças regionais tendem a acentuar-se nestas décadas.

Comarcas	Território (%)	Fogos (%)		Índice Concentração	
		1527	1700	1527	1700
<b>Entre Douro Minho</b>	8,13	19,5	23,4	11,4	15,3
<b>Trás os Montes</b>	12,87	12,6	9,6	-0,3	-3,3
<b>Beira</b>	17,13	23,9	21,6	6,8	4,5
<b>Estremadura</b>	22,32	23,2	23,8	0,9	1,5
<b>Entre Tejo Odiana</b>	33,96	17,3	18,7	-16,7	-15,3
<b>Algarve</b>	5,59	3,5	2,9	-2,1	-2,7
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>

## 2. As crises de conjuntura

No início de Seiscentos Pero Roiz Soares publica as recordações deixadas pelas pestes e epidemias ocorridas em Lisboa desde os anos 60 da centúria anterior.<sup>100</sup> A mais detalhada refere-se à "peste grande" de 1569 "vinda de Veneza envolta em mercadorias". De âmbito peninsular, terá sido a maior desde a Peste Negra. Entre 1563 e 1568 é detectada em Saragoça, Logronho e Navarra, Bilbao, Burgos e noutras regiões a norte da Meseta e para ocidente. Atinge depois Sevilha, a Galiza e Lisboa, bem como outras terras fronteiriças. Os efeitos da sua passagem foram catastróficos pelo número de vítimas que provocou.<sup>101</sup> Em Lisboa, o número de mortes súbitas, atribuídas a uma "doença que provoca inchaços", origina a partir de Junho de 1569 rumores diversos. No termo da capital onde primeiro deflagrara, a peste

<sup>100</sup> SOARES, 1953.

<sup>101</sup> MOREDA, 1980.



causava no final do mês 50 a 60 óbitos por dia. Mantinha-se o silêncio das autoridades "para se não despejar a cidade" e os físicos confirmam a presença da peste bubónica. A 8 de Julho instala-se o pânico e em apenas 3 dias mesmo os mais pobres abandonam a cidade. No entanto, apesar do risco, em breve retornam e só os de maiores posses se mantêm ausentes. O reacender do mal foi imediato. O isolamento da capital provoca falhas alimentares que, aliadas à doença, intensificam o ritmo da morte. A peste recrudescer a partir de meados de Julho, para atingir em Agosto e Setembro a maior virulência. Por essa altura existiriam cerca de 20 mil doentes, dos quais apenas 3 a 4 mil eram assistidos, quer na Casa da Saúde para pestíferos, quer nas enfermarias criadas para o efeito em diversos bairros. À medida que corre o Verão agrava-se a escassez de remédios e alimentos, incluindo de pão. As mortes diárias ascendiam a 600, esgotando-se os locais próprios para enterro. Covas colectivas são abertas nas ruas. O *mal* manifestava-se nas variantes pulmonar e septicémica, mais contagiosas e mortíferas. A 28 de Agosto a oficialidade recebe ordens para abandonar a capital, que fica entregue a si mesma.<sup>102</sup> As probabilidades de sobrevivência rondariam 50% para os que acolhidos nas enfermarias, morrendo quase todos os outros. A peste matou famílias inteiras.<sup>103</sup> O surto ganha impacto nacional, melhorando em inícios de Outubro. No final do ano só mata esporadicamente. Ao contrário do que se temia, a subida da temperatura não trouxe mais mortes, pelo que em Março de 1570 El-Rei declara Lisboa sã, "*louvado nosso Senhor*". A corte regressa à capital e em 28 de Julho abrem-se as portas da cidade, mais de um ano sobre as primeiras vítimas.

Os anos subsequentes são marcados pelo paulatino desaparecimento de doenças de carácter mortífero acentuado. A década de 70 é, em termos gerais, um período calmo, apesar de certos acidentes provocarem pontuais momentos de instabilidade, como aconteceu com o tremor de terra e as cheias de 1573 e 1575, que foram também maus anos agrícolas. Na sequência da conjuntura desfavorável Porto, Coimbra e sobretudo Lisboa

<sup>102</sup> "E de maneira moria a gente que estando falanho huns com outros cahião muitos mortos e dos que se deitauão achavão pela manhã grande parte delles mortos..."

<sup>103</sup> Em Lisboa, a probabilidade de ocorrer mais de um falecimento na mesma casa e no mesmo dia ascendeu a 20% dos casos analisados. (RODRIGUES, 1988: 35-51).



tornam-se refúgio de gentes fugidas à fome que assola as províncias do Norte e das Beiras. O perigo que representam provoca o sobressalto das autoridades, tanto mais que na Primavera de 1575 aumentam na capital as "doenças de sangue" e mortes súbitas. No entanto, a prontidão das medidas assistenciais evitaram o deflagrar de uma epidemia. Os acontecimentos precipitam-se a partir de 1578. Realiza-se em Junho a mobilização e partida da armada para o Norte de Africa, seguindo-se o desaire e a morte de parte dos 30 mil homens que a constituíam. A seca provoca más colheitas, juntando-se à instabilidade política e militar. Em Setembro sobrevêm doenças de carácter contagioso, que em breve se identificam com novo surto de peste e se estendem até meados de 1580. Esta peste marca o início de uma longa série de adversidades, em que se conjugam os efeitos da fome, da peste e da guerra: "a peste que primeiro começou a lavrar em Itália, Allemanha, Inglaterra e parte da França, passou a Portugal e a toda a Hespanha, mas em Lisboa foi mais violenta."<sup>104</sup> Peste importada, como a de 1569, que em Portugal encontrava a amenidade climatérica que lhe permitia continuar activa no Inverno. Novas cenas de pânico e fuga, avolumar de mortos e covas colectivas em solo profano. O surto agrava-se em meados de Outubro de 1579. Em Janeiro seguinte as autoridades declaram-se incapazes para atalhar o mal, que então afectava já outras regiões. A Corte desloca-se cada vez mais para Norte, fugindo ao contágio. No princípio da Primavera o surto é agravado pela falta generalizada de recursos para aquisição de alimentos e mezinhas, situação que piora até Maio. D. Filipe compromete-se em Cortes a fornecer à cidade endividada 30 mil ducados de esmola e a 23 de Junho vem a Lisboa. "*E depois da sua entrada na capital que estava enferma do mal da peste, cessou nela pola bondade de Deus este mal*". O testemunho anónimo nada refere sobre os factos ocorridos em seguida. Uma vez finda a epidemia tem lugar a batalha de Alcântara e em fins de Agosto os arrabaldes da capital são saqueados como castigo pelo apoio dado a D. António, Prior do Crato. Violência e morte, fuga para dentro dos muros, movimentação de exércitos e motins entre civis e soldados castelhanos. A violência recrudescer na Primavera de 1581, faltam alimentos e os preços sobem. Mas a doença é

<sup>104</sup> La Clède no tomo IX da sua *História de Portugal* descreve-a com pormenor.



considerada extinta. Não existem informações sobre o total de óbitos, embora se adiante a hipótese de terem perecido só em Lisboa cerca de 35 mil indivíduos. Pese embora o carácter mortífero das primeiras semanas, o surto revestiu em seguida um carácter relativamente benigno. Assim se explica que o acento dos contemporâneos seja posto não tanto no número de vítimas, como na longa duração da doença. Tratou-se de uma peste que só esporadicamente provocou o desaparecimento de famílias completas, no que contrasta com a de 1569.

As décadas de 80 e 90 são marcadas por pequenas conjunturas adversas, a que nem sempre é estranho o clima de guerra latente. Ataques dos ingleses, recrutamentos forçados para vigilância da costa e para a armada espanhola intensificam-se. O facto de afastarem do Reino os homens mais válidos em época de escassez provoca revoltas e tumultos, como o ocorrido em 1595.<sup>105</sup> A instabilidade aumenta, devido ao receio de ofensiva a Lisboa, tornada alvo potencial dos inimigos de Espanha. A população abandona-a em 1589 e de novo em 1595, por temer o Conde de Essex, aliado do Prior do Crato. Com as tropas inglesas vem a *madorra*, epidemia que poderá ser pestífera e que mata nos primeiros meses de 1589, embora prontamente debelada. O ano de 1596 é o primeiro dum total de quatro maus anos agrícolas que irão originar perturbações no regular abastecimento do Reino, juntando-se aos desastres causados pela guerra e pela doença. Nos inícios do Verão faltam cereais. A importação de pão da Alemanha, de França e de Aragão não evita que a fome "*continue a oprimir o povo*" nos inícios de 1597. As cheias que assolam o Ribatejo e outras regiões agrícolas destroem as colheitas do novo ano, pelo que a fome alastra. Em Fevereiro de 1598 ao espectro da fome junta-se de novo o da guerra. Os ingleses cercam a barra de Lisboa, isolando-a e apresando navios. À semelhança do que acontecera em 75, populações famintas afluem à capital, em busca de assistência e sobretudo alimentos. Com eles vem "*tanta quantidade de ratinhos que forão causa de com eles se engendrar muitas doenças muito graves com mortes de muitos que cada dia sepultavão*". A estas vítimas somam-se em Julho as do tremor de terra que assola a cidade. Nos meses

<sup>105</sup> Na cidade de Lisboa (RODRIGUES, 1990: 116).



subsequentes, as autoridades limitam-se a prover ao resguardo e cura dos pobres. Teme-se que a falta de meios assistenciais provoque o deflagrar de nova epidemia.

Na realidade, o país será devastado por diversos surtos de cólera, varíola e sífilis. O "*mal de que Deus nos livre*", a peste, chega a Lisboa em 1598, numa urca proveniente da Galiza. Há que integrar este surto pestífero num contexto internacional atlântico, que engloba toda a Península, bem como alguns dos principais portos europeus. Porventura mais virulenta em Castela, a peste foi sentida com ligeiros desfasamentos em todo o Atlântico Norte, de Hamburgo a Dunquerque, à Bretanha, Normandia, Londres, em toda a faixa costeira peninsular, sobretudo portuguesa e andaluza.<sup>106</sup> Ter-se-á "*apegado em Lisboa de maneira que foi necessario começarem se a fazer todos os remédios... espargindo se o mal por todo o Reino de maneira que não ficou cidade vila nem lugar donde não desse o mal da peste e juntamente com isso haver fome... morrendo tantos de fome como de peste*". Aos residentes em Lisboa, primeira a ser atacada, são dadas instruções verbais sobre as medidas preventivas a respeitar. Quem pode abandona então a capital. Apesar disso, o mal agrava-se, em parte devido a problemas de escassez e aos indigentes que vagueiam pelas ruas. Em Janeiro de 1599 isola-se um bairro para os recolher e propõe-se o seu transporte para o Brasil. Porém, na Primavera "*o crescimento e continuação em que vai o mal de Lisboa*" arruinam os cofres camarários e a Câmara declara-se insolvente. Inicialmente bubónica, a peste torna-se mais violenta, sendo acompanhada por outras afecções pulmonares próprias do frio. Só dez meses passados se comemora o fim da peste em Lisboa, com uma procissão até São Domingos.<sup>107</sup> Mas "*não durou muito o gosto desta saúde. Logo no mês de Outubro seguinte começaram a picar rebates: secundaram pelo termo com mortes arrebatadas; sinais de verdadeira peste*". A partir de Abril o mal agrava-se, mas "*como a gente estivesse trabalhada e cansada de tanta saída já se não queria ninguém sair della antes os que estavam fora se vinham*". Após ligeira melhoria no Verão, a peste mata em Outubro, desaparece

<sup>106</sup> BENNASSAR, 1969; NADAL, 1988: 470-473.

<sup>107</sup> Relato de Frei Luís de Sousa, na *História de São Domingos*.



depois, mas regressa no início de 1602. É sentida nos concelhos em redor de Lisboa<sup>108</sup>, mas todo o Reino é afectado. No final de 1599, Coimbra perdera cerca de um quinto da população arrolada em 1567 e a crise prolonga-se até 1602.<sup>109</sup> O mesmo sucede em Guimarães, onde mais de metade dos agregados são atingidos.<sup>110</sup> Povoações tão distantes quanto a Cardanha em Trás-os-Montes<sup>111</sup> e Cuba e Olivença no Alentejo<sup>112</sup> são lesadas. Tal como a região de Évora, onde a viragem do século é um período de crise geral grave.<sup>113</sup> É certo que as curvas de baptismos já estavam a decrescer desde 1582. A taxa de crescimento anual médio, que fora de 0,61% entre 1527 e 1589, reduz-se entre esse ano e 1593 a uns 0,42%. No início de Seiscentos a peste chega ao Algarve, onde permanece activa até 1605. Registam-se mortes em Lagoa, Faro, Portimão e Alvor, aliadas a anos de más colheitas e fome.<sup>114</sup> Desta forma, com maior ou menor violência, a doença terá dominado o espectro da população durante seis anos consecutivos. Apesar disso, ela terá causado menores estragos que em 1569, embora os números de vítimas fossem superiores ao de 1579-1580. A experiência terá contribuído para a tomada pronta de medidas, que moderaram a intensidade da peste sentida em Portugal, quando comparada com outras regiões, nomeadamente Castela. Latente por vários anos, influenciou o crescimento populacional, sobretudo das cidades do Sul (Lisboa e Algarve) e constitui mais um exemplo da dependência humana face às condições ambientais.

No século XVII, a peste cede lugar a outras doenças epidémicas, como o tifo e a difteria. Este fenómeno, comum a toda a Europa, trará mutações significativas na dinâmica demográfica, agravadas por más conjunturas. O fim da longa peste de 1598-1603 dá início a uma fase relativamente tranquila. Só na Primavera de 1609 surgem episódios de fome, devida a problemas de abastecimento internacional de cereais. O Alentejo é uma das zonas afectadas. O período calmo de 1600 a 1606 dá lugar a uma

<sup>108</sup> RUNKEL, 1990: 116; FERREIRA, 1989: 141-144.

<sup>109</sup> OLIVEIRA, 1971: I, 176-287.

<sup>110</sup> AMORIM, 1987: 285-290.

<sup>111</sup> AMORIM, 1980: 102.

<sup>112</sup> SANTOS, 1994: 75-79; COSME, 1994b: 95-101.

<sup>113</sup> SANTOS, 2006: 353-354.

<sup>114</sup> MAGALHÃES, 1988: 12,40,43 e 180.



conjuntura desfavorável, que se estende até 1620.<sup>115</sup> Em 1613 registam-se em Lisboa mortes de tifo, mas em 1615 e por sete longos anos, a sombra da morte paira de novo na maior cidade do Reino. De intensidade média, atribuível a causas diversas e espaçadas no tempo, inserem-se essas crises na conjuntura desfavorável sentida por todo o Portugal, levando à subida generalizada do número de óbitos e à quebra do ritmo de uniões e baptismos a partir de 1616, atingindo o seu ponto crítico em 1622 e 1623. A seca do Verão seguinte provoca más colheitas e nova subida de preços. Agrava-se o mal-estar, e Dom Filipe vem a Lisboa em 1619. A sua entrada gera tumultos, que irão culminar no motim de 8 de Setembro. Em Fevereiro de 1620 assinalam-se diversas mortes de origem tifóide e seguidamente uma praga nas searas alentejanas provoca falhas de abastecimento de pão, que se estendem pelo ano seguinte.<sup>116</sup> *"Foi tão grande e geral a esterilidade de pão que n'este reino houve, n'este anno de 621, que se não viu outra semelhante há muito tempo... Em tanta falta de mantimentos recorrem a esta cidade quasi todas as comarcas d'este reino, e é forçada acudir-lhes... porque a gente necessitada, de fóra, se não venha meter n'esta cidade, de que poderá resultar outro maior mal como seria o da peste, de que Deus nos livre, a qual ordinariamente procede da comunicação de muita gente faminta e miserável que, usando de ruins mantimentos e poucos, se corrompe e inficiona o ar, como a experiência tem mostrado".*<sup>117</sup> Temores concretizados no Inverno de 1622, agravados pela necessidade de alimentar os cerca de 14 mil homens das armadas espanhola e francesa. Nos meses de Maio e Junho, *"Lisboa como quase todo o Reino padeceu de grande fome. Não havia trigo ou hortaliça em toda a cidade e termo. Nem os especuladores faziam negócio, por não terem que vender."*<sup>118</sup> A situação só se regulariza em meados de 1623.

Com efeito, a morte torna-se cada vez mais selectiva e as crises de mortalidade seiscentista são também crises de pobreza, que reflectem uma sucessão de adversidades e a degradação das condições de existência da

<sup>115</sup> SANTOS, 2006: 354.

<sup>116</sup> RODRIGUES, 1990: 125.

<sup>117</sup> A.H.C.M.L., *Liv. de Prop. e Req. e Reg. do Conselho do Tempo d'el- rei D. Filipe III*, fl. 34 vº.

<sup>118</sup> SOAREZ, 1953: 451.



grande maioria da população, inserida numa conjuntura ampla, de contornos internacionais. Em 1626 a capital é afectada por um violento surto de difteria. No Reino, a situação económica tende a agravar-se entre 1627 e 1633, num momento em que a Europa do Sul (Norte de Itália, Catalunha e Sul de França) sofrem violentas irrupções de peste, que as autoridades portuguesas temem importar. A peste não afectará Portugal, mas no contexto económico depressivo, os anos 30 e 40 são de alguma turbulência. Em 1631 são detectados casos de tifo e disenterias. Lisboa, Sintra e Cascais são atingidas por picos de mortalidade em anos sucessivos. A cidade de Coimbra é afectada por febre tifóide entre 1630 e 1632.<sup>119</sup> De 1636 a 1637 a varíola junta-se a febres de causa desconhecida de perfil endémico nas regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve.<sup>120</sup> A cronologia (fim de Primavera e Verão) a que obedece o surto encontra-se em sintonia com as restantes ocorrências, a que podemos acrescentar o caso de Madrid. As crianças são o grupo etário mais lesado. Na zona de Évora a crise prolonga-se de 1630 a 1637, fomentada por escassez alimentar e preços altos.<sup>121</sup>

Após quatro anos de relativa acalmia, o tifo regressa em 1642 e a peste volta a fazer a sua aparição em 1645-1646, embora circunscrita ao Algarve. Importada do Norte de África reduz em mais de um décimo a população de Tavira.<sup>122</sup> Entre 1647 e 1650 a peste bubónica ressurgue no espaço nacional e adquire grande virulência em Lisboa em 1649.<sup>123</sup> Nesse ano afecta várias cidades algarvias. Até 1650 está presente em Silves, Faro e Loulé. Faro terá perdido entre um quinto a um terço da sua população.<sup>124</sup> A instabilidade gerada pela Guerra da Restauração torna o Alentejo local de crises recorrentes, na maioria de causa desconhecida.<sup>125</sup> Esta conjuntura de contornos adversos é peninsular<sup>126</sup> e afecta nas décadas imediatas todo o Portugal. Nos anos 50 e 60 ressurgem o tifo, as febres tifóides e os surtos de gripe, que culminam em crise geral entre 1657 e 1659 e de 1662 a 1663. As

<sup>119</sup> OLIVEIRA, 1971: I, 177-282.

<sup>120</sup> COSME, 1994b: 95-101; SANTOS, 1994: 99-100; RODRIGUES, 1988: 174-179.

<sup>121</sup> SANTOS, 2006: 357-358.

<sup>122</sup> MAGALHÃES, 1988: 20,25,49, 52-53, 57-59, 62

<sup>123</sup> RODRIGUES, 1988: 183-191

<sup>124</sup> MAGALHÃES, 1988: 178-181, 398.

<sup>125</sup> COSME, 1994a: 578-580, 628, 928.

<sup>126</sup> NADAL, 1988: 470-473.



tropas inglesas trazem de Lisboa tifo, que propagam ao longo do percurso. Fome e doenças afligem o Alentejo na segunda metade dos anos 60<sup>127</sup>, à semelhança do que sucede na área de Lisboa<sup>128</sup> e no norte.<sup>129</sup>

Entre 1675 e 1685, culminando neste último ano, a capital regista um período de mortalidade elevada, enquadrado numa conjuntura nacional e internacional desfavorável. Eram doenças trazidas por gente que continuamente chegava à cidade<sup>130</sup>, sem grande impacto nos concelhos próximos, apesar das subidas do total de óbitos em vários anos, em especial no de 1676 em Oeiras, Cascais e Sintra. Na capital julga-se terem ocorrido os últimos casos de peste entre 1679 e 1682. O mesmo sucede no Alentejo entre 1680 e 1681, onde também os anos de 1673, 1676 e 1685 são negativos<sup>131</sup>. Com efeito, as duas últimas décadas de Seiscentos foram difíceis em termos agrícolas, gerando crises de subsistências por todo o país. A norte, o problema coloca-se com especial intensidade em 1683, com os anos mais complicados entre 1689 e 1691 e de novo em 1693-1694. Os seus efeitos explicam a instabilidade da mortalidade no Minho, designadamente nas zonas rurais e em Guimarães, bem como em Trás-os-Montes, reflectindo-se numa quebra do total médio de casamentos e nascimentos.<sup>132</sup> A crise geral é detectada mais a sul, no concelho de Esposende.<sup>133</sup> O aparecimento de surtos epidémicos, favorecidos pela escassez alimentar, fome e condições precárias de sobrevivência, explicam as crises sentidas nos anos 90, designadamente em 1692, 1694 e 1698 em Lisboa, identificadas como epidemias de tifo<sup>134</sup> e que afectam outros concelhos próximos<sup>135</sup>, atingindo as populações a leste do Guadiana<sup>136</sup> e o Algarve<sup>137</sup>. O final do século XVII, prolonga-se em termos de dinâmicas demográficas pelo início da centúria imediata, caracterizado por um crescimento

<sup>127</sup> SANTOS, 2006: 357-358.

<sup>128</sup> SANTOS, 1994: 105-109; RODRIGUES, 1988: 183-191; RUNKEL, 1990: 136-144.

<sup>129</sup> AMORIM, 1987: 293-296; JANEIRO, 1997: 112,123 e 141-142; FERNANDES, 1998: 123-127 e 221-226; BARBOSA, 1997: 100-102, AMORIM, 1973: 78; MORIM, 1980: 102; AMORIM, 1983-1984: 195-196.

<sup>130</sup> RODRIGUES, 1988: 191-202.

<sup>131</sup> COSME, 1994b: 576-582, 940-943 e 1191-1192; SANTOS, 1994: 115-128.

<sup>132</sup> AMORIM, 1983-1984: 195,298, 418; AMORIM, 1987: 286, 296-298.

<sup>133</sup> SARAIVA, 1997: 118-119.

<sup>134</sup> RODRIGUES, 1987: 203.

<sup>135</sup> RUNKEL, 1990: 146-153.

<sup>136</sup> COSME, 1994b: 572-582, 940-942, 1191-1192.

<sup>137</sup> MAGALHÃES, 1988: 70,181,398-99 e 403.



demográfico muito reduzido. A dinâmica global é afectada pelo aumento dos níveis de mortalidade e uma ligeira diminuição da natalidade. Reduz-se ou inverte-se pontualmente a vantagem da vida sobre a morte.

### 3. Cidades, vilas e aldeias

A vitalidade da vida urbana reflecte o dinamismo da população no longo século XVI. A rede de cidades e vilas nos primeiros tempos da modernidade era semelhante à medieva, em número e no que respeita as formas de utilização e vivência do espaço. O crescimento urbano caracteriza sob muitos aspectos o final da Idade Média em Portugal, num ritmo que tende a acentuar-se até meados do século XVI. Com o fim dos anos 70 abre-se uma fase de desaceleração progressiva, que se irá prolongar por toda a centúria seguinte. Vantagens defensivas, posição dominante nas acessibilidades terrestres e sobretudo marítimas. Eis algumas das razões que explicam a dinâmica das principais cidades portuguesas. No contexto de reordenamento e desenvolvimento urbano que caracteriza a segunda metade do século XV e quase todo o seguinte, o numeramento de 1527-1532 fornece uma visão global e comparativa dos principais núcleos existentes, permitindo reconstituir a rede urbana do Portugal moderno.<sup>138</sup> Com efeito, os valores do primeiro levantamento nacional não fizeram mais que confirmar as diferentes tradições urbanas do Norte e Sul do Reino, com pólos de grande desenvolvimento localizados junto ao vale do Tejo, no Alentejo, sobretudo na sua parte interior, e no Algarve, ao longo de uma faixa que se estendia pela costa. No entanto, o força de cada cidade ou vila assinalada não obstava que fossem circundadas por grandes espaços vazios, situação diversa da realidade vivida a norte do Tejo.

Para além da sobreposição de jurisdições decorrentes da pertença de terras a determinadas famílias, Portugal estava dividido numa imbricada e complexa rede de concelhos. A criação da comarca e da cidade ou vila que a liderava não pressupunha critérios de natureza populacional ou económica e estava longe de significar reconhecimento político. Essa fluidez de critérios

---

<sup>138</sup> GASPAR, 1975: 125.



persiste na acção manuelina e joanina. A política de centralização régia reflectiu-se no apoio a certos espaços, de que constituem exemplo as Caldas da Rainha, elevada a vila em Março de 1511, ou Santa Maria da Vitória, cabeça da Ordem de Avis, privilegiada em 1500. Outros povoados recebem idênticas promoções, justificadas com a dificuldade em administrar a justiça e fiscalidade local, com a distância que as separava das sedes de que dependiam, com a qualidade de seus moradores ou pontualmente considerando o seu rápido aumento demográfico. O fenómeno de criação de novas vilas alastra a todo o território, desde povoados fluviais, como o Barreiro, Tancos e Punhete, a terras do interior estremadurenho, do Sardeal ou Montargil, à Golegã e Chamusca, a Pias e a Grândola.

Mas o principal indicador de crescimento urbano consistiu na criação de novas cidades. Imperativos administrativos, políticos e económicos, mas também, causa e consequência, o aumento efectivo da população. No reinado de D. Manuel foram promovidas a cidade pelo seu papel estratégico o Funchal em 1508, apoio às frotas atlânticas e centro da florescente economia açucareira e Elvas, em 1513. Sete anos depois Tavira, o maior centro populacional algarvio, como recompensa por serviços prestados na guerra contra Castela e no Norte de Africa, e, em 1521, Beja. Todas estas vilas no sul e ligadas à empresa expansionista. Com D. João III acentua-se o processo. Em 1540 é a vez de Faro, em 1545 de Leiria e de Miranda, por 1550 de Portalegre, nelas pesando o facto de serem cabeças de bispado. Fora do Reino, nos Açores, fora dada carta de cidade a Angra, logo em 1534, e doze anos depois a Ponta Delgada, em parte para minorar a rivalidade com a anterior quanto à localização da sede do bispado. A 27 de Janeiro de 1573 Lagos adquire o estatuto de cidade. Tratou-se da única promoção efectuada no reinado de D. Sebastião. As razões inicialmente alegadas pelo monarca são confirmadas por D. Henrique em 1579, que a justifica pelos serviços prestados pelos naturais no Norte de Africa, bem como pelo número e qualidade dos residentes. Setúbal, Viana e Tomar são três vilas em rápido crescimento, que embora nunca fossem elevadas a cidades, obtêm privilégios extraordinários, subjacentes ao estatuto de vila notável. A primeira em Setembro de 1525, a segunda em 1563, atendendo aos pedidos dos



povos nas cortes de 1562, a última na Primavera de 1567, por idênticas causas.<sup>139</sup>

Em Portugal não vingou a teoria de que a riqueza de uma nação dependia também do número de cidades que possuísse, porque serem elas as mais capazes de fortalecer o estado nacional.<sup>140</sup> Talvez por esse facto, no século XVI português continue a existir o grande pólo de atracção de Lisboa. A sua influência estende-se até Coimbra, a norte, e compreende a vastidão das planícies alentejanas. O Algarve está fortemente ligado à Andaluzia, o que constituirá um entrave ao desenvolvimento dos seus centros mais dinâmicos. O norte interior permanece isolado e de lá se migra com alguma intensidade. A cidade do Porto mantém vivas as suas ligações às comarcas do Minho, mas não polariza a actividade das províncias do Entre-Douro e Minho, de Trás-os-Montes ou da Beira trasmontana, zonas de crescimento muito lento e onde o povoamento privilegia os pequenos aglomerados.<sup>141</sup> Por seu turno, o crescimento demográfico do litoral também nunca deixou de ser um fenómeno conjuntural. A única grande realidade populacional continuará a ser Lisboa. Faltam as cidades de dimensões médias, essenciais para sustentar a dinâmica citadina.

A timidez do crescimento urbano caracterizou os anos da modernidade e manter-se-á para além dele.<sup>142</sup> Os centros urbanos eram locais onde se nascia e se morria mais cedo e com maior intensidade. Mais de metade das mortes assinaladas na documentação paroquial coeva vitimavam crianças com menos de 10 anos, principais afectadas na luta travada e sistematicamente perdida do homem com o meio. No entanto, nesses locais a percepção trágica dos acontecimentos era acentuada pela proximidade em que viviam os indivíduos, numa época em que a informação passava lentamente e por via oral. Nesse sentido, as sobremortalidades causadas por peste no século XVI e por outras doenças igualmente contagiosas e mortíferas nas centúrias imediatas, caso dos surtos de tifo, varíola e febres tifóides, ou outros acidentes naturais, como os terremotos de 1531 e 1755,

<sup>139</sup> SERRÃO, 1978: 250 e segs.

<sup>140</sup> SILVA, 1972: 734-746.

<sup>141</sup> HESPANHA, 1986:77.

<sup>142</sup> GODINHO, 1980: 38 e segs.; MOREIRA, RODRIGUES, HENRIQUES, 2007.



constituíam momentos paradigmáticos desse facto. Todas provocaram sobressaltos de maior ou menor gravidade no seio do espaço urbano e não raro desarticularam todo ou parte do sistema político, administrativo, económico e social vigente. Alteraram a ordem e deram lugar a comportamentos colectivos extremados.

O numeramento de 1527-1532 permite reconstituir uma imagem global e comparativa da rede urbana. E se pensarmos que entre a passagem do século e a realização dessa contagem medeiavam apenas três décadas de crescimento moderado, podemos estender algumas conclusões até meados do século seguinte.

A população a residir em cidades e vilas no 1º quartel de Quinhentos é estimada em 22,6%.<sup>143</sup> Existiam 17 centros urbanos, mas só 3 com 2 mil fogos. Lisboa liderava, com mais de 13 mil fogos, seguida de longe pelo Porto, com cerca de 3 mil, e de Évora, terceira cidade do Reino, com 2813. Santarém, Beja e Elvas oscilavam entre os 1600 e os 2000, Tavira, Guimarães, Coimbra, Lagos, Portalegre, Setúbal e Olivença situavam-se entre os 1600 e os mil fogos. Abaixo desse montante ficavam Aveiro, Estremoz, Viana e Vila do Conde. A rede pautava-se pela relativa abundância de pequenos centros, que contrastava com a ausência de cidades de tamanho médio e onde era nítida a supremacia da capital do Império, desenhada nos primeiros anos do governo de D. João III. Em 1527-1532 são arrolados mais de três dezenas de núcleos com pelo menos 500 fogos, dos quais 76% no sul do território, 9% no centro e 15% a norte. Nesta última zona nenhum núcleo atinge os 500 vizinhos. Assim, apenas o vale do Tejo, o Alentejo, especialmente a parte oriental, e o Algarve, parecem ter mantido a tradição urbana que muito ficou a dever à influência árabe. Entre cada cidade e vila continuaram a existir espaços vazios, mantendo-se o povoamento concentrado e os níveis de densidade baixos, realidade diversa da observada a norte da linha traçada pelo curso do Tejo. As diferenças locais são visíveis no Mapa, que representa apenas os núcleos habitacionais com mais de uma centena de moradores. Na comarca de Entre Tejo e Odiana mais de metade da população vivia em centros com mais de 100 vizinhos. Aí se localizavam

<sup>143</sup> RODRIGUES, 2002: 225.



metade dos aglomerados contando 500 a mil fogos (11 em 22) e 6 dos 13 existentes com mais de um milhar. Trás-os-Montes e Beira apresentavam índices inferiores. Nesta última, só Castelo Branco e a Covilhã tinham mais de 500 fogos. Era maior a variedade de situações na Estremadura.<sup>144</sup>

**Categoria das unidades Administrativas**

Comarcas	Cidades			Vilas			Concelhos		
	Nº	Moradores	%	Nº	Moradores	%	Nº	Moradores	%
Entre Douro e Minho	2	3854	44	9	4924	56			
Trás-os-Montes	1	481	15	11	2627	82	1	104	3
Estremadura (c/ Lisboa)	2	14399	56	40	11496	44			
Estremadura (s/ Lisboa)	1	1329	10	40	11496	90			
Beira	3	1320	14	35	7802	86			
Entre Tejo e Odiana	3	5934	22	70	24957	78			

O reinado de Dom Manuel corresponde ao primeiro grande surto urbano português, que suportou e fomentou a prosperidade das cidades marítimas de norte a sul, baseada no comércio ultramarino e nas riquezas trazidas do Oriente.<sup>145</sup> Esse facto prova a inequívoca ligação entre alterações conjunturais económicas e prosperidade e crescimento populacional das cidades. Lisboa e as cidades algarvias foram as primeiras beneficiadas, mas outras se lhe juntarão, algumas do norte de Portugal, como no caso de Viana, Guimarães, Braga e Aveiro. Mas em termos comparativos com outros estados europeus, a única grande realidade urbana portuguesa era a capital, que atraía gente de todo o Reino, seja com carácter definitivo ou de simples passagem. O fenómeno de urbanização é manifesto nas cidades marítimas, ligadas aos tratos comerciais, embora o seu ritmo de crescimento se mantenha dependente das variações da conjuntura económica, como se veio a verificar no Minho e no Algarve. Na primeira, os núcleos portuários desenvolveram-se à medida que se intensificaram os tratos do Brasil. Ao invés, o Algarve ruralizou-se em finais do século XVI, por esmorecerem os contactos com o império espanhol, consubstanciado através das ligações comerciais com Sevilha, e de difícil recuperação. Este último atingiu um elevado nível de urbanização, concentrada no litoral, desde sempre a área de

<sup>144</sup> DAVEAU e GALEGO, 1986: 36.

<sup>145</sup> LOBO, 1983: 63.



maior densidade. As cidades e vilas costeiras, com 5 060 vizinhos, correspondem a 51% da população arrolada em 1527, 44% da qual residente em Lagos, Portimão, Faro e Tavira. Porém, em 1591 essa percentagem decaíra a 37%, para se fixar em 29% no ano de 1631. Embora a população algarvia aumente em termos absolutos, as cidades perdem nestes anos mais de um décimo dos residentes, sobretudo Portimão e Lagos.

Ao terminar o século XVI as cidades costeiras de Portugal são comparáveis em dimensão, embora o futuro lhes reserve histórias diversas.<sup>146</sup> No Sul continuaram a existir mais núcleos urbanos, e aí se concentravam perto de 80% das cidades com mais de 500 fogos, mas a segunda cidade do país deixara de ser Santarém ou Évora, e era agora o Porto, com Guimarães em franca ascensão. Aveiro e Viana da Foz do Lima passam de pequenos centros a mais de nove centenas de fogos cada. O mesmo fenómeno se observa em Braga, onde é possível acompanhar a evolução dos efectivos entre 1477 e 1591. Não contando o corpo eclesiástico e os privilegiados, a cidade possuía 275 vizinhos no final do século XV e 1724 em 1591. Variação de 527%, embora as taxas de crescimento anual médio apontem para um abrandar progressivo a partir de 1514. Com efeito, durante grande parte do século XVI as cidades crescem, transpondo os recintos amuralhados que durante muitos anos haviam definido os seus limites físicos e humanos. A abertura de novas zonas residenciais marca este período, efectuando-se a um ritmo que lembra os séculos XIII e princípios do XIV.<sup>147</sup>

Como dissemos, afirma-se a dependência do Reino e da Coroa em relação à capital, quer em termos fiscais<sup>148</sup>, quer pela dependência dos réditos alfandegários, que aumenta ao longo de toda a 1ª metade de Quinhentos.<sup>149</sup> A ligação ao Oriente pela Rota do Cabo e posteriormente ao Império Atlântico, via comércio triangular e reforço dos contactos com a Andaluzia, sustentam o seu crescimento. Saldo positivo, mesmo quando deixa de ser capital. A sua liderança em termos socioeconómicos nunca

<sup>146</sup> MAGALHÃES, 1984: 247-322.

<sup>147</sup> MARQUES, 1983: 288-289.

<sup>148</sup> Em 1526 ela contribuía com cerca de 35% do total das receitas do Estado.

<sup>149</sup> O que, aliás é exactamente igual às outras grandes cidades europeias (Cf.Cap.1). Lisboa representava 19,5% das receitas orçamentais em 1526 e a 48,9% trinta anos mais tarde.



esteve em causa. O primeiro quartel do século XVII é ainda de estabilidade económica, sustentada em parte pelos lucros do açúcar brasileiro. Vivem-se ainda anos de prosperidade, que o início do conflito com os holandeses vem interromper. Na capital residiam 5% dos portugueses em 1527 (60 mil almas), valor que ascende a um décimo no terceiro quartel de Quinhentos (120 mil residentes), para estabilizar ou ligeiramente decrescer até à Restauração. Em 1639 contavam-se 180 mil almas, 9,5% da população portuguesa. Menor que Paris, Londres ou Nápoles tratava-se de uma cidade enorme para o tamanho de Portugal, com quantitativos populacionais que se aproximavam dos estimados para outras grandes cidades europeias, como Veneza ou Amesterdão.<sup>150</sup> A nível interno, a capital era secundada, por ordem decrescente, pelas cidades do Porto, Coimbra, Évora e Elvas. No entanto, em 1620 nenhuma delas atingia sequer 20 mil almas. O Porto ao iniciar-se o século XVI contava cerca de 10 mil habitantes. A urbe pouco crescera durante o século anterior e à data do numeramento não atingia 13 500 almas. Nova estimativa efectuada no primeiro quartel de Seiscentos aponta para um volume populacional semelhante ao de um século atrás. A cidade não se desenvolveu porque Lisboa monopolizou os tratos ultramarinos, mais rentáveis em termos económicos e de prestígio. Cidade de mercadores e homens ligados ao mar, mas também de oficiais mecânicos, o Porto terá de esperar até finais do século XVII para iniciar a sua ascensão, suportada pelo comércio do vinho do Douro. O açúcar brasileiro, que trouxe a prosperidade a muitos portos do norte do país, não forneceu o impulso necessário ao seu desenvolvimento, nem lhe permitiu uma liderança de âmbito regional.

Vicente Serrão efectua uma estimativa sobre os centros urbanos por províncias em finais de Seiscentos, considerando apenas os centros acima de mil fogos. Se adoptarmos o mesmo critério de agregação para os dados do numeramento conclui-se que os séculos XVI e XVII foram de crescimento urbano generalizado, mesmo nas regiões mais ruralizadas, como Trás-os-montes e beira. Em termos comparativos, a população a residir em cidades ganha importância no contexto nacional, já que representa em final de Seiscentos 18,1% contra 12,8% no 1º quartel do século XVI (35822 fogos).

<sup>150</sup> Cf. Capítulo 1.



Nesta primeira data só Lisboa e Porto possuem mais de 2500 fogos, número que quintuplica até 1700, reflectindo o aumento significativo da população a residir em cidades de maior dimensão. A terminar Seiscentos Portugal possui percentagens de população urbana que serão mantidas até ao século XIX.<sup>151</sup>

Dimensão das Cidades e População Urbana em Portugal (1527-32 e 1695)

Províncias	1000 +fogos				1300 +fogos				2500 +fogos			
	Centros		% Pop.Urb		Centros		% de Pop.		Centros		% de Pop.	
	1527	1695	1527	1695	1527	1695	1527	1695	1527	1695	1527	1695
Entre Douro e Minho	2	4	16,0	10,1	2	4	16,0	10,1	0	3	0,0	8,6
Trás os Montes	0	1	0,0	3,0	0	1	0,0	3,0	0	0	0,0	0,0
Beira	0	10	0,0	9,2	0	3	0,0	4,9	0	2	0,0	3,8
Estremadura	3	7	41,0	31,4	3	4		28,5	1	1	19,9	23,6
Entre Tejo e Odiana	6	15	62,4	34,1	2	10		28,0	1	4	5,8	15,6
Algarve	2	3	64,3	41,4	2	3		41,4	0	0	0,0	0,0
Portugal	14	40	12,8	18,1	9	25		15,2	2	10	5,7	10,3

Fonte: RODRIGUES, 1993: 203; SERRÃO, 1993: 61

#### 4. Lisboa, capital do Reino e do Império

Lisboa é a cidade para que possuímos maior informação, em termos demográficos e de vivências quotidianas.<sup>152</sup> No último quartel de Quinhentos "o sítio é belo e irregular, nem todo plano, nem todo acidentado, ornado de muitos templos devotos e ricos, alguns deles de razoável beleza, onde se efectua serviços divinos com grande solenidade. Há muitas residências de particulares belas e cómodas. As saídas da cidade são agradáveis, por que algumas gozam a vista do rio e da terra juntamente e outras a da terra somente... É nesta cidade que costumam os reis viver a maior parte do tempo, tanto por que nela se fazem as armadas para todas as conquistas e comércios, como por que têm muito perto bosques e locais aprazíveis, quer para o Verão, quer para o Inverno. A cidade não é muito agradável, mas antes tristonha, porque as ruas não são largas nem direitas nem limpas, e as casas geralmente de pouca aparência de arquitectura."<sup>153</sup> A concentração do casario, pontilhado de edifícios imponentes impressionava os que aí chegavam. Diz Gaspar Barreiros que em 1528 "em Lisboa dificilmente se acharam casa onde não pousem muitos moradores." O número de andares e inquilinos era tamanho que estes não se conheciam, nem de cara

<sup>151</sup> Porque a bipolarização de Lisboa e Porto, que caracterizará Setecentos, fará com que o ritmo médio de crescimento urbano seja inferior ao rural. (SERRÃO, 1993: 61-62)

<sup>152</sup> RODRIGUES, 1990: 39-64; RODRIGUES, 1994: 95-117.

<sup>153</sup> MARQUES, 1984a: 87-88. Só em finais de Setecentos a cidade possuirá zonas nobres, que emergem dos escombros provocados pelo Terramoto de 1755.



nem de nome, facto impressionante, mesmo para um homem cosmopolita. À medida que a população aumenta, os espaços vazios no centro funcional vão sendo preenchidos por casas maiores e luxuosas, bem como as zonas altas mais salubres.<sup>154</sup>

A dimensão da cidade exigia soluções de administração quotidiana, difíceis de concretizar, persistindo alguns problemas, como o da insegurança das ruas, a dificuldade de circulação, a falta de uma rede de água e esgotos. Lisboa era uma cidade violenta.<sup>155</sup> Ninguém saía de casa sem arma, mas mesmo assim andar pelas ruas à noite era perigoso. De manhã eram recolhidos das ruas corpos de indivíduos mortos à facada, de estocadas de espadas, de pedras atiradas à cabeça.<sup>156</sup> Em 1603 foi criada uma estrutura de segurança pública, cujas atribuições e poderes foram consecutivamente alterados, mas sem resultado. Competia aos juízes do crime fazer rondas pela cidade à noite, mas não usavam armas, o que restringia ou mesmo anulava a sua eficácia. Alguns testemunhos referem que os próprios eram agredidos. À medida que a cidade aumenta em população e superfície, tornava-se mais perigosa. A falta de rede de esgotos e os hábitos de higiene colectiva e privada dos habitantes era outro problema a que as autoridades locais responsáveis tentavam sem sucesso dar resposta. A vida era precária e as autoridades temiam o deflagrar de surtos epidémicos. Comentava-se mesmo com estranheza o carácter relativamente benigno dos inúmeros focos de doenças, pouco expressivos em termos de baixas humanas, face às condições em que vivia a esmagadora parte dos residentes. Outro problema decorria da inexistência de redes de escoamento dos lixos e abastecimento de água. Esta última era cara e escasseava sobretudo nos meses quentes. Raras eram as casas com fontanários e a água era vendida a preços superiores aos praticados noutras cidades europeias.<sup>157</sup> As ruas eram na sua

<sup>154</sup> SANTOS et alii , 1987: 16-20.

<sup>155</sup> Como testemunha no século XVI Duarte Nunes de Leão, a propósito "dos moços perdidos e patifes que a Lisboa, como a mata grande, vêm parar de todo o Reino." (LEÃO, 1610)

<sup>156</sup> Os párocos asseguravam o seu enterro cristão, depois de efectuadas diligências para verificar a identidade do falecido. Caso não conseguissem, no registo de óbito descreve-se a fisionomia e traços mais relevantes do indivíduo (falta de membros, feridas, corcundas, barbas, calvície e outras), bem como a roupa que vestia. (Cfr. RODRIGUES, 1987: 44-51, dedicada à qualidade dos livros de registo paroquial nesse período.)

<sup>157</sup> Vinte vezes mais cara que em Londres e quarenta vezes mais que em Paris Os preços subiam ainda mais nas épocas de seca, especulação que só parcialmente as autoridades conseguiam debelar



maioria estreitas, húmidas e raramente varridas e nelas se lançavam todas as imundícies, "devoradas prontamente por milhares de cães vadios."<sup>158</sup> Só quando chovia a inclinação das ruas levava o lixo para o rio. A parte baixa da cidade inundava e as ruas transformavam-se em lamaçais.<sup>159</sup> As casas "tapavam o céu" com os seus cinco e seis pisos e nelas nunca entrava o sol, o que as tornava extremamente insalubres. A qualidade de construção era má, sobretudo em bairros populares, como Alfama ou Mouraria. Grades exteriores de madeira faziam as vezes de vidraças. O tecto e as paredes não isolavam os ocupantes do frio e do calor.

O crescimento demográfico traduziu-se no aumento das densidades, o que foi conseguido pelo acréscimo do número médio de pisos dos prédios nas zonas centrais e pela redução de espaços vazios nas freguesias dispostas em anel em torno do centro funcional. No século XVI cerca de 63,9% da cidade apresenta taxas de ocupação humana inferiores a 300 hab/hm<sup>2</sup>, mas 27,8% situavam-se acima dos 600, o que é francamente elevado. Este fenómeno provocou a diminuição dos espaços vazios e o *empurrar* das superfícies de cultivo para zonas mais periféricas. Poucas serão as alterações até finais do século XVIII, embora se esbatam as diferenças de densidade paroquial.<sup>160</sup> Ao terminar Quinhentos o núcleo primitivo estava quase saturado e irá estagnar ou decrescer ao longo do século XVII, enquanto outras freguesias, como os Anjos, Santana e São José, situados nos limites da urbe começaram a captar os excedentes humanos, fenómeno que se intensificou quando foi retomado o processo de aumento populacional em Setecentos. Mesmo em fases de maior instabilidade, os fogos de dimensões superiores localizavam-se nas freguesias nobres e ricas da Baixa, devido ao número de criados e escravos que serviam as famílias aí instaladas, embora estes fossem dos bairros mais afectados pelas conjunturas desfavoráveis que marcam grande parte do século XVII e princípios do seguinte.<sup>161</sup>

---

mediante a publicação de tabelas com preços que nunca eram respeitadas. Aos galegos cabia por tradição esse transporte. (CHANTAL, s. /d.: 250-251.)

<sup>158</sup> CHANTAL, s. /d.: 308.

<sup>159</sup> CHANTAL, s. /d.: 243.

<sup>160</sup> RODRIGUES, 1987: 91-94.

<sup>161</sup> Com efeito, poucas serão as alterações verificadas a este nível até finais do século XVIII, porque também aqui as mudanças se inscrevem num processo de longa duração. (SANTOS et alii, 1987).



De todo o Reino chegavam diariamente imigrantes. Vinham sobretudo do Minho, da Beira Interior e do Alentejo, embora fosse também significativo o número de algarvios a partir de finais do século XVI, reflexo da crise sentida localmente. Criados, aprendizes, trabalhadores braçais, vendedeiras, lavadeiras. A mendicidade torna-se uma forma de sobrevivência. Os fluxos migratórios variaram com as conjunturas e vicissitudes de ordem política e económica, com o final do século XV e grande parte do seguinte a marcar o início de uma tendência positiva, que se prolonga até ao primeiro quartel de Seiscentos, reduzindo-se então. As oportunidades oferecidas atraíram também estrangeiros, homens de negócio e viajantes, europeus, africanos e asiáticos. Os europeus eram em maior número e de estatuto superior, sendo a maior comunidade a espanhola, e dentro dela a galega. A população migrante fixava-se em pontos específicos da cidade, aumentando a sua representatividade nos bairros onde era inferior o preço dos arrendamentos. Menos de um terço dos arrolados nas freguesias populares nascera na capital. Nas fases de maior intensidade migratória existiam em Lisboa mais homens que mulheres, apesar do carácter familiar que o fenómeno por vezes assumia. A maioria jovem, muitos com menos de 14 anos, a grande maioria adultos em idade activa. Mas para muitos a cidade era apenas um ponto de passagem: do porto saíam para *desvairados destinos*, em volume impossível de contabilizar.

Com cerca de 7,8Km<sup>2</sup>, Lisboa era efectivamente a mais povoada das cidades portuguesas. É fácil analisar as tendências de crescimento geral e por freguesia, entre 1528 em que a cidade rondava as 70 mil almas, e finais do século XVII, com 140 mil.<sup>162</sup> Para 1551, 1620 e finais de Seiscentos podemos comparar os totais de fogos e a população maior de 7 anos por paróquia, excluindo estrangeiros e viajantes<sup>163</sup>, mas contabilizando os eclesiásticos.<sup>164</sup> O aumento foi contínuo até final do 1º quartel de Seiscentos. A década de 40 marca o fundo da depressão que caracterizara os anos

<sup>162</sup> RODRIGUES, 1987: 68.

<sup>163</sup> Num montante que não excederia os 7 milhares. (RODRIGUES, 1990: 55).

<sup>164</sup> Seguimos a ordem dada por Cristóvão de Oliveira na *Descriçam* de 1551, juntando às freguesias originais as posteriormente delas desmembradas, que surgem assinaladas. Incluímos as informações sobre as freguesias do termo sempre que os autores as referenciaram. A população menor de 7 anos foi estimada, de acordo com critérios já explicitados in RODRIGUES, 1987: 65, o que corresponde, de acordo com as nossas estimativas a cerca de 17,64% face ao total.



anteriores, acompanhada pela redução dos saldos fisiológicos, dado o aumento da mortalidade e a redução do total de nascimentos, testemunhada nas referências a fogos devolutos ou vazios. Só terminada a Guerra a cidade recupera. Tudo parece indicar que a 2ª metade do século se limitou a repor os efectivos perdidos, como se infere das taxas de crescimento anual médio estimadas em 0,75% entre 1528 e 1590, em 0,33% desse ano a 1620, diminuindo até 1642 (-0,65%), para recuperar 0,11% em média até 1700.<sup>165</sup>

**População de Lisboa nos séculos XVI e XVII**

	População			Fogos		
	Total	Cidade	Termo	Total	Cidade	Termo
1528		70000		18048	14014	4034
1535		65581*		17034	13010	4024
1551	114969	112830	2139	18030		
1590	120000	120000				
1620	143608	128725	14883	29534	26813	2721
1642		111552*		28200	20600	
1700	140136	118609**	11527*	29668		
1755	191052	168192	22860	35308	31521	3787

Fonte: SILVA, 1972; RODRIGUES, 1988: 79 e 86. \*População menor de 7 anos estimada; \*\*Valor estimado a partir dos dados apresentados. Corrigido com estimativa de menores de 7 anos e com totais referenciados para 1620 no caso das freguesias omitidas.

## 5. Fecundidade e Família

### 5.1. Natalidade e Fecundidade

Nos séculos XVI e XVII as Taxas Brutas de Natalidade<sup>166</sup> indiciam níveis médios em contexto europeu.<sup>167</sup> Vigorava o *European marriage pattern*, tendo como suporte o papel regulador da fecundidade que, por sua vez, dependia dos padrões matrimoniais, já que era baixa a ilegitimidade. Um quinto das mulheres nunca casava ou fazia-o tardiamente, o que reduzia os anos de actividade sexual e o risco de gravidez. O número de filhos era igualmente atenuado pela curta duração dos casamentos, os períodos de abstinência, as doenças e períodos de intensa faina agrícola, a amenorreia pós parto e fases prolongadas de aleitamento. O número médio anual de

<sup>165</sup> RODRIGUES, 1987: 87.

<sup>166</sup> A relação entre o número de nascimentos (baptismos) e residentes, para 30 a 40 crianças por cada mil habitantes.

<sup>167</sup> Os níveis de natalidade na Europa moderna nunca desceram abaixo de 31‰, com os Estados do Sul a ascenderem a 33‰, apenas suplantados a leste, onde padrões de casamento precoce fomentavam índices de natalidade mais elevados. Cf. Capítulo 1. RIBEIRO, 1995: 252.



nascimentos era mais estável que o dos óbitos, embora fosse negativamente influenciado pelas conjunturas económicas.<sup>168</sup> Após uma crise de mortalidade descia a idade média ao casamento e reduziam-se os intervalos inter genésicos, sendo os indivíduos não casados responsáveis pela aceleração posterior do crescimento demográfico. A idade ao primeiro casamento das mulheres, a proporção de casadas e a fertilidade dos casais serviam para limitar a dinâmica populacional. Cerca de 20% dos casais não deixava herdeiros, outros 20% apenas um.

Existiam diferenças de comportamento entre meios rurais e urbanos, onde o casamento era mais precoce e maior a descendência média por mulher, embora anulada por níveis de mortalidade infantil e juvenis também mais elevados. As taxas de fecundidade apresentam a forma típica em chapéu. Atingem-se níveis máximos de fecundidade entre os 25 e 29 anos da mulher e mínimos após os 40. O número final de crianças nascidas por mulher era influenciado pela idade média ao casamento. Alguns estudos avaliam essas diferenças a partir da descendência teórica.<sup>169</sup> Os resultados, que rondam 8 filhos possíveis por mulher, estão muito distantes dos apurados como descendência final efectiva, descontada a probabilidade de morte até ser atingida a idade adulta. Variam também na ordem inversa da idade ao casamento, ou seja, o facto de se casar mais tarde diminui substancialmente o número possível de concepções, influenciando ainda a idade média ao último filho. A idade média da mulher ao último filho é muito semelhante em todo o país, coincidindo com restrições decorrentes do ciclo de vida biológico: 40,6 em Trás-os-Montes, 40,9 no Minho, entre 39,3 e 42,3 na Ericeira. A idade ao casamento influencia as taxas de fecundidade legítima, ao prolongar os nascimentos na família até idades mais tardias das mães.<sup>170</sup>

<sup>168</sup> Veja-se, a título de exemplo, SOLE, 2001: 184; FAUSTINO, 1998: 150; NEVES, 2001: 114-117. Para Évora SANTOS, 2006:349-378.

<sup>169</sup> O número de filhos que as gerações femininas teriam caso vivesse em unidade conjugal dos 20 aos 49 anos.

<sup>170</sup> FAUSTINO, 1998: 120-122; SOLE, 2001: 159-162.



**Descendência Teórica e Idade Média da mãe**

	Grupo de Idades da Mãe							DT
	<20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
Meadela (1634-1749)	261	383	35	322	277	141	18	8,76
Calvão (1650-1865)	330	335	395	345	317	185	12	7,95
Poiaras (1650-1823)	279	394	396	352	292	139	13	7,93
Ericeira (1650-1769)	351	430	378	334	280	129	9	9.6

Fonte: SOLE, 2001: 157; FAUSTINO, 1998: 122; REIS, 2003: 46.

**Descendência Teórica e Idade Média da mãe ao Nascimento do último filho, segundo a idade ao casamento – Meadela, 1634-1850)**

I.Cas.	Obs.	DT	IM
- 20	31	8,16	38,2
20-24	68	7,59	41,0
25-29	51	5,28	41,0
30-34	31	4,21	40,9
35-39	18	2,58	42,5

Fonte: SOLE, 2001: 162.

Os comportamentos sexuais eram enquadrados por imperativos morais e religiosos sobre os quais escasseiam elementos documentais. Os nascimentos concentram-se nos primeiros anos de casamento, decrescendo progressivamente, como atesta o cálculo dos intervalos inter e protogenésicos.<sup>171</sup> Na generalidade a concepção era posterior ao casamento, ou decorria imediatamente antes, sem qualquer relação com a idade da mulher.<sup>172</sup> O nascimento do primeiro filho menos de 8 meses após o casamento prova a ocorrência de concepções pré-nupciais, que correspondem a 10% do total, sendo que os nascimentos com 3 ou menos meses representam entre 20 e 50% desse volume.<sup>173</sup> A norte de Guimarães 15% dos casais tem o primeiro filho nessas condições; 44% dos primogénitos nascem antes de se completar um ano de matrimónio (8 a 11 meses) e 56% entre os 12 e os 48 meses.<sup>174</sup> O intervalo protogenésico atinge o valor máximo entre 8 a 12 meses, com um pico aos 9. Em relação aos intervalos intergenésicos, os comportamentos variam localmente, sendo também influenciados pelos diferentes períodos para que dispomos de informação. Os restantes filhos do casal nascem mais espaçados que o primeiro,

<sup>171</sup> O primeiro mede o número de meses entre nascimentos, o segundo entre o casamento e o primeiro filho do casal.

<sup>172</sup> Grande parte da informação sobre estas matérias é o resultado das investigações realizadas com base no método de reconstituição de famílias, adaptado por Norberta Amorim às fontes portuguesas e desenvolvido no NEPS (Universidade do Minho) e por outros investigadores de outras proveniências institucionais.

<sup>173</sup> Meadela (Viana do Castelo) -1593-1749: total 5,1%, 20% até 3 meses (SOLE, 2001: 184); Calvão-1670-1799: 8,4%, 57,9% dos quais até 3 meses (FAUSTINO, 1998: 150).

<sup>174</sup> NEVES, 2001:233.



independente da idade média ao casamento ou idade da mulher. No entanto, as que casam mais tarde tem filhos com intervalos menores.

Paróquias	Intervalo Protogenésico	% Nasc. <12meses	Intervalo Intergenésico
Alvito S. Pedro (1567-1899)	15,2	47,1	27,9
Meadela (1593-1850)	20,5	44,2	31,8
Romarições (1640-1818)	18,2	30,8	28,9
Guimarães (séc. XVI-XVIII)	-	44,1	25,9
Calvão (1670-1865)	21,2	44,9	27,5
Sul do Pico (1680-1880)	15,7	45,9	31,3

O número médio de filhos por mulher varia geograficamente e por época, sendo sempre superior a 3 e ultrapassando com frequência os 6, valores suficientes para assegurar um ritmo de crescimento assinalável, não fosse a mortalidade reduzir esse indicador a níveis que apenas garantem a substituição das gerações. Nas cidades o aumento da população era mantido pelos fluxos imigratórios. Como também se conclui da análise do quadro abaixo, a mobilidade contribui para reduzir o número médio de filhos por família, por via directa (ausência de um dos cônjuges) e indirecta (já que aumenta a probabilidade de não retorno).

N.º Filhos	Meadela – Viana Castelo 1593-1749				Ericeira 1622-1769			
	Famílias segundo n.º de filhos		Famílias completas segundo n.º de filhos		Famílias segundo n.º de filhos		Famílias completas segundo n.º de filhos	
0	5	2,3	3	3,9	119	1616	56	17.2
1	28	13,0	2	2,6	69	9.6	13	4.0
2	22	10,2	4	5,2	54	7.5	12	3.7
3	30	14,0	13	16,9	71	9.9	21	6.5
4	31	14,4	8	10,4	61	8.5	27	8.3
5	29	13,5	11	14,3	87	12.1	38	11.7
6	22	10,2	10	13,0	76	10.6	39	12.0
7	23	10,7	9	11,7	53	7.4	32	9.8
8	9	4,2	6	7,8	51	7,1	39	12.0
9	6	2,8	5	6,5	33	4,6	21	6.5
10	5	2,3	2	2,6	21	2,9	14	4.3
11	2	0,9	2	2,6	9	1,3	5	1.5
12 +	3	1,4	2	2,6	14	1,9	8	2.4
Total	215	100,0	77	100,0	718	100,0	325	100,0
Famílias infecundas	5		3					
Famílias fecundas	210		74					
Média Filhos/família	4,5		5,4		4,3		5,1	
Média Família	4,6		5,6		5,1		6,1	
% Famílias infecundas	2,3		3,9					

Fonte: SOLE, 2001: 175 e 179; REIS, 2003: 60 e 64.



O ritmo das concepções coincide com o observado noutras partes da Europa. Obedecia nos campos à intensidade das fainas agrícolas, onde era mais ritmado que nos centros urbanos. Diluíam-se durante os meses de Primavera e Verão, do que resultava a convergência dos nascimentos nos primeiros seis meses do ano. A análise do movimento sazonal das concepções leva-nos a pensar que era cumprida a abstinência sexual no período da Quaresma.<sup>175</sup>

**Sazonalidade de Nascimentos e Concepções (n.º proporcionais)**

Meses	Norte Guimarães Séc.XVI-XVII		Meadela Viana C. 1593-1699		Calvão Alto Tâmega 1680-1779		Ericeira (1622-1681)	
	Nasc.	Conc.	Nasc.	Conc.	Nasc.	Conc.	Nasc.	Conc.
Janeiro	109	115	126	139	110	111	117	131
Fevereiro	132	102	144	123	101	91	141	81
Março	138	73	144	72	139	70	138	61
Abril	115	70	139	53	111	103	131	66
Maio	102	80	123	65	91	92	81	76
Junho	73	96	72	98	70	97	61	88
Julho	70	96	53	98	103	93	66	107
Agosto	80	99	65	56	92	108	76	99
Setembro	96	89	98	83	97	85	88	94
Outubro	96	109	98	126	93	110	107	117
Novembro	99	132	56	144	108	101	99	141
Dezembro	89	138	83	144	85	139	94	138

Fonte: SOLE, 2001: 151; NEVES, 2001: 234; FAUSTINO, 1998: 223; REIS, 2003: 41.

A criança era o elo indispensável da sociedade, porque assegurava a renovação. A gravidez era uma imagem comum no quotidiano, a justo título considerada perigosa, dadas as probabilidades de morte devidas a complicações antes e durante ou logo após o parto. Eram escassos os recursos da medicina e reduzido o número de cirurgiões e parteiras, o que se reflecte na sobremortalidade feminina entre os 25 e os 40 anos, bem como no recém-nascido. Mesmo admitindo que nas cidades e vilas a percentagem de partos assistidos pudesse subir ligeiramente, nos campos e em geral nas camadas populares a evolução foi imperceptível.<sup>176</sup> Ignora-se a percentagem de nado mortos e é difícil estimar o peso da mortalidade endógena,<sup>177</sup> que rondaria 10 a 15% do total de nascimentos, agravando-se em caso de partos prematuros e de gémeos. A estas mortes juntava-se o aborto espontâneo ou involuntário, cuja frequência era maior que a actual, afectando 1 em cada 4

<sup>175</sup> NEVES, 2001: 252.

<sup>176</sup> Como testemunham os livros de óbito, apesar do subregisto de crianças mortas antes do baptismo.

<sup>177</sup> Ou seja, ocorrida até 1 semana após o nascimento, que se pode imputar a complicações pós-parto.



concepções.<sup>178</sup> Os abortos podiam ter múltiplas causas, mas eram explicáveis, se atendermos ao facto de que a grávida continuava a trabalhar no campo, a carregar pesos, a deslocar-se e alimentar-se mal. Desconheceu-se se alguns destes abortos eram provocados, à semelhança do que acontecia noutros Estados.<sup>179</sup> A referência a baptismos feitos à pressa, causados pelo receio de ver morrer a criança testemunha o perigo que rodeava o parto. Parte substancial das cerimónias efectuadas na igreja são na realidade de "exorcismo e catecismo", forma como eram designados no século XVI os actos que se limitavam à imposição dos santos óleos após um primeiro baptismo, realizado em casa. Tal como o casamento, a cerimónia de imposição dos santos óleos realizava-se sobretudo ao domingo, ao sábado e às 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> feiras.<sup>180</sup>

A comunidade tentava impedir as relações sexuais antes do matrimónio ou à margem do casamento, no que pareciam ser bem sucedidos, sobretudo em meios de menor dimensão. O filho natural não tinha qualquer direito sobre o património familiar, salvo em caso de legitimação por matrimónio subsequente dos pais. O número de crianças ilegítimas era reduzido, de 2 a 5% do total, e tendencialmente confinado a extractos mais desfavorecidos, embora ao que se julga superior à média europeia.<sup>181</sup> Conhecemos a tipologia das progenitoras: a) criadas de servir e assistentes (moças pobres trabalhadoras no campo ou criadas domésticas); b) noivas comprometidas ou namoradas abandonadas (a maioria das quais acaba por casar); c) mulheres casadas, viúvas ou que mantêm relações com homens casados ou padres; d) escravas.<sup>182</sup> Algumas eram estranhas à paróquia onde ocorria o nascimento, embora de terras próximas.<sup>183</sup> Os dados sobre paternidade permitem concluir tratar-se de gente de estatuto social idêntico e escassos recursos. A ilegitimidade aumenta nos finais do século XVII, embora continuem esporádicos os casos de mais de um ilegítimo por mulher, porque a maioria

<sup>178</sup>LEBRUN, 1983: 139.

<sup>179</sup> Designadamente por beberragens ou outras formas de intervenção directa de certos entendidos  
LEBRUN, 1983: 141 e segs.

<sup>180</sup> RODRIGUES, 1989: 302.

<sup>181</sup> NEVES, 2001: 114-117.

<sup>182</sup> SOLE, 2001: 209 e segs.

<sup>183</sup> Nomeadamente da Galiza, no caso de Viana. (SOLE, 2001: 161)



acaba por casar.<sup>184</sup> Torna-se mais frequente o estado civil de casada ou viúva, o que explica o aumento da idade média das mães.<sup>185</sup> Avultam os filhos de escravos, grupo que durante muito tempo permaneceu à margem da celebração do matrimónio, e de escravas com homens livres, quase sempre criados da casa onde ambos residiam. Poucos eram os filhos de pais solteiros. Este panorama só parcialmente se vê reproduzido nos centros urbanos, onde a teia de relações vigente permitia outras formas de relacionamento. As cidades surgem como locais ideais para situações reputadas irregulares (concubinato, uniões de facto, mães sós). O mesmo sucede nos espaços insulares. Na Madeira o abandono de crianças era esporádico, mas não a ilegitimidade, que chegou a representar nos anos 70 do século XVI mais de 17% do total de baptismos.<sup>186</sup> Estes valores regrediram à medida que diminuem os escravos e que as autoridades eclesiásticas conseguem debelar alguma licenciosidade nos costumes, herdada da fase de povoamento. Também aí grande parte das crianças tinha mães escravas ou recém libertadas. Dos pais pouco é dado a conhecer, embora por vezes o pároco escreva a sua suspeita, ou constate o facto de os progenitores viverem juntos.<sup>187</sup> Por maioria de razões escasseiam elementos sobre a paternidade dos restantes ilegítimos. Excepto no caso das escravas, parece existir certa relutância das progenitoras em a nomear, sendo por vezes as testemunhas ou madrinhas que o fazem. Nesses casos, o cura escreve a recusa da mãe em identificar o pai da criança: "do pai só Deus sabe e sua mãe também".<sup>188</sup> Os progenitores são identificados quando solteiros e de estatuto compatível com a mãe. É possível que a recusa das mulheres reflecta medo de retaliações por parte da restante comunidade ou dos visados, com quem podem algum laço de dependência, no caso de

<sup>184</sup> SOLE, 2001: 165 e 206; FAUSTINO, 1998: 170.

<sup>185</sup> Acontece no Minho e em Trás-os-Montes tal como provavelmente em todo o Reino, o que também pode estar ligado à migração masculina em fase de conjuntura económica e política adversa. Na sua maioria possuem entre 20 e 29 anos. No início do século XVII a maioria tem entre 20 e 24 anos. (SOLE, 2001: 203-204; NEVES, 2001: 114-115).

<sup>186</sup> O que é relativamente comum no caso dos escravos. (RODRIGUES, 1993a: 403-471)

<sup>187</sup> RODRIGUES, 1993a: 433.

<sup>188</sup> RODRIGUES e REIS, 1989: 301.



criadas, escravas, pessoal de casa. Em finais de Seiscentos regista-se um novo aumento percentual.<sup>189</sup>

Déc.	Guimarães (cid)	Guimarães (rural)	Guimarães (mista)	Regalados	Alvito	Cambeses	Bougado	Rebordãos	Poiares	Cardanha	Madeira
1530/50											13,2
1560				15,3					3,0		16,3
1570									3,1	5,5	12,5
1580					5,0				3,9	3,4	6,6
1590					12,0				3,2	0,8	3,7
1600	13,6	12,8	7,5	20,1	14,0	12,7			2,6	0,9	
1610	9,3	10,7	5,1		10,0	13,0		1,4	1,3	1,7	
1620	17,6	10,6	24,4		20,0	29,4		1,5	1,9	4,8	
1630	19,9	13,2	25,4		7,0	20,6		2,9	1,1	1,5	
1640	18,2	12,2	21,4		6,0	12,5		1,6		1,1	
1650	15,5	9,4	17,6	11,6	13,0	15,2	2,1	1,7	1,7	5,1	
1660	18,8	16,2	14,7		12,0	14,1	10,1	0,6	5,2	0,0	
1670	12,8	16,4	11,5		3,0	14,8	8,0	0,4	2,6	1,1	
1680	11,2	12,5	14,6		4,0	8,2	3,4	1,1	5,2	14,0	
1690	10,7	7,2	11,0		5,0	10,5	6,6	6,4	7,6	8,9	

A exposição, tal como a ilegitimidade, foi sempre mais habitual em meios urbanos e populosos. Em meados do século XVII, “visto a grande multidão de enjeitados e órfãos que há neste Reino”, a sua educação assume-se como obrigação do poder central, prevista nas Ordenações.<sup>190</sup> Existe alguma diversidade regional no relativo à exposição e abandono de crianças, que nos séculos XVI e XVII são ainda pouco frequentes, sobretudo em meios rurais, embora tendam a aumentar em períodos de crise, existindo uma correlação entre o fenómeno e maus anos agrícolas.<sup>191</sup> Os expostos eram deixados na escada da igreja ou à porta de gente influente, a maioria das vezes individualizados por sinais distintivos ou bilhetes, numa possível tentativa de o seguir ou recuperar. Dadas as circunstâncias subjacentes ao acto, poucos seriam os já baptizados, aspecto que preocupava as progenitoras. Nas missivas deixadas pedia-se o baptismo e sugeriam-se nomes. A originalidade de muitos deles sugere a hipótese de virem a constituir meio de posterior identificação.<sup>192</sup> Como a maioria era filho de mulheres solteiras vindas de outras terras, onde se desconhecia o seu estado

<sup>189</sup> NEVES, 2001: 114 e 215.

<sup>190</sup> FARIA, 2003: XIII e.32-33.

<sup>191</sup> SOLE, 2001: 192, 195-197; NEVES, 2001: 114-115.

<sup>192</sup> Eufrásia ou Heitor, para citar alguns.



de gravidez, esta medida permitia mais facilmente poder saber novas do abandonado.

É indiscutivelmente dentro do casamento que a esmagadora maioria das crianças eram concebidas e nasciam.<sup>193</sup> Ela representava a renovação e era o símbolo da presença no tempo de uma família ou linhagem, embora só tardiamente olhada como indivíduo. Este facto explica o critério de escolha do nome e o facto de o mesmo ser dado a outros filhos, na sequência da morte do anterior. Mas pequenos indícios de mudança se percebem, atingindo inicialmente as classes mais abastadas. A criança não é apenas o elo da cadeia, mas alguém que há que poupar à doença e à morte. Torna-se perceptível o desejo de preservar a sua vida, quando antes o sentido da linhagem levava à concepção de numerosos filhos que a garantissem. Esta mudança inscreve-se numa mutação cultural. A família será cada vez mais o casal e filhos. O baptismo assinalava a entrada do recém-nascido na vida cristã, daí a urgência em o efectuar o mais cedo possível.<sup>194</sup> Só então recebia um nome. Caso morresse antes o pároco lançava-lhe a bênção e fazia-lhe os exorcismos, mas no registo de óbito seria identificado apenas pelo nome dos pais.<sup>195</sup> As crianças muito pequenas pareciam viver numa espécie de "limbo", como aquele para onde regressariam caso morressem antes de atingir a idade de pecar. Mesmo depois de ter um nome, ela continuava a ser identificada através dos pais, mesmo no acto de crisma, quando já adolescente. Não lhe era reconhecida individualidade jurídica. Existiam nomes populares, embora fosse maior a variedade quando comparada com a do período medieval.<sup>196</sup> Os rapazes chamavam-se João, António, Francisco, Manuel. A junção de alcunhas ou ápodos derivados de características pessoais fornecia dados suplementares de individualização, já que os nomes de família eram pouco variados. O mesmo acontecia com as meninas, preferencialmente apelidadas Maria, Isabel, Catarina, Antónia e Ana. Aos

<sup>193</sup> RODRIGUES, 1989: 291-300.

<sup>194</sup> E cumprir os preceitos defendidos nas Constituições Sinodais, de acordo com as quais a cerimónia deveria ter lugar até ao oitavo dia de vida, na freguesia de nascimento.

<sup>195</sup> "Em o mesmo dia, mês e era faleceu um filho de António da Gama, morador na Rua das Canastras. Enterrou-se em São Francisco." (ALVES, 1983: 123.)

<sup>196</sup> Numa freguesia de Lisboa encontraram-se no século XVI cerca de 30% de nomes novos, o que denota uma mudança de gosto que, no entanto, pode ter atingido primeiro as camadas urbanas. (ALVES, 1983: 119-144)



nomes de santos coincidentes com o dia de nascimento, juntavam-se, embora com maior frequência nos centros urbanos, nomes de influência humanista, estrangeiros e de tradição literária: Alexandre, Fabião, Adriano, Jacques, Carlos, Artur ou Percival. Cerca de 10% herdava o nome do pai ou da mãe, alguns dos padrinhos. No caso de sexos diferentes podiam fazer-se as necessárias adaptações,<sup>197</sup> sendo recuperados segundos nomes.<sup>198</sup>: Nas famílias plebeias não podemos falar de preocupação em perpetuar através do nome a linhagem, o que justifica um certo arcaísmo nos nomes atribuídos aos descendentes de grandes famílias.

A primeira infância, plena de perigos, decorria na casa dos pais ou em amas. A população urbana com posses ou com actividade profissional (artesãs, lojistas, vendedeiras) enviava os filhos para serem criados no campo. As probabilidades de sobrevivência dependiam muito da consciência profissional da ama, sendo certo que existia uma sobremortalidade desse grupo. Nos primeiros meses de vida a criança permanecia no berço ou na cama dos pais. Só mais tarde lhe era posto uma espécie de vestido, qualquer que fosse o sexo, mantendo-se no berço, donde só saía para trocar a fralda e comer. Alimentava-se do leite materno, da ama ou de animais, a que se juntava a partir dos 2 anos a ingestão de papas, causadoras de distúrbios intestinais por vezes mortais. No século XVII vários indícios parecem denotar uma maior atenção dos pais e parentes à criança de berço, para além de prover à sua nutrição e cuidados higiénicos.<sup>199</sup>

Aos 7 anos o indivíduo tornava-se parte da comunidade e membro da família, embora só ao atingir os 12 anos, no caso das mulheres, ou os 14, no caso masculino, o fosse de direito. Diversificam-se então os seus destinos, de acordo com o sexo e origem social. As mulheres continuavam em casa incumbidas de certas tarefas, os rapazes dos meios populares começavam a ajudar a família. Era tempo de aprender um ofício ou entrar no colégio ou convento. Para os mais modestos, o ciclo de aprendizagem processava-se

<sup>197</sup> Assim, Domingos baptiza uma filha à qual dá o nome de Domingas, o mesmo acontecendo no caso das combinações Francisco - Francisca, António - Antónia, Filipe - Filipa e outros.

<sup>198</sup> Brás e Vicente, nascidos no Algarve em 1542, eram filhos de Maria Brás e Maria Vicente, tal como o pai de Estêvão era João Esteves e a mãe de Filipe era Catarina Filipe.

<sup>199</sup> Esta mudança foi acompanhada por vários tratados científicos sobre a educação da criança, a dieta alimentar mais saudável, os malefícios do enfaixamento.



com a saída de casa, entre os 13 e os 18 anos, que contribuía também para aliviar as tensões da economia familiar. Uma vez que a maternidade ocorria durante todo o período fértil da mulher existiam grandes diferenças etárias entre irmãos, o que permitia aos mais velhos desempenharem o papel de pais e irmãos. Era usual os filhos mais novos acompanhavam o mais velho quando este saía de casa e fundava novo casal ou segui-lo na migração.<sup>200</sup> A mobilidade dos jovens trabalhadores era intensa. A estadia dos jovens trabalhadores nas explorações agrícolas não ultrapassava em média 2 anos. No caso dos ofícios, esse período era prorrogado por 3 a 4 anos.<sup>201</sup>

## 5.2. Nupcialidade e Família

A família era a unidade na qual se realizava grande parte das funções essenciais do quotidiano: procriação, socialização, produção e consumo. Tinha origem no casamento, cerimónia pautada por estratégias diversas, com implicações no modelo de fecundidade e no volume de nascimentos. A intensidade, o calendário e os costumes nupciais eram regidos por um jogo complexo, cujo objectivo era perpetuar o património, viabilizar a unidade doméstica de produção e consumo e promover ou manter o estatuto da família no seio da comunidade.<sup>202</sup> À medida que avançam os séculos e se desce na escala social tornam-se mais frequentes os casamentos por amor. Nos extractos sociais elevados foi mais difícil alterar os comportamentos, dado que o casamento resultava em muitos casos da conjugação de interesses entre duas famílias, estabelecido contratualmente através do dote.<sup>203</sup> A data da celebração era firmada pelos pais e podia ser determinada pela necessidade de revitalizar a gestão da unidade doméstica, por doença ou morte dos ascendentes. Este facto explica as elevadas idades dos noivos à data de realização do primeiro casamento e também as altas percentagens de celibato definitivo. O grande número de filhos à espera de casar e as diferentes durações de vida dos pais actuavam como factores limitativos

<sup>200</sup> SILVA, 1993: 223.

<sup>201</sup> SILVA, 1993: 276.

<sup>202</sup> LEBRUN, 1983

<sup>203</sup> Este aspecto era tanto mais importante quanto maior a posição económica dos interessados, uma vez que o matrimónio podia ser equivalente ao acto de transmissão do património familiar, sob a forma de terras, casas, negócios, rendas, dinheiro, alfaias e gado, ou roupas e jóias.



adicionais a novas uniões. Existiram diferenças entre Norte e Sul, causadas por realidades socioeconómicas, a que se juntavam outras estratégias, consoante a riqueza dos intervenientes e a posse ou não de terras. A norte o casamento efectuava-se mais tarde, embora os nubentes fossem ligeiramente mais jovens no século XVII que no XVI. As famílias apresentavam também uma estrutura mais complexa, com percentagens significativas de irmãos, tios solteiros, sobrinhos e outros parentes e trabalhadores a coabitarem com o casal, viúvo ou viúva e filhos. Laços de parentesco encobriam formas de dependência económica. Nas aldeias, os artesãos e jornaleiros casavam mais cedo, dada a sua maior autonomia, embora as mulheres trabalhadoras o fizessem com idades superiores às filhas de lavradores, porque lhes era preciso constituir dote. Com esse objectivo muitas migravam para as cidades. Ao invés, as famílias do Sul eram menores em número e complexidade interna, embora persistissem diferenças significativas. Nas aldeias era superior o número médio de habitantes por fogo, devido à presença de assalariados e parentes, embora em menor número que a norte.<sup>204</sup> Mesmo nas famílias de menores rendimentos, os filhos únicos pareciam ter pouca dificuldade em casar.<sup>205</sup> Nas cidades as alianças matrimoniais obedeciam a lógicas específicas de grupo. Em Lisboa as Taxas Brutas de Nupcialidade eram inferiores à média nacional, embora com diferenças paroquiais, resultantes da sua vivência específica e do facto dos migrantes chegarem já casados à cidade. Era elevada a percentagem dos que nunca casavam, acrescida em actividades pouco compatíveis com o matrimónio, como no caso dos criados, aprendizes e militares. Constrangimentos morais transformavam as zonas populares em áreas consideradas "dissolutas", onde alguns coabitavam sem laços formalmente instituídos. Por vezes, a decisão de migrar prendia-se com o desejo de manter relações consideradas irregulares. A coabitação de facto não parecia invulgar, conforme provam os registos de uniões efectuadas à hora da morte de um dos membros do casal.

<sup>204</sup> RODRIGUES e REIS, 1989: 291-308.

<sup>205</sup> PEREIRA e ALVES, 1990: 35.



O estado civil e a origem dos nubentes estão relativamente tipificados em Portugal. Mais de 80% pertencem à paróquia onde casam e são solteiros. A maioria fá-lo com alguém que conhece desde sempre, embora os homens venham com maior frequência de outras paróquias e de localidades mais distantes ou mesmo de fora do país. Desconhece-se a percentagem dos que ficam na paróquia e dos que regressam às freguesias de origem, uma vez casados.

#### Origem dos nubentes

	Da Paróquia		De Fora da Paróquia	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Calvão (1670-1729)	66	95	34	5
Meadela (1593-1850)	64	70	37	20
Ericeira (1670-1719)	73	88	27	12

Fonte: FAUSTINO, 1998:99; SOLE, 2001: 135; REIS, 2003: 38.

#### Estado civil anterior

	Homens		Mulheres	
	Solteiros	Viúvos	Solteiras	Viúvas
Calvão (1670-1729)	172 (86%)	28 (14%)	198 (99%)	2 (1%)
Meadela (1650-1699)	106 (81%)	25 (19%)	127 (97%)	4 (3%)
Ericeira (1670-1719)	328 (86%)	55 (14%)	362 (95%)	21 (6%)

Fonte: FAUSTINO, 1998: 105; SOLE, 2001: 121; REIS, 2003: 32.

Vicente Serrão<sup>206</sup> defende o princípio da imutabilidade destes comportamentos para concluir que os homens casavam mais tarde, com menos diferenças regionais, enquanto as mulheres o faziam mais cedo no sul, mas com diferenças regionais significativas. Os níveis de nupcialidade eram inferiores em ambos os sexos a sul, embora a norte existissem maiores percentagens de celibato definitivo.<sup>207</sup> A idade média de casamento manifesta uma notável estabilidade, com médias de 23 a 26 anos para as mulheres e 26 a 28 para os homens. No Minho e em Trás-os-Montes a idade média ao primeiro casamento chegou a 30 anos no caso masculino e a 26 no feminino. Mulheres e homens do Ribatejo casavam em média 3 a 4 anos antes, ainda mais cedo no Alentejo e Algarve. Estas diferenças influenciam, como vimos, o modelo de fecundidade dos casais e, por essa via, o ritmo de

<sup>206</sup> SERRÃO, 1993: 58-60.

<sup>207</sup> Neste caso 36 e 8,3% dos homens e 45 a 15% das mulheres em Calvão e Meadela, respectivamente. (SOLE, 2001: 147; FAUSTINO, 1998: 112) A sul, na Ericeira, esses valores eram de 9,7 e 10,1%, respectivamente para homens e mulheres. (REIS, 2003: 35)



crescimento populacional da região.<sup>208</sup> Nas cidades observavam-se diferenças por bairro.<sup>209</sup>

**Idade Média ao Primeiro Casamento**

		Homens	Mulheres
Minho	Guimarães Urbano (1590-1769)	25,1	24,6
	Guimarães Rural (1590-1769)	26,5	26,7
	Meadela (Viana) (1600-1649)	26,2	28,9
	Meadela (Viana) (1650-1699)	28,8	27,5
Trás-os-Montes	Rebordãos (1610-1700)	24,3	22,4
	Cardanha (1601-1700)	29,3	26,9
	Poiães (1650-1700)	26,8	25,4
Estremadura	Ericeira (1670-1719)	28,4	26,0
Algarve	Moncarapacho (1545)	27,3	21,1

Fonte: ROWLAND, 1989: 90-91; AMORIM, 1987: 104, REIS, 2003: 26

Embora cerca de um quarto dos nubentes tivesse a mesma idade, as desigualdades etárias entre cônjuges oriundos de extractos socioeconómicos diversos podiam ser acentuadas.<sup>210</sup> Os homens mais abastados casavam com mulheres mais novas, mas nas famílias de artesãos e assalariados era maior o equilíbrio etário entre os dois elementos. As formas e o tipo de alianças matrimoniais eram diferentes no campo e na cidade. No primeiro era menor a percentagem de casamentos efectuados com gente estranha à paróquia, embora maior nos grupos abastados. Era sempre o noivo que casava fora, na paróquia de residência ou naturalidade da noiva, indo o futuro casal residir na terra do primeiro. A vida nas sociedades aldeãs organizava-se em torno do casal, pelo que continuou pouco significativo o número de homens e mulheres a viverem sós. Uma excepção era aberta nas cidades, coincidindo com os momentos de crescimento populacional urbano, onde o aumento da dimensão média por fogo nas zonas de imigração reflectia um agravamento das condições de sobrevivência. Os novos elementos do núcleo mantinham laços de parentesco ou afinidades de origem geográfica.

A morte desempenhava um papel importante na formação e destruição do casal. O número de casamentos aumentava após um período de crise, devido a segundos matrimónios e à oportunidade de apressar um acto que só poderia realizar-se quando assegurada a autonomia financeira. O casamento

<sup>208</sup> Robert Rowland, "Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada", in *Ler História*, nº 3, Lisboa, 1984, pp. 13-15.

<sup>209</sup> Teresa Rodrigues, *Cinco Séculos de Quotidiano. A Vida em Lisboa do Século XVI aos nossos dias*

<sup>210</sup> SOLE, 2001: 119 e 206; FAUSTINO, 1998: 201.



raras vezes significava uma união para a eternidade, dada a mortalidade feminina intensa devido ao parto, à qual sucedia o decréscimo das probabilidades de sobrevivência masculinas. É possível que nas zonas rurais a duração dos casamentos fosse superior. Nestes séculos é estimada em 25 anos em Calvão e Meadela, 27 em Poiares, 32 no Pico, mas não sabemos qual o grau de generalização que podemos atribuir a estes valores locais.<sup>211</sup> Cerca de 6% durava menos de 6 anos, 13% menos de 10, 26% menos de 15 anos.<sup>212</sup> Na Ericeira os casamentos duravam em média 23,9 anos, 10% menos de 5 anos, 23% menos de 1º e 34% menos de 15.<sup>213</sup> O resultado reflectia-se na percentagem de fogos encabeçados por viúvas que, a atender ao número de filhos de menor idade, seriam ainda jovens. Um novo casamento nem sempre era possível, sobretudo quando se era pobre, pelo que o retorno à casa paterna ou de algum irmão e a extinção do fogo eram comuns. A situação pouco deveria afastar-se da encontrada na Oeiras setecentista, onde os viúvos procuravam manter a independência. Os que após a viuvez se incorporavam noutros núcleos foram sempre minoritários e os que o fizeram regressaram à casa paterna, devendo ser muito jovens, dado que raramente tinham filhos. Os mais velhos permaneciam nas suas casas. Um quinto dos viúvos arrolados vivia sozinho, os restantes com filhos ou parentes próximos. As mulheres eram mais independentes e só quando idosas procuravam a casa de um filho casado.<sup>214</sup>

Os segundos casamentos eram pouco significativos, a julgar pelo número de viúvos e sobretudo viúvas que encontramos nas listagens de população. Maior esperança de vida e menor facilidade em encontrar novo par, explicavam a percentagem de viúvas que, mesmo novas e sobretudo se possuem filhos, nunca voltavam a casar. Mesmo porque até os viúvos preferem mulheres solteiras.<sup>215</sup> Muitos segundos matrimónios realizavam-se fora do local de residência habitual. Em Calvão e em Meadela existem mais

<sup>211</sup> Aplicam-se a grupos estáveis, que foi possível reconstituir para períodos variáveis, que incluem o século XVIII.

<sup>212</sup> Valores encontrados entre 1593 e 1749 em Meadela (SOLE, 2001: 177).

<sup>213</sup> REIS, 2003: 62.

<sup>214</sup> SILVA, 1993: 410.

<sup>215</sup> Resultados consensuais para todo o Minho e Trás-os-Montes (NEVES, 2001: 124 e segs).



viúvos que viúvas nas idades jovens, o que também explica por que razão é maior o número de segundos casamentos.

A análise das disposições testamentárias constitui um campo privilegiado para a percepção dos mecanismos de transmissão do património e organização da vida conjugal. À preocupação com a alma juntava-se o cuidado com os familiares e amigos. Mas o que verdadeiramente importava, a casa, o gado e o campo, era deixado aos familiares próximos, ao cônjuge ou ao filho primogénito. Na sua falta, ao genro. A salvaguarda do dote para as filhas solteiras era outra das prioridades testamentárias, reflectindo a importância dada ao matrimónio na vida quotidiana das populações. A cerimónia era entendida como um compromisso entre a observância das prescrições religiosas e os usos e ritos locais, a que se juntavam motivações económicas. As uniões cessavam em épocas de crise e no campo durante os picos de maior actividade.<sup>216</sup> Ao invés, crescia a sua intensidade nos meses que antecediam ou sucediam a períodos de interdição religiosa, como a Páscoa e o Advento. Escolhiam-se de preferência os meses de Abril, Maio e Novembro. Este último aliava o facto de anteceder um período interdito, com o de ser uma época de parca labuta agrícola. Nos centros urbanos a sazonalidade era apenas condicionada pelos entraves religiosos e, portanto, menos ritmada. No século XVI as cerimónias realizavam-se sobretudo ao domingo e à 2<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> feira, embora o dia pudesse ser localmente influenciado pela realização de mercados e feiras em determinados dias da semana ou do mês.

Profundamente hierárquica, a família do passado assentava na desigualdade entre os membros, sustentava-a e reproduzia-a. Esta imagem está retratada na forma como os párocos preenchem os róis de desobriga pascal. Primeiro o nome do homem, cabeça de casal, depois a mulher, os filhos (primeiro os do sexo masculino, por ordem decrescente de idade). Seguem-se os familiares do chefe de família, depois os da mulher, os parentes afastados (afilhados, primos), outros residentes, criados de casa e de fora (por importância de funções). Por último, os escravos e escravas. A dimensão e complexidade dos agregados estavam directamente relacionadas

<sup>216</sup> SOLE, 2001: 92 e segs.; FAUSTINO, 1998: 228.



com o grau de riqueza e actividades predominantes. Investigações no âmbito da história da família têm vindo a destruir a imagem de que o predomínio da família de tipo nuclear é recente. De facto, sempre que foi possível reconstruir a estrutura das famílias portuguesas do passado verificámos que os núcleos familiares simples (casais com ou sem filhos e homens ou mulheres viúvas ou solteiras com filhos) representam 40 a 50% do total. Seguem-se os núcleos com uma base idêntica, mas alargada pela presença de outros parentes, serviçais ou aprendizes, que correspondem a outros 30%. Nos demais agregados coabitam indivíduos sem laços aparentes de parentesco e os isolados, então como hoje maioritariamente femininos. A maioria das famílias possui entre 3 a 5 membros, sendo possível estabelecer uma relação positiva entre fogos de menores dimensões e menores níveis de rendimento.<sup>217</sup> Os cinco róis de confessados da freguesia rural algarvia de Moncarapacho, datados de 1541 a 1546,<sup>218</sup> confirmam que cerca de 74% dos agregados eram constituídos por famílias simples, 8,5% por famílias alargadas, 12,6% por isolados, sendo menos de 4% agregados não conjugais e apenas 0,4% constituídos por famílias múltiplas. As dimensões médias ficavam-se pelos 4 residentes e permanecem constantes ao longo do quinquénio, oscilando de 1 a 12 elementos.<sup>219</sup> Ainda assim, mais de 75% da população residia com outras 2 a 5 pessoas, o que seria o agregado tipo neste período. Resultados idênticos se verificam em Lisboa, embora alguns afirmem existir diferenças entre cidade e campo no que respeita a este indicador. Segundo Mols, até final do século XVI o número médio de residentes por fogo situava-se em 5, tendo baixado para 4 durante os séculos XVII e XVIII.<sup>220</sup> No caso português confirmam-se estes valores médios. Em 1551 a moda era de 5 indivíduos por fogo na capital, descendo a 4 em 1620 e voltando a subir até 5 em 1755. Ao longo do período reduz-se a

<sup>217</sup> Indivíduos idosos, famílias de trabalhadores não especializados.

<sup>218</sup> IAN/TT, Registos Paroquiais, Faro – Concelho Olhão, Moncarapacho (Freguesia da Graça), Mistos 1, fls.94 e segs.

<sup>219</sup> Na realidade apenas um fogo atinge os 10 elementos, mas faltam dados sobre os menores de 7 anos. Partindo do princípio de que a presença de crianças seria inevitável na esmagadora maioria destes agregados e que neste período o seu peso percentual se situaria em 18%, embora divergisse consoante o tipo de agregado aplicamos um coeficiente aos diferentes tipos de agregado.

<sup>220</sup> Cf. MOLS, 1955: II, 121.



representatividade dos escalões superiores, com mais de 6 residentes por fogo. Em 1630 eram menos de 14% em Santiago, 50 anos depois 15%.<sup>221</sup>

**Nº habitantes por fogo e estimativa de população menor de 7 anos  
Moncarapacho – 1542**

Fogos	(> 7)	%	(< 7)	Arrolados	Estimado	%
52	1	3	5	52	57	2,80
145	2	17	40	290	330	16,19
117	3	20	55	351	406	19,92
84	4	19	60	336	396	19,43
45	5	13	50	225	275	13,49
29	6	10	35	174	209	10,26
15	7	6	25	105	130	6,38
15	8	7	20	120	140	6,87
7	9	4	15	63	78	3,83
1	10	1	7	10	17	0,83
510		100	311	1726	2038	100,00

Esta questão remete-nos de novo para o desafio de encontrar um coeficiente plausível, a fim de estimar o total de habitantes a partir dos fogos. Em 1789 Soares de Barros adiantava para esse efeito um coeficiente médio de 5; Adrien Balbi em 1822 estabelecia-o abaixo desse valor; Rebello da Silva em 1868 sublinhava as diferenças entre regiões, de 4 a 6 residentes em média<sup>222</sup>; João Alves Dias estabelece limites de 4,3 a 4,8. Tratam-se porém de resultados que nada avançam sobre a estrutura interna dos fogos, a qual variava também com o tipo de actividades dos seus membros. Na cidade o grupo dos isolados era mais significativo e a coabitação com parentes menos frequente, sendo quase nula a homogamia geográfica, tanto menor quanto maior a intensidade dos movimentos migratórios. Em Lisboa cerca de três quartos dos fogos eram habitados por 1 a 4 pessoas, sendo nítido o predomínio das casas com apenas 2 ou 3 almas, na realidade casais com ou sem filhos. A estes contrapunham-se alguns fogos complexos e extensos, que representavam casas nobres, estalagens e hospedarias, sobretudo no centro. A coabitação de mais de um casal num mesmo núcleo era rara, mas não o viver isolado ou com parentes e criados. Perto de um quinto dos fogos era chefiado por viúvos (quatro quintos dos quais do sexo feminino), maioritariamente vivendo sós, embora também com parentes (filhos, mães, irmãos, sobrinhos...) ou servidores, que, segundo mandava o costume, teriam

<sup>221</sup> RODRIGUES, 1985: 85.

<sup>222</sup> Apontava para 4 habitantes por fogo em Trás-os-Montes, Alta Estremadura, Alentejo e Algarve; para 5 em Lisboa, Vale do Tejo até Santarém e Entre Douro e Minho; para 6 no Porto e regiões próximas. (DIAS, 1996: 59).



de ser criadas velhas, no caso de cuidarem de um homem. Mais de metade dos agregados eram famílias nucleares, compostas por casais com ou sem filhos e viúvos ou solteiros com filhos. Em 6% dos fogos residiam indivíduos com pais velhos ou irmãos solteiros. Os restantes núcleos manifestavam no seu interior afinidades de tipo profissional. Com as famílias nucleares vivia num sistema de semi-intimidade cerca de 20% da população urbana, mais feminina que masculina.<sup>223</sup> D. Francisco Manuel de Melo conta a história de um fidalgo que ensinara os seus criados a responderem da seguinte forma, caso fossem inquiridos sobre o seu senhor: "Eu e mais três pajens, quatro lacaios, dois cocheiros, cinco acrescentados, um capelão, um mordomo, um secretário, duas donas, cinco aias, quatro negras [...] somos do Senhor D. Fulano, que é chegado a esta corte."<sup>224</sup> A família reduzida era mais comum nos grupos da jorna e das artes, bem como em geral nos extractos sociais desfavorecidos. A maior complexidade das relações familiares no interior dos núcleos reflectia maiores índices de riqueza e prestígio, neste grupo se incluindo as casas nobres, as dos oficiais, lavradores, comerciantes e burgueses. Em alguns casos existiam relações profissionais e comerciais subjacentes, como acontecia com os aprendizes e caixeiros que, enquanto jovens, quase sempre se albergavam na casa do patrão. A permanência dos filhos em casa enquanto solteiros dependia do tipo de actividades desempenhadas pelos membros do agregado.

Por seu turno, aumentou a importância do trabalho escravo e do sector feminino de mão-de-obra, à medida que o grupo doméstico tendeu a coincidir com a unidade de produção. A falta de empregados foi em muitos casos compensada pela inclusão de parentes mais pobres (sobrinhos e afilhados), sendo eles que explicam as mudanças da estrutura interna dos agregados, já que constituíam um grupo de intensa mobilidade. Os domésticos podiam representar parcelas variáveis face ao total de residentes em cada núcleo, sendo maioritariamente jovens e solteiros.

O número médio de habitantes por fogo e as indicações fornecidas nos róis de desobriga pascal constituem indicadores preciosos sobre as

<sup>223</sup> Criados, aprendizes, moços de recados. (RODRIGUES, 1990: 50-53)

<sup>224</sup> CASTELO BRANCO, 1990: 153.



formas de vida familiar, dividida entre espaços privado e público, sendo no primeiro caso regulada pelo número de residentes e os laços existentes entre eles. De acordo com este princípio poderíamos dizer que os mais abastados não possuíam uma noção prática tão apurada sobre o sentido da família restrita como a que observada nos grupos menos favorecidos, embora na base da pirâmide social pudéssemos encontrar fogos sem estrutura familiar clássica. Muitos trabalhadores viviam juntos, várias famílias de múltiplas gerações partilhavam o mesmo tecto. Só será possível evitar afirmações genéricas sobre os comportamentos familiares quando se realizarem estudos intensivos à escala local, embora os já efectuados permitam ver por baixo da capa aparente de homogeneidade de condutas a diversidade de situações entre campo e cidade e, nesta última, alguns casos particulares.<sup>225</sup> Nas esferas da população trabalhadora, cada novo casal formava um lar, apenas quando lhes era possível adquirir autonomia financeira. Mesmo quando o grupo familiar crescia pela co-residência de alguém, raramente existiam vínculos económicos entre os habitantes da mesma casa. A mobilidade era intensa e ditada por interesses económicos.

Nos fogos sem criados, as variações na dimensão decorriam do processo de nascimento, criação e emancipação dos filhos, idêntico ao ciclo de vida actual.<sup>226</sup> Entre as razões que justificavam a saída de casa dos descendentes contavam-se o casamento e a procura de trabalho. Situações de crise familiar, o novo casamento de um progenitor ou o início de uma carreira, como a eclesiástica ou a militar, explicam outras ausências. Na prática, os fogos começavam a esvaziar-se em média 14 anos após o casamento, mas alguns dos filhos podiam regressar temporária (quando solteiros, até casar) ou definitivamente (já viúvos, com ou sem filhos). A percentagem dos que continuavam em casa entre os 13 e os 20 anos era um indício do grau de desafogo económico do agregado. A família conjugal era acrescida pela presença de outros indivíduos, que a ela podiam ou não estar ligados por laços de parentesco, mas que partilhavam o mesmo tecto, dormiam, viviam, trabalhavam e comiam juntos. No entanto, o grupo

---

<sup>225</sup> SILVA, 1993: 273.

<sup>226</sup> POUSSOU, 1997 : I, 282.



residencial só a título extraordinário integrava mais de uma família nuclear. A complexidade interna, a existir, provinha maioritariamente da presença de estranhos,<sup>227</sup> embora se pudessem encontrar parentes. As casas de familiares serviam para livrar outros das dificuldades que a morte quotidiana causava, sendo na sua maioria temporários, já que a desafogo económico e a dimensão da casa mais não permitiam. O parentesco era uma via de solidariedade.<sup>228</sup> Nos núcleos urbanos existiam agregados compostos por indivíduos aparentados entre si, ou ligados por actividades laborais semelhantes, embora constituíssem uma minoria, concentrada em bairros de cariz popular.<sup>229</sup> Esses indivíduos eram solteiros e do sexo masculino.<sup>230</sup>

**Estrutura Interna dos Agregados em Lisboa, Santiago**

	1630		1680	
	Nº	%	Nº	%
Isolados	27	21,8	22	22,4
Agregado não conjugal	6	4,9	25	25,8
Agregado familiar simples	67	54,0	39	40,3
Agregado familiar alargado	13	10,4	2	2,1
Agregado familiar múltiplo	1	0,8	0	0,0
Estrutura indeterminada	10	8,0	9	9,3
	124	100,0	97	100,0

Fonte: RODRIGUES, 1985:88.

Entre finais da Idade Média e o século XVII efectuou-se a passagem para a intimidade familiar de actos outrora públicos.<sup>231</sup> A família, no seu sentido mais restrito, passou a concentrar as manifestações da vida privada, embora esse processo se estendesse bem para além das fronteiras cronológicas aqui consideradas. À medida que ela deixa de ser basicamente uma unidade económica, afasta-se do espaço público e torna-se local de refúgio, onde se desenrolam as relações íntimas entre o casal e os filhos, e onde as crianças assumem um lugar de progressivo destaque, como a pintura retrata. Viver em família pressupunha a partilha entre representações

<sup>227</sup> Sobretudo moços, criados e escravos.

<sup>228</sup> Existiam mecanismos de apoio à doença e morte que transcendiam o nível estritamente familiar, com destaque para o trabalho das Misericórdias, das Irmandades e Confrarias e sobretudo dos processos informais de auxílio entre vizinhos e proprietários locais abastados. Este facto tornava possível a sobrevivência de núcleos familiares autónomos, mesmo quando o não eram a nível económico. (SILVA, 1993: 275-277)

<sup>229</sup> Bairros de Alfama e Mouraria, no caso de Lisboa.

<sup>230</sup> Entre os aguadeiros essa prática era comum. Os róis de confessados de Santiago (Lisboa) dão informações adicionais nesta matéria (RODRIGUES, 1985: 79-105 e RODRIGUES, 1991)

<sup>231</sup> CASTAN, 1990: 45.



públicas e intimidade, entre tempos e espaços, funções e práticas. Nela imperava a disciplina ditada pelo chefe do fogo. Profundamente hierárquica, a família assentava na desigualdade, sustentava-a e reproduzia-a.<sup>232</sup> Ao casar, a mulher deixava de ser *filha de* e passava a ser identificada como *mulher de*, mais tarde *viúva de*.<sup>233</sup> Ela surge na documentação oficial, nomeadamente na respeitante à gestão do património, seja só ou ao lado do marido por ocasião da assinatura de contratos de compra e venda, emprazamentos, testamentos e outros.<sup>234</sup> O numeramento de 1527-1532 permitiu conhecer quantas as mulheres que encabeçavam fogos, viúvas na sua maioria, mas também solteiras *que vivem per sy*. Como vimos, no início do século XVI um quinto dos fogos portugueses era chefiado por mulheres, 80% das quais viúvas. Era maior o seu peso em núcleos urbanos, onde eram economicamente independentes. Nas aldeias poucas viviam sós, sobretudo as solteiras.<sup>235</sup>

**Cabeças de Fogo segundo Estado Matrimonial**

	Casados	Viúvos	Viúvas	H solt/?*	M solt/?
Olhão-Moncarapacho, 1542	72,9	3,1	17,3	3,9	2,6
Lisboa – Santiago, 1630	61,4	6,4	16,0	12,6	6,7
Lisboa – Santiago, 1680	46,2	7,7	17,6	22,0	6,6

Fonte: DIAS, 1996: 66; RODRIGUES, 1985: 86. \*A grande maioria eclesiásticos

À medida que a família adquire um perfil mais privado e nuclear verifica-se, pelo menos em certos extractos da sociedade, uma redistribuição dos papéis, que tendeu a restringir o feminino à gerência do espaço interior. A mulher era ensinada a esperar de um casamento as responsabilidades inerentes à gestão da família, mas sem que a sua vida pouco mundana favorecesse o desenvolvimento de uma vida privada no sentido de "uma intimidade livre e calorosa". A vida da mulher casada era tida como um acréscimo de deveres.<sup>236</sup> A educação das meninas nobres cultivava os princípios da resignação e da submissão ao pai ou ao irmão mais velho e mais tarde ao marido e até ao filho varão. Mas os papéis no seio da família

<sup>232</sup> AYMARD, 1990: 463.

<sup>233</sup> Por norma não adquiria o nome do cônjuge, como se infere dos assentos de casamento. (ALVES, 1983: 133)

<sup>234</sup> A lei estabelecia a obrigatoriedade do seu consentimento para a maioria dos actos. Estudos recentes permitiram outras ilações sobre o grau de emancipação económica feminina.

<sup>235</sup> DIAS, 1988: 113-116.

<sup>236</sup> CASTAN, 1990: 63.



de raízes populares eram diferentes. Existia, à face da lei e dos costumes, o pressuposto de uma subordinação da mulher e dos filhos perante o homem, que na prática detinha autoridade plena, consolidada durante o século XVI. Mas a realidade era matizada. Basta lembrar o papel desempenhado pelas regentes e rainhas-mães, o poder feminino escondido no quotidiano da corte, o montante dos negócios e a prosperidade evidente de certas lojas, à frente das quais se encontravam mulheres. Na base da pirâmide social, os membros do sexo feminino assumiam actividades de liderança económica. Eram mulheres grande parte das donas das hospedarias e estalagens, as vendedeiras e assalariadas. Embora em termos legais a autoridade pertencesse ao homem, ao bom funcionamento do agregado era indispensável a divisão de tarefas.<sup>237</sup> Ao homem competia desempenhar as tarefas profissionais e administrar o dinheiro; à mulher, zelar pelo bom andamento e ordem domésticas. Ela geria os bens existentes na casa e a sua limpeza, educava os filhos de tenra idade e as filhas até casarem, cuidava das roupas e providenciava a alimentação. A mulher popular desempenhava ainda actividades profissionais, que incluíam atender os clientes na loja ou fiar para o marido tecelão, mas só nos centros urbanos adquiria autonomia efectiva, como vendedeira de peixe, castanhas, doces e outros produtos, lavadeiras, leiteiras. O lavadouro, a fonte, o moinho, o forno eram locais colectivos femininos, tal como o eram as tabernas, os cafés e as praças públicas para os homens. A vida e o trabalho doméstico efectuavam-se no exterior ou à soleira da porta. Nesse espaço se exercia o controle comunitário. Os livros de denúncias apresentadas ao Santo Ofício por parte dos vizinhos dão uma ideia aproximada do poder da colectividade e o quanto público e privado se confundiam ainda.

## 6. Mortalidade e Condições gerais de Saúde

### 6.1. Saúde e doença

A presença da doença e morte são sentimentos indissociáveis do quotidiano, tendo sido vividas, entendidas e tratadas com os condicionalismos herdados da época medieval, pese embora os progressos

<sup>237</sup> Que podiam ou não ser um casal, como acontecia com mãe e filho, pai e filha ou dois irmãos..



teóricos e científicos entretanto verificados. A estreita relação do Homem moderno com a doença e morte alterava-se com o local de residência e a dimensão dos núcleos populacionais, sendo mais palpável nas pequenas comunidades aldeãs e banalizando-se nos locais de maior densidade habitacional. A sua inevitabilidade era acrescida quando se descia na escala social, sobretudo quanto mais selectiva se mostrava a variável no que concerne as grandes causas de morte.<sup>238</sup> As doenças materializavam-se através de um conjunto de queixas ou sintomas, com base na qual adquiriam um nome comum, longe da linguagem técnica usada a partir do século XVIII. A designação reportava-se a uma entidade conhecida, com características próprias que a definiam, lhe traçavam a origem e evolução.<sup>239</sup> As doenças que mais afligiam as populações eram as infecciosas, porque mais espectaculares. As pestes *de que Deus nos livre*, como ao tempo se designavam, eram vividas como experiências terríficas, com ligações mágico-religiosas, e entendidas como punição no imaginário colectivo.

Noutro nível, feita fenómeno quotidiano, a doença era condicionada por uma quantidade de factores ambientais, de higiene e alimentação, num ecossistema próprio. Na realidade, a sua morbidade e letalidade sempre foi condicionada pelo meio, sendo essa ligação tanto maior quanto se recue no tempo. As populações viam-se cronicamente afectadas por carências nutricionais, crescendo nas urbes as desvantagens do sobrepovoamento, escassez ou insalubridade das águas, insuficiências sanitárias; nos campos pela proximidade de pantanais e a promiscuidade resultante da coabitação entre pessoas e animais. Estes factores compunham um enquadramento ecológico que potenciava a doença. Diferentes condições de vida originam diferentes estratégias. Assim, os extractos sociais mais desfavorecidos em termos económicos eram afectados com gravidade acrescida por enfermidades infecto-contagiosas, sobretudo gastroenterologias, mas também males respiratórios. As desigualdades estendiam-se no acesso aos cuidados de saúde. Os abastados eram assistidos em casa ou em instituições próprias, os demais eram forçados a recorrer a hospitais ou instituições de pendor

<sup>238</sup> LEMOS, 1991.

<sup>239</sup> O que em linguagem médica se designa por etiologia e fisiopatologia.



caritativo, onde escasseavam as condições técnicas e humanas.<sup>240</sup> O diagnóstico era feito em função do reconhecimento de sinais ou sintomas, com a ajuda de exames complementares rudimentares e sujeitos a erro. A inspecção e a palpação do corpo, tal como a percussão torácica e abdominal, métodos semiológicos clássicos, serviam este propósito. Lembrem-se, no entanto, os usuais constrangimentos a que o médico era sujeito no que respeitava à observação do corpo feminino; ou a necessidade de testemunhas durante a observação de um gentio por um médico judeu. As terapêuticas usadas neste período mantiveram-se no essencial as medievais: sangrar, purgar e fazer clisteres, com o objectivo de evacuar e purificar os humores.<sup>241</sup>

No início da Época Moderna existiam ainda instituições para recolher leprosos, embora encerradas à medida que a doença regredia. Um novo mal foi a sífilis, que se expande na sequência das viagens de descobrimento, sobretudo após a chegada de Colombo às Américas. A sua patologia originou múltiplas obras médicas, de que o melhor exemplo em Portugal é o *Tractado contra o mal serpentino*, redigido por Ruy Diaz d' Ysla quando teve a seu cargo a enfermaria de doenças contagiosas do Hospital Real de Todos-os-Santos.<sup>242</sup> A sífilis era na época uma doença que facilmente se espalhava, por via das prostitutas que acompanhavam as deslocações dos exércitos e os marinheiros. A malária foi outra enfermidade que em Portugal, como em todo o Sul da Europa, assumiu grande importância, sendo diversamente descrita e sujeita a múltiplas denominações, como febre terçã e maligna. Era um mal próprio de zonas pantanosas<sup>243</sup> ou muito irrigadas, como os vales do Mondego e do Sado.<sup>244</sup> Por outro lado ignora-se a incidência de algumas doenças que hoje mais nos afectam, como as cardíacas, o cancro ou a diabetes, sabendo-se porém que existiam. É possível que muitas delas tivessem efeitos gravosos, se atendermos ao regime dietético,

<sup>240</sup> MOREIRA e VEIGA, 2005: 145-169.

<sup>241</sup> VEIGA, 1997: 121-135.

<sup>242</sup> Nela reconhece a transmissão da doença por via sexual e descreve as formas clínicas que podia assumir. Este médico fá-lo com tal exactidão e espírito analítico que pode ombrear com Duarte Pacheco Pereira, em relação ao cuidado com que foram observados e descritos os fenómenos.

<sup>243</sup> Daí a etimologia da palavra significando "mau ar".

<sup>244</sup> De onde a malária, ou paludismo termo pelo qual também era conhecida, só será definitivamente erradicada em meados do século XX.



nomeadamente ao teor de hidratos de carbono, de gorduras ou de sal. As doenças infecciosas eram, pela falta de antibióticos que só aparecerão nos anos 40 do século XX, a principal causa de morbilidade e mortalidade.<sup>245</sup>

Os livros de óbito só esporadicamente mencionam a causa de morte, mas, alguns párocos mais meticolosos decidiram incluir esse dado, o que permite assinalar os grandes grupos de doenças mortíferas, onde a tísica, a maligna, as apoplexias e as febres indiscriminadas ocupam lugares cimeiros. Outras causas comuns eram as febres tifóides, as moléstias de peito e as inflamações agudas de certos órgãos. Os mais idosos (com 50 ou mais anos) eram vítimas de hidropisia, apoplexia, cancro, gangrena e inflamações. Nas crianças contavam-se como factores de maior letalidade as febres, o sarampo, as complicações na fase da dentição e as lombrigas, seguindo-se todo um conjunto de doenças maioritariamente contagiosas: escarlatina, também conhecida por febre vermelha, tosse convulsa, desenterias e diarreias. No princípio e no fim da vida as doenças mortais encontravam-se muito ligadas a complicações nos aparelhos nervoso e respiratório.

Ao terminar Quatrocentos estavam firmadas as bases da assistência pública, em moldes que irão vigorar durante a Idade Moderna. No entanto, continuaram a existir outras instituições de prestação de cuidados de saúde de origem medieval, que persistiram para além de Setecentos, como as gafarias e os hospícios. Por iniciativa de Dom João II e Dona Leonor foram criados o Hospital Real de Todos-os-Santos, o das Caldas e as Misericórdias. Estes últimos reflectem uma nova mentalidade e assinalam a intervenção do Estado no campo da assistência pública, que irá consolidar-se nos séculos imediatos. O Hospital Real de Todos-os-Santos foi o primeiro grande hospital português. Sucede a um sem-número de instituições privadas de acolhimento e assistência, na sua maioria ligados a ordens religiosas, que assistiam mendigos, vagabundos, peregrinos e doentes, e primavam pela ineficácia. O poder central mantinha-se arredado desta matéria, excepto pela concessão de subsídios. A fundação do Hospital permitiu ao Estado iniciar a apropriação do poder assistencial. A construção do Hospital Real de Todos-os-Santos, iniciada em 1492, foi inspirada no modelo dos hospitais que o humanismo

<sup>245</sup> A elas voltaremos mais à frente.



italiano permitira erguer em Milão, Roma, Florença e Siena. Por sua vez, ele será o modelo para instituições similares que nos séculos XVI e XVII serão construídas em Portugal.<sup>246</sup> Nos primeiros anos de funcionamento a lotação completa das enfermarias era de 98 doentes acamados, quantitativo que no início do século XVII ascendia às 600 e continuou a aumentar. Passavam pelas suas instalações milhares de indivíduos por ano, que na maioria conseguia sobreviver.<sup>247</sup> Nos inícios de Seiscentos era considerado escasso o corpo clínico.<sup>248</sup> Irá manter-se até 1770 como a estrutura básica da assistência hospitalar em Lisboa e termo, embora submetido a trabalhos de restauro e ampliação de instalações, dado o crescente afluxo de doentes de localidades cada vez mais distantes e o aumento do número de residentes na capital.

O Hospital das Caldas foi outra instituição que merece referência. Fundada em 1485 pela Rainha Dona Leonor, nele são recuperadas as crenças tradicionais nas virtudes terapêuticas das águas e dos banhos, prática mal vista no período medieval. Este hospital é um exemplo de hospital moderno, na linha inovadora do Hospital Real de Todos-os-Santos.

À acção de Dona Leonor deveu-se também a instituição em 1498 da Confraria da Misericórdia de Lisboa, a primeira fundada no Reino. As Misericórdias tinham como objectivo promover o cumprimento de determinadas obras do foro espiritual,<sup>249</sup> mas também prático.<sup>250</sup> No ano seguinte à fundação da Misericórdia de Lisboa foram criadas instituições semelhantes no Porto e em Évora, em 1500 em Coimbra e em 1502 em Santarém. No final do primeiro quartel de Quinhentos ascendiam a 60 as Misericórdias. Alargam-se as suas obrigações de assistência, e a elas foi gradualmente entregue a administração dos principais hospitais. No ano de

<sup>246</sup> Como no caso do Hospital do Espírito Santo em Évora, do Hospital de Jesus Cristo em Santarém, bem como aos do Porto e Coimbra.

<sup>247</sup> Dos registos conservados até hoje consta o movimento de pacientes entre Novembro de 1616 e Novembro de 1617. Durante esse ano deram entrada no Hospital 3026 doentes, 2151 tiveram alta e 620 faleceram, ficando a população hospitalar limitada a 255.

<sup>248</sup> Composto por 2 físicos, 3 cirurgiões, 3 enfermeiros e 5 enfermeiras, auxiliados por um número variável de praticantes (PANARRA, 1994; CARVALHO, 1949; MOITA, 1992).

<sup>249</sup> Como as de ensinar os simples, aconselhar os necessitados e rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos.

<sup>250</sup> Inclui visitas aos presos, alimentar e vestir os pobres, cuidar dos doentes. Os confrades das Misericórdias obrigavam-se a assistir os enfermos no seu domicílio, fornecendo-lhes medicamentos necessários a título gratuito.



1564, o Hospital Real de Todos-os-Santos passou para as mãos da Misericórdia de Lisboa, o de Santarém 3 anos depois, tal como os do Porto, Évora e outros.

Existiam ainda hospitais provisórios, abertos por ocasião do deflagrar de surtos de maior virulência. D. Manuel I criou em 1520 a Casa de Saúde, destinada a recolher e curar os pestíferos da capital. "A casa obedecia a rigorosas condições de localização e limpeza: a primeira seria ter sempre água em abundância para lavagem de doentes e roupas; depois situar-se em zona isolável, mas o mais próximo possível da cidade e perto de um cemitério (no caso o de S. Roque); finalmente dispor-se em campo aberto, para os convalescentes poderem andar ao ar livre, já que nenhuma Causa aproveitam tanto como a largura, muito ar, e muita limpeza". A casa era reactivada sempre que na cidade se detectavam casos pestíferos. Outras instituições havia que, no geral, seguiam as características das anteriores. Todas sempre insuficientes.

## 6.2. A Morte

Doença e a morte constituíam pontos altos da sociabilidade. Para além das percepções com que o homem do passado as encara, elas possuem em si mesmas características de base, que se mantêm inalteráveis nestes séculos, de acordo com um modelo há muito estabelecido. É necessário distinguir a mortalidade normal da mortalidade catastrófica, cuja regularidade é reconhecida, mas que, não obstante, se inscreve na esfera do extraordinário. Em termos de vida quotidiana, as populações reconheciam a que a morte atacava indiscriminadamente. A qualidade dos atingidos condicionava a percepção colectiva sobre determinada ocorrência, sobretudo porque melhor documentada. Essa percepção também aumentava com a concentração populacional. E daí a ideia que as cidades modernas eram os grandes cemitérios da Europa. Até porque na cidade, ao contrário do campo, se morria mais sozinho, uma vez que os laços de sociabilidade eram diferentes e ténues. O alerta era constante, mas enorme o peso dos hábitos, mesmo quando punham em perigo a vida. Veja-se a dificuldade com que os responsáveis locais conseguiam vencer a resistência das populações em



cumprir certas medidas preventivas.<sup>251</sup> Dificuldade acrescida quando se tentaram implementar medidas higiénicas básicas, como a proibição de efectuar os despejos nas ruas ou afastar os animais das habitações. Muitas delas só eram aceites em períodos extraordinários e sob coacção.<sup>252</sup>

Nos séculos XVI e XVII os níveis da mortalidade dita normal eram elevados, de 30 a 40%. A esperança média de vida era baixa, oscilando entre os 25 e os 38 anos, com uma ligeira vantagem feminina. Mas estes valores escondem uma enorme variedade de situações e relembram a questão da desigualdade face à morte, sempre presente. Inúmeros condicionantes podiam interferir e alterar pontualmente estes níveis. As diferenças de vida no campo e na cidade, a maior actividade laboral da mulher em certas zonas, diferentes percentagens de jovens, adultos ou idosos, conjunturas politicamente instáveis.

O homem contribuía para a manutenção dos altos níveis da variável de acordo com a respectiva idade e sexo. A mortalidade infantil era muito elevada, ceifando cerca de um terço dos nascidos antes de completarem 1 ano de vida. Uma vez ultrapassada a fase crítica dos primeiros meses, os níveis mantinham-se altos mais alguns anos, pelo que apenas metade das crianças completava 7 anos. Depois a probabilidade de morte diminuía, atingindo valores mínimos entre as idades 10 e 15. No sexo feminino a mortalidade subia de seguida, devido às complicações durante a gravidez e parto. Na eventual existência de conflitos bélicos, eram os homens nas idades correspondentes as principais vítimas. De qualquer modo, os elementos masculinos evidenciavam a partir dos 40 anos uma sobremortalidade constante, aumentando a partir dessa idade as diferenças de género. A probabilidade de morte subia exponencialmente para todos após os 50. Este modelo geral manter-se-á nas suas grandes linhas.<sup>253</sup> Com efeito, a morte quotidiana era regida por vários factores, onde se destacam os de carácter endógeno e exógeno, com ritmos sazonais específicos. As desigualdades face à morte existiam sobretudo nas idades adultas, uma vez

<sup>251</sup> Lembremo-nos, por exemplo, da polémica que sempre rodeava o cumprimento de quarentenas, a desinfecção de roupas e bens, o isolamento de indivíduos portadores de doenças suspeitas.

<sup>252</sup> CRESPO, 1990: 193.

<sup>253</sup> RODRIGUES, 2004: 11-29.



que não foram alterados os níveis da mortalidade nos grupos mais jovens e idosos. A condição socioeconómica e o local de residência proporcionavam distintas probabilidades de sobrevivência. Nas cidades morria-se mais e mais cedo, mas era aí que existia maior diversidade de situações. Existiam bairros com condições sanitárias e de salubridade superior, onde residiam os grupos abastados, com melhor resistência física, devida a uma dieta mais rica. Essas zonas dispunham de melhores condições para isolar e tratar eventuais doentes contagiosos. Os seus habitantes tinham maiores probabilidades de escapar à doença, porque dispunham de meios e locais de residência alternativa. Por razões preventivas muitos trocavam no Verão as suas residências habituais pelas quintas fora de portas. No mundo rural as diferenças sociais eram mais imperceptíveis e maior a dependência do homem face às alterações climáticas, o que não significava que não existissem diferenças entre a população, ao nível do regime alimentar e da exposição ao contágio e às inclemências do tempo. Morria-se na sequência das grandes variações térmicas a que estavam sujeitos os trabalhadores rurais, ou mesmo por causas directamente ligadas às condições dos campos, como no caso do cultivo do arroz no vale de Santarém.

O ritmo da morte era também alterado pelas condições sanitárias individuais e a debilidade dos corpos, na cidade como no campo. Um exemplo flagrante é dado pelo registo de mortes por gangrena, que se crê serem potenciadas por uma má alimentação num contexto de pouca higiene. O mesmo princípio explicava as mortes devidas a catarro, gripe, pneumonia e febres, mais frequentes em contextos de pobreza. Assim se explica como grande parte das crises vividas nas vilas e cidades do Portugal moderno se efectuaram um pouco à margem das mesmas. Os grupos mais afectados são-lhe parcialmente estranhos: soldados vindos da frente de batalha, prisioneiros de guerra, mendigos e homens sem profissão, fugidos à fome e à guerra. A abertura dos espaços urbanos contribuía para elevar os níveis da variável, ao aumentar as probabilidades de importação e contágio. Na realidade, grande parte da população vivia num estado geral de depressão física que facilitava a propagação de certos males, agravando-lhes a respectiva virulência. Desde tenra idade as crianças seguiam o regime



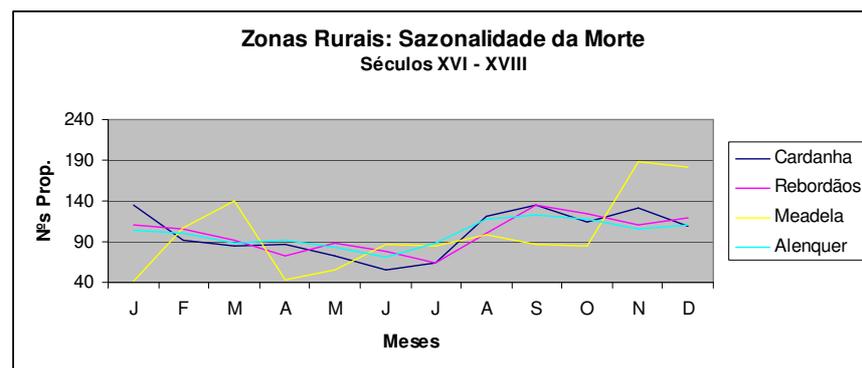
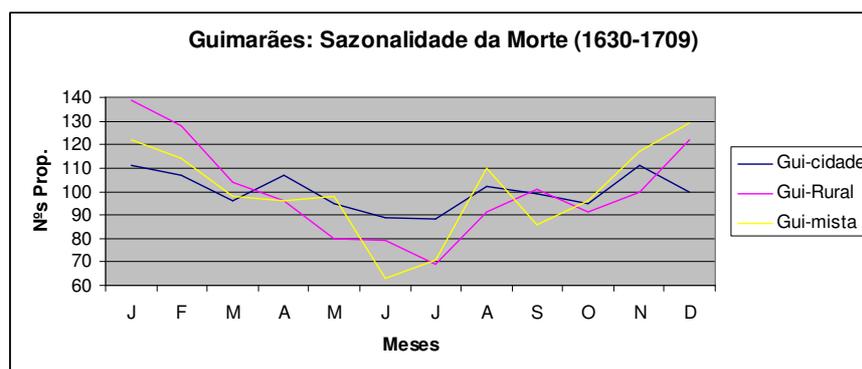
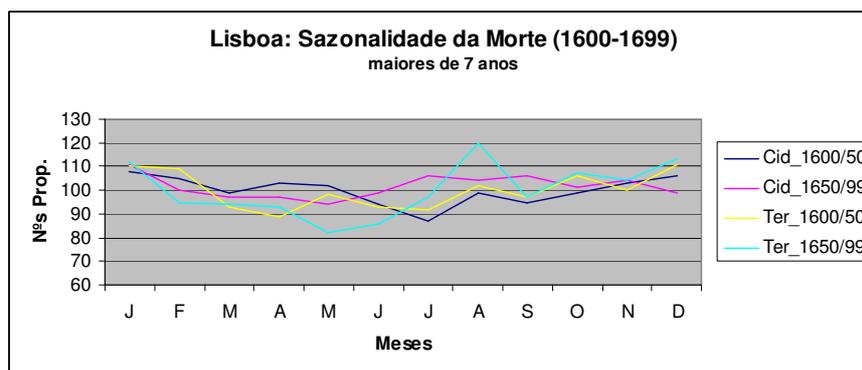
alimentar dos adultos, factor responsável por muitos óbitos entre os de menor idade. Na 2.<sup>a</sup> metade do século XVII começa a esboçar-se uma geografia da morte quotidiana nos vários tipos de espaço e acentuaram-se as características diferenciais, segundo o extracto social e económico. A morte continuou a ser especialmente selectiva nas cidades, onde grande número de pessoas vivia em casas frias, em locais sujos e sem água, onde faltavam produtos alimentares básicos e era maior a circulação de portadores de doenças. Estes factores explicam também o carácter endémico que nesses locais adquiriram algumas causas de morte. Os traços gerais e a evolução sazonal da morte são conhecidos, já que ela apresentava um carácter cíclico. Todos os anos as mesmas causas, nos mesmos meses, vitimavam os mesmos grupos etários. No entanto, eram maiores as preocupações na época estival, porque as principais vítimas eram as crianças e porque as grandes causas de morte apresentavam um perfil contagioso, que facilmente se poderia tornar epidémico. Nas zonas rurais assinalavam-se dois grandes picos de mortalidade. O primeiro invernal, causado pelas condições adversas do clima, pontualmente acompanhado de escassez alimentar, que afectava sobretudo a população maior de 40 anos. Nos corpos mal agasalhados e nutridos facilmente surgiam infecções de tipo bronco pulmonar (gripes, pneumonias, catarros). No segundo momento, entre Julho e Setembro, o enfraquecimento da lactação e dos cuidados maternos, a ingerência de produtos alimentares impróprios e águas contaminadas favoreciam a propagação de surtos epidémicos violentos, como as febres de origem tifóide. As vítimas eram as crianças, mas não só elas. Doenças de pele eram frequentes (furúnculos, sarnas e outras irrupções), embora não necessariamente fatais. Nesta visão esquemática, a época benigna decorria entre finais da Primavera e inícios do Verão, sendo Junho por norma o mês de menos mortes. Nos centros urbanos, a relação entre o homem e o meio era menos linear, mas sem se afastar demasiado deste esquema. Um aspecto que contribuía para reduzir as flutuações sazonais decorria das características estruturais da população.<sup>254</sup> De acordo com a tipologia

<sup>254</sup> Nas cidades era menor o peso dos jovens e idosos, já que a imigração privilegiava gente em idade activa, que não raro retornava às terras de origem aos 40 ou 50 anos. Dessa forma se diluíam as



elaborada em meados do século XVIII por Francisco Cangianicle,<sup>255</sup> a morte era provocada por doenças crónicas, agudas ou repentinas, incluindo-se aqui as asfixias, convulsões, óbitos inesperados, partos e apoplexias. Nos meios urbanos esta categoria era reforçada com as mortes violentas.

### Sazonalidade da Morte em Portugal



A análise das genealogias das Dinastias de Avis, Habsburgo e Bragança (até 1700) constitui um exercício interessante para avaliar a tão forte proximidade da morte, mesmo considerando que se trata do grupo com

oscilações estavais e invernais, por que eram grandes responsáveis as camadas mais jovens e idosas.  
<sup>255</sup> (fls.61-61v<sup>o</sup>). Citado por VEIGA, 1997: 141



a máxima probabilidade de sobrevivência. Os resultados, sem validade estatística, coincidem com algumas das tendências demográficas sugeridas para outras realidades: aumento progressivo das idades médias da morte entre finais do século XV e 1700, manutenção do modelo em U, maior esperança de vida feminina, apenas nas idades mais avançadas, já que as complicações pré e pós parto reduzem essa vantagem entre os 15 e os 44 anos. Ao atingir a idade adulta, homens e mulheres têm probabilidades de sobrevivência idênticas.

G.Idade 1480 - 1700	Dinastia de Avis		Dinastia de Habsburgo		Dinastia de Bragança	
	H	M	H	M	H	M
- 1	2	2	3	1	1	1
1-5	3	1	0	1	0	0
6-14	2	0	1	0	0	0
15-34	6	2	1	3	2	2
35-44	0	1	3	2	3	0
45-54	2	0	0	1	3	2
55-64	1	2	1	2	1	0
65 +	1	1	1	1	0	1
TOTAL	17	9	10	11	10	6
Id.média	23,3	30,9	27,3	37,5	39,8	35,2

Fonte: MARQUES, 1984: I e II

#### Esperança de vida aos 25 anos

Região	Paróquia	Gerações	H	M	Total
Alto Minho	Romarigães	1640-1818	35	35	35
Guimarães	Zona Urbana	Antes 1700	32	32	32
Estremadura	Ericeira	1622-1721	38	38	38

Fonte: REIS, 2003:97.

### 6.3.Crises de mortalidade

As epidemias que regularmente deflagravam no espaço português constituíam uma das grandes preocupações, sobretudo quando tinham origem externa ou atacavam zonas de especial melindre, como a capita ou as grandes cidades e portos litorais. O surto tornava-se assunto de Estado, relegando para segundo plano os restantes sectores da administração. Mas nestes séculos os surtos deixam de ser considerados castigo divino, para se transformarem numa adversidade a ser debelada. Esta noção explica o tipo de medidas preventivas e profilácticas que as autoridades locais e régias foram impondo, sobretudo em termos de detecção e isolamento dos grupos reputados como causadores ou propagadores da doença.<sup>256</sup>

<sup>256</sup> RODRIGUES e SANTOS, 1998: 65-84.



No século XVI conheciam-se os principais factores de mau estado de saúde da população, mas só eram tomadas medidas concretas quando a doença assumia níveis invulgares. Os responsáveis atribuíam uma importância crescente a factores externos preventivos, como a higiene pública e privada, cuja implantação esbarrava com a falta de infra-estruturas e assistência médica e a resistência da população, o que dificultou ou anulou a possível eficácia das políticas de acção sanitária diversas vezes ensaiadas. Embora existissem formas de defesa sanitária instaladas a título permanente nas fronteiras terrestre e marítima, bem como responsáveis locais pela saúde do Reino nos principais centros, era mais prudente tomar medidas preventivas, que profilácticas, uma vez que não havia remédio ou terapêutica de comprovada eficácia contra certos males. O quotidiano alterava-se no período que durava o combate à doença. Evitavam-se ou proibiam-se os ajuntamentos, cessavam as festas populares e as festividades religiosas, excepto as procissões realizadas em honra dos santos protectores contra as epidemias.<sup>257</sup> A circulação de gentes e bens era reduzida ao mínimo. Isolavam-se os grupos tidos por possíveis responsáveis e os locais infectados.<sup>258</sup> A primeira reacção perante o mal incontrolável era a fuga, que parecia ser o único remédio eficaz. Já no século XV Dom Duarte discutira no capítulo 54 do *Leal Conselheiro* os prós e contras dessa atitude, que acabara por considerar a mais razoável. Em 1505 Dom Manuel ordenou à população de Lisboa que dela fugisse, o mesmo vindo a acontecer em 1518, 1527, 1569, 1579, em quase todos os locais infectados. A segurança do rei e da corte tinha prioridade sobre a demais população.<sup>259</sup> Nestes reinados, afectados por surtos pestíferos que se equivalem, o Rei e a Corte serão isolados em lugares mais salubres, mas não se isolam na indiferença. Prova-o a intensa troca de correspondência que mantêm com os responsáveis locais. Mas quando em 1600 se reacendeu na capital o "mal de que Deus nos livre", ou seja, a peste, "como a gente estivesse trabalhada e cansada de

<sup>257</sup> São Sebastião e São Roque, cujo culto remontava aos finais do século XIV.

<sup>258</sup> Em Janeiro de 1599 encarceram-se no bairro da Rua Famosa todos os pobres encontrados em Lisboa e a cidade propõe-se pagar as custas do seu transporte para o Brasil, para assim se livrar desse grupo indesejado, o que só não aconteceu devido à insolvência da Câmara.

<sup>259</sup> Perante suspeita idêntica, Dom Sebastião fugiu em 1569 para Sintra, que quando o mal começou a alastrar, trocou por Óbidos. À medida que a epidemia progredia no seu raio de alcance o rei e a corte fugiam. O mesmo acontecerá com Dom Henrique, por ocasião da peste de 1579.



tanta saída já se não queria ninguém sair della antes os que estavam fora se vinham."<sup>260</sup> Com efeito, o carácter menos espectacular e súbito das crises que atingem a população a partir do século XVII põe fim às cenas de pânico e fuga dos atingidos, cuja percepção dos fenómenos passa a ser fluida. Este século assinala também o distanciamento entre o grosso da população e os mais abastados. A selectividade da morte evidencia-se, mesmo nas épocas de mortalidade extraordinária, a qual só em aparência era niveladora. O aumento populacional viu-se comprometido pelas crises de mortalidade, tendo como principais responsáveis os surtos epidémicos ou pestíferos, aliados a épocas de fome e carestia alimentar. Outros fenómenos esporádicos desempenharam também papel importante, como os acidentes naturais, conflitos bélicos e desastres da política expansionista. Mas só as crises de tipo misto, aquelas em que maus anos agrícolas ou dificuldades de abastecimento de produtos básicos se aliavam a surtos de origem epidémica, imprimiram verdadeiras quebras nos efectivos demográficos.

As pestes quinhentistas, importadas por via dos tratos comerciais e das relações diplomáticas activadas entre os Estados da Europa moderna constituem casos de excepção, pelas origens e virulência devastadora. A abertura do espaço nacional nos séculos XVI e XVII favoreceu a circulação de agentes portadores de doenças, especialmente perigosos nos centros urbanos de maior densidade populacional. A morte catastrófica dependia ainda do tipo de actividades preponderantes e da mobilidade das gentes que neles constantemente passavam. Em Portugal, Lisboa desempenhou o papel de pólo de recepção e irradiação dos surtos. Mas neste contexto devemos distinguir as pestes trazidas por via dos contactos mantidos com o Norte de África e com os nossos tradicionais parceiros no trato, sobretudo os portos do sul da Península e Mediterrâneo, mas também Londres, cidades holandesas e alemãs. A peste esteve na base de grandes mortandades, substituída no século XVII pelo tifo e as febres de origem tifóide.

Com cronologias, causas e impactos distintos, as “crises de mortalidade” apresentaram características semelhantes no território nacional,

---

<sup>260</sup> SOAREZ, 1963: 58.



mas que diferiram ao longo dos séculos.<sup>261</sup> O primeiro factor de uniformidade remete-nos para as suas causas próximas. Independentemente das épocas e dos locais, as grandes crises surgem aliadas a conjunturas adversas, em termos políticos e sobretudo económicos. O perfil epidémico constitui outro traço comum, embora afecte com probabilidades diversas os grupos sociais. A questão da diferencialidade da morte será, aliás, um aspecto inovador que iremos encontrar, após uma leitura transversal da variável. A segurança das conclusões aumenta com a qualidade e quantidade de informação documental. No período que antecede a existência de séries paroquiais de óbito, há que recorrer a fontes literárias para identificar algumas das causas próximas e o impacto desses momentos.<sup>262</sup> Assim, embora só tenhamos referências pontuais de Damião de Góis e Frei Luís de Sousa sobre o impacto dos surtos epidémicos de inícios de Quinhentos, é possível traçar para os restantes um quadro mais detalhado.<sup>263</sup> A relação entre escassez alimentar e surto epidémico será apontada como causa directa dos flagelos sentidos nos anos 20, sobretudo em 1522 e 1523, que se sucederam a dois anos de más colheitas. Conta Frei Luís de Sousa, nos *Anais de D. João III*, que "*em Lisboa se padecia já tanto no Outono de 21, que aconteceu passarem muitos homens oito dias sem tocar pão*". É possível que então se morresse de encefalite letárgica, mas a situação tenderá a agravar-se, culminando nos meses de Março e Abril de 1523 com um violento surto de peste, altura em que "*muitos caíam e ficavam mortos sem sepultura pelos caminhos*." O carácter fulgurante da doença permitirá a realização dos festejos do Corpo de Deus algumas semanas mais tarde, sendo embora limitados os locais de reunião, por temor ao reacender do contágio. Este surto marca o iniciar de uma fase de sobremortalidade por todo o Reino, que atinge especial gravidade nos centros urbanos. Em termos globais é possível encontrar um modelo nestes surtos. Muitos deles deflagram em Lisboa, embora adquiram impacto nacional, quando coincidentes com conjunturas

<sup>261</sup> A este facto há ainda que lembrar que nem todo o território está estudado e muito menos obedece a idênticas opções de carácter metodológico, o que dificulta as comparações. Importa, assim, efectuar uma leitura que privilegie a perspectiva temporal, em detrimento da geográfica, apesar das diferenças entre campos, vilas e cidades.

<sup>262</sup> Destacar aqui o trabalho de síntese de BARBOSA, 2001: 11-17.

<sup>263</sup> RODRIGUES, 1990: 95-97.



económicas desfavoráveis. Os surtos parecem ter revestido um carácter epidémico, mesmo que este não constituísse a sua causa imediata. Seguiram-se a anos de más colheitas e esterilidade, decorreram de problemas de abastecimento, acrescidos nos centros urbanos pela afluência de gente faminta de todo o Reino. Estes terão sido os factores determinantes das mortandades assinaladas, embora seja impossível avaliar o seu impacto em termos demográficos. De facto, não basta enumerar os diversos anos de crise. Há sobretudo que seleccionar os casos que verdadeiramente influenciaram a evolução populacional do Reino e que são basicamente as três grandes crises de Quinhentos, secundadas de longe por alguns anos do primeiro quartel de Seiscentos.

A partir dos anos 60 do século XVI as séries paroquiais de óbitos reflectem os momentos de crise e permitem estimar a intensidade das mesmas.<sup>264</sup> Utilizando a metodologia proposta por Jacques Dupâquier<sup>265</sup> foram apurados os totais anuais de óbito em cinco concelhos, distinguindo anos de mortalidade normal e extraordinária. A falta de estudos regionais impede o alargamento das conclusões a nível nacional. No concelho de Lisboa um em cada três anos são de crise; nos arredores, de povoamento menos concentrado e densidades de ocupação baixas, a vantagem da vida sobre a morte é maior, embora penalize os locais com maiores índices de concentração.<sup>266</sup> As diferenças evidenciam-se quando confrontamos as percentagens correspondentes ao número de anos de mortalidade extraordinária com o total de anos das séries paroquiais.

**Mortalidade normal e extraordinária em Portugal (Ratio AC/AN)**

Concelhos	Séc. XVI	Séc. XVII	
	2ª met.	1ª met.	2ª met.
Alenquer	32	22	24
Oeiras	0	8	8
Cascais	0	13	8
Sintra	13	5	10
Lisboa	23	26	29

<sup>264</sup> O número de freguesias com informação nos espaços analisados em termos demográficos ultrapassa 50% desde a segunda metade do século XVII Para o concelho de Alenquer veja-se FERREIRA (1989); para Lisboa, RODRIGUES (1990). Para Oeiras, Cascais e Sintra, RUNKEL (1990).

<sup>265</sup> DUPÂQUIER, 1979:83-112.

<sup>266</sup> Caso das freguesias históricas de Oeiras, Cascais e Sintra. (RUNKEL, 1990).



**Crises de Mortalidade em Portugal nos séculos XVI e XVII (%)**

Concelhos	Séc. XVI		Séc. XVII	
	2 <sup>a</sup> met.	1 <sup>a</sup> met.	1 <sup>a</sup> met.	2 <sup>a</sup> met.
Alenquer	24	18	18	19
Oeiras	0	6	6	7
Cascais	0	11	11	7
Sintra	11	5	5	9
Lisboa	19	21	21	22

Nestes séculos ocorrem mudanças significativas. Passamos das pestes quinhentistas às epidemias sociais de tifo, frequentes no século XVII e que reflectem a progressiva selectividade da morte extraordinária. Mesmo que ela se esconda sob formas menos abruptas de eclosão, torna-se evidente que tende a concentrar-se em áreas de maior densidade e mais insalubres.<sup>267</sup> O povoamento disperso em quintas e pequenos núcleos com um modo de vida rural minoram os perigos. A alteração do perfil das grandes causas de morte extraordinária é igualmente visível na crescente ocorrência de crises de duração plurianual.<sup>268</sup> Embora as sínteses realizadas para Portugal respeitem a mesma metodologia, existem diferenças na forma como se encontram estruturados os resultados, o que nos impede de aprofundar alguns aspectos que abordámos relativamente a Lisboa.<sup>269</sup> Caso das diferenças entre o comportamento das freguesias do centro urbano e as rurais do termo, quanto ao número de crises e respectiva cronologia e intensidade. O confronto entre a percentagem de população envolvida em cada momento<sup>270</sup> e a superfície que representam as freguesias afectadas, permitiria distinguir as crises globais das localizadas em determinadas zonas do universo em estudo. A cartografia de cada crise possibilitaria visualizar eventuais desigualdades internas face à mortalidade extraordinária.<sup>271</sup>

<sup>267</sup> Na Lisboa oitocentista, tal como em Setúbal, a esperança média de vida difere em mais de 2 anos, entre os bairros ricos e populares. Mas esta não era apenas uma especificidade urbana, aplicando-se também a aglomerações situadas junto a pântanos, ribeiras e outros locais doentios, onde só permanecem os mais desfavorecidos.

<sup>268</sup> Esse facto foi amplamente demonstrado em Lisboa.

<sup>269</sup> RODRIGUES, 1995: 47-74.

<sup>270</sup> Mesmo que apenas em termos aproximados, já que até ao século XIX é difícil saber com exactidão quantos eram os residentes em cada localidade.

<sup>271</sup> Passaríamos a conhecer as zonas que mais escapavam às crises no interior dos vários concelhos, podendo adiantar eventuais razões com base nos ambientes natural ou construído e sugerir um modelo ou tipologia do fenómeno da sobremortalidade.



**Crises de Mortalidade em Lisboa (séculos XVI-XVII)**

Crises	Conjunturas	Causas prováveis	Duração	Sazonalidade	Pop. + atingida
1569		peste	3 m	Verão	Adultos jovens
1579-80	Crise ec. e pol.	Peste gripe	10 m 3 m	Outono Verão Inverno	Adultos jovens indiscriminado
1598-02	Crise ec. e pol.	peste gripe pneum.	? 3 m	Inv98-prim02 Inverno	Adultos jovens indiscriminado
1615-22	Crise ec. e social	f.tifóide,difteria tifo	? 3 m + 3 m	Verão15-Inv17 Verão19 e 20	Cri. e velhos indiscriminado
1630-33	Crise ec. e social	Tifo disenteria	3 m + 3 m 3 m + 3 m	Out30 e 32 Verão 31 e 32	Adultos crianças
1636	Crise ec. e social	varíola	5 m	Prim-verão	Crianças
1642	Crise ec. e social	tifo	6 m	Inv-Prim	Adultos jovens
1647-52	Crise ec. e pol.	Peste f.tifóide	4 m ?	Inv46-Prim47 Prim 51 e 52	Indiscriminado indiscriminado
1658-59	Crise ec. e pol.	Tifo, f.tifóide	3 m + 3 m	Verão 58 e 59	Adult., idosos
1662-63	Crise ec. e pol.	f.tifóide pneumonias	3 m + 3 m 5 m	Verão 62 e 63 Inv62-Prim63	Crianças Adult., idosos
1665-66	Crise ec. e pol.	f.tifóide	3 m + 3 m	Verão 65 e 66	Jovens Adultos
1676-85	Crise ec.	febres? peste	? ?	Ver.75-78, Ver 84 e 85 Inv79, 82	indiscriminado
1692-94	Crise ec.	?	7 m	Prim-Ver92,93	indiscriminado
1698	Crise ec.	?	4 m	Ver-Out	indiscriminado

Fonte: RODRIGUES, 1995:68.

À medida que avançamos no tempo aumenta o número de picos de mortalidade, enquanto decresce a sua intensidade.<sup>272</sup> Em conjunto as crises fracas e médias (graus 1 e 2) representam mais de 75%, sendo as de maior intensidade (graus 4 a 6) mais frequente no século XVI.

**Frequência e Intensidade das Crises de Mortalidade em Portugal (%)**

**Século XVI**

Intensidade	Alenquer	Sintra	Lisboa
Grau 1	43.8	31.8	42.6
Grau 2	43.8	18.2	35.2
Grau 3	6.2	22.7	11.1
Grau 4	6.2	27.3	7.4
Grau 5	0	0	1.9
Grau 6	0	0	1.9
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>22</b>	<b>54</b>

**Século XVII**

Intensidade	Alenquer	Oeiras	Cascais	Sintra	Lisboa
Grau 1	34.5	37.1	38.6	39.5	50.8
Grau 2	43.1	41.9	36.4	38.8	29.5
Grau 3	22.4	21.0	25.0	21.7	16.8
Grau 4	0	0	0	0	2.1
Grau 5	0	0	0	0	0.5
Grau 6	0	0	0	0	0.3
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>62</b>	<b>44</b>	<b>152</b>	<b>376</b>

<sup>272</sup> Embora não possamos esquecer que lidamos com volumes de informação e número de séries variáveis (3 concelhos no século XVI e 5 no século XVII). Foram contabilizados todos os momentos de sobremortalidade detectados em todas as freguesias e não apenas os que foram considerados de crise geral.



Por todo o país se foram alterando as causas próximas e algumas características das crises. Às intensas de curta duração, típicas do século XVI e primeiros anos do seguinte, sucedem outras cujo impacto resulta de se terem mantido activas por 2 ou mais anos.<sup>273</sup> A comparação das cronologias locais revela a complexidade do fenómeno. Na prática, em quase todos os anos foram registadas crises, numa ou em diversas partes do país, embora com épocas de acalmia.<sup>274</sup> Decidimos reter apenas as crises nacionais, seguindo o critério usado por Vicente Pérez Moreda e Lorenzo Del Panta.<sup>275</sup> Os resultados reflectem a tipologia própria da mortalidade extraordinária portuguesa do passado: no século XVI as grandes mortandades são espaçadas e curtas, embora fulgurantes, depois tornadas menos virulentas e de perfil endémico. O número de séries comparáveis por décadas e as mutações nas doenças responsáveis explicam como aos 6 anos de crise quinhentista corresponde igual número de sobremortalidades, enquanto os 13 e 16 anos das duas metades de Seiscentos são de facto apenas 7 e 6 momentos extraordinários. Alguns delas têm incidência regional.

**Anos de Crise de Mortalidade geral em Portugal**

		Nº Total	Anos de Crise
Séc. XVI		6	1569,1580,1588,1593/4,1599
Séc.XVII	1ª met.	13	1615/16,1619/20,1622/23,1631,1636/37,1642,1647/9
	2ª met.	16	1657/59,1662/63,1675/78,1682/83,1685,1693/97

**Intensidade das Crises de Mortalidade em Portugal**

Anos	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Grau 4	Grau 5	Grau 6
1569						1
1579-80					1	
1599			2	1		
<b>Total</b>			<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
1615/16			2	2		
1619/20	1	2	2	2		
1622/23	1	3	2	1		

<sup>273</sup> Na segunda metade de Seiscentos cumpre assinalar o número significativo de crises que extravasam os limites impostos pelo ano civil, algumas estendo-se por 3 a 4 anos, embora a duração média se fixe entre 1,5 e 2.

<sup>274</sup> Em todos os casos são as características particulares das causas de morte extraordinária por peste que explicam o facto. O número total de anos sem crise nos diferentes subperíodos considerados na nossa análise foi o seguinte: 1ª metade do século XVII = 20 (40%); 2ª metade do século XVII = 13 (26%).

<sup>275</sup> Respectivamente MOREDA, 1980; DEL PANTA, 1980. Estes autores consideram anos de crise geral apenas aqueles em que pelo menos 25 por cento das áreas em análise registem um aumento excessivo de óbitos, independentemente do grau de intensidade dessas subidas. A aplicação desse critério resulta na informação que apresentamos no Anexo já referido, o qual faz uma triagem dos vários momentos de mortalidade extraordinária geral no nosso país, registando a sua duração provável e respectiva intensidade, por concelhos. Na segunda coluna é indicado para cada ano o grau de incidência das crises locais relativamente ao número de localidades em observação.



1631	1		1	1		
1636/37	1	3	1	2		
1642	2		1			
1647/49		8		3		
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>9</b>	<b>11</b>		
1657/59		1	9	2		
1662/62		1	7			
1675/78		7	6			
1682/83	1	7				
1685		3				
1693/97		2	10	3		
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>21</b>	<b>32</b>	<b>5</b>		

As grandes crises do século XVI nunca apresentaram intensidades inferiores ao Grau 3, atingindo níveis catastróficos. Nas primeiras décadas de Seiscentos são frequentes as crises médias e grandes (Graus 3 e 4), mas o modelo altera-se com o aumento de ocorrências de média intensidade (Graus 2 e 3). A grande causa de morte é a peste no século XVI e ainda um pouco no seguinte, mas já sem a intensidade do passado. Com o século XVII aumenta a importância e frequência das crises devidas a tifo e outros males contagiosos, alguns dos quais predominantemente infantis, como no caso das febres de origem desconhecida, tifóides, disenterias e varíola. Este quadro nosológico não será alterado nas suas grandes linhas, excepto com a *colera morbus* de 1833 e 1855-1856, que marcam o fim de ciclo.

#### Causas das Crises de Mortalidade Geral

Anos de Crise	Causas Prováveis
1569	Peste
1580	Peste, gripe
1599	Peste, gripe
1615/16	f. tifóide, difteria
1619/20	tifo
1622/23	tifo
1631	tifo, disenteria
1636/37	varíola
1642	tifo
1647/49	peste
1657/59	Tifo, f. tifóide
1662/62	F. tifóide, gripe
1675/78	Febres, peste
1682/83	Febres
1685	Peste
1693/97	Tifo

Em Portugal, as grandes crises foram causadas por doenças altamente contagiosas e letais, importadas por via dos contactos marítimos e terrestres estabelecidos à escala mundial, que surgem sob a forma de vagas epidémicas, de acordo com os grandes males dos séculos a que



correspondem. Nos casos de menor intensidade obituária, a subida anormal dos níveis da variável surge ligada a doenças contagiosas com complicações de foro digestivo ou respiratório, cuja alternância se exercia em função da sazonalidade apresentada. Nas crises estivais, a subida do número de mortes era provocada por febres tifóides, enterites e doenças típicas da população mais jovem (sendo as bexigas e a varíola as mais frequentes). No Inverno sobrevinham as gripes, pneumonias e tifo exantemático. Sempre que a mortalidade se prolongava por diferentes épocas do ano ela manifestava causas múltiplas, que se sucediam ou sobrepunham. Assim, embora apenas em finais do século XVII, com a publicação do *Regimento que se ha de observar sucedendo haver peste (de que Deos nos livre) em algum Reyno, ou Provinça confinante com Portugal*, datado de 1693, se conseguisse um aparelho sanitário razoavelmente eficaz nos limites terrestre e marítimo, as tentativas para o estabelecer são muito anteriores. A mortalidade epidémica continuará a ser até ao final do século XIX a grande causa de mortalidade extraordinária, numa época em que as crises de sobrevivência haviam deixado de originar as clássicas crises demográficas. A partir do século XVII, o aumento esporádico da mortalidade diminuía o carácter positivo dos saldos fisiológicos, mas raramente os invertia. Esta é uma realidade nacional e europeia.<sup>276</sup>

#### 6.4. A mobilidade

Os movimentos migratórios são a variável de mais difícil avaliação.<sup>277</sup> A grande maioria dos homens crescia e morria nos limites de uma pátria ou nação, cujos horizontes eram determinados pelo relevo e acidentes naturais, que restringiam a circulação de pessoas e bens.<sup>278</sup> No entanto, apesar dos entraves naturais que dificultavam a mobilidade, sabe-se que ela era substancial. Os motivos eram vários, predominantemente de foro económico, sendo necessário distinguir entre deslocações temporárias e definitivas. No

<sup>276</sup> RODRIGUES, 1995: 47-74.

<sup>277</sup> Dada a dificuldade em definir o significado do conceito e as suas vertentes. A falta de informação que sobre cada uma delas possuímos dificulta-o também. Há que recorrer a informações sobre naturalidade: listagens de embarque, contratos de casamento e procurações, contratos de assalariados, registos hospitalares, registos de casamento e óbito, processos inquisitórios (locais, rotas de migração, tempos no ciclo de vida e estadias médias).

<sup>278</sup> MAGALHÃES, 1993: 17.



primeiro grupo incluíam-se os mercadores, os vendedores ambulantes, as tripulações de navios mercantes e militares, os pastores, os oficiais a cumprir comissões de serviço. O abandono do campo pelas cidades efectuava-se de acordo com estes parâmetros de curta distância, à excepção das migrações para Lisboa, que abarcavam indivíduos de todo o país. Essas deslocações tinham carácter bastante definitivo, por vezes familiar.<sup>279</sup> Porém, os portugueses deslocavam-se por motivos menos materiais. As peregrinações a Santiago de Compostela continuaram, tal como a comparência às festividades religiosas das terras vizinhas. Razões também de foro aparentemente religioso, mas que desde logo o transcendem, justificam no final do século XV a entrada no Reino dos judeus expulsos de Castela e, mais tarde, a saída de cristãos novos fugindo às perseguições inquisitórias. No decurso dos eventos que marcam o ciclo de vida individual outros motivos justificam saídas mais ou menos frequentes e prolongadas dos locais habituais de residência. O pagamento de capitações e impostos e o recurso à justiça tornavam necessária a deslocação às povoações de que dependiam, fiscal ou judicialmente. O mesmo acontecia por motivos de saúde, como comprovam, entre outros, os registos de entrada de doentes no Hospital de Todos os Santos em Lisboa, ou os relatos da fuga das gentes quando das grandes epidemias. Por último, não podemos esquecer a importância da deslocação dos exércitos, quando não de todos os residentes de determinado local em tempo de guerra, fenómeno relativamente frequente. Para uma pequena elite de viajantes e letrados, a viagem constitui uma forma de vida, efectuada com carácter regular, o que a permite considerar como uma faceta diversa de mobilidade. Assim, múltiplos factores justificavam a movimentação das gentes neste período, a nível interno facilitada por uma língua e moeda únicas. Efectivamente, até final de Seiscentos, os movimentos migratórios inscrevem-se numa política consistente do poder central, com vista a assegurar o domínio do Império geograficamente disperso. Pelas suas distintas características devemos considerar

---

<sup>279</sup> OLIVEIRA, 1995: 261.



separadamente as migrações internas, a imigração e a emigração, com fases cronologicamente distintas.<sup>280</sup>

## 7. Migrações internas e crescimento urbano

*Não me temo de Castela  
Donde guerra ainda não soa  
Mas temo-me de Lisboa  
Que ao cheiro desta canela  
O reino se despovoa  
Sá de Miranda (c. 1530)*

A procura de melhores condições de vida explica as direcções privilegiadas por aqueles, maioritariamente homens, que trocaram o seu local de origem.<sup>281</sup> A intensidade das migrações internas nos séculos XVI e XVII, tal como os quantitativos nelas envolvidos, permanece uma incógnita, embora sejam tidos como causa da estagnação ou declínio populacional de certas áreas ou justifiquem o crescimento de outras. Os fluxos mais habituais processavam-se na curta distância, dos casais dispersos e pequenas aldeias em direcção às vilas e cidades.<sup>282</sup> De Caminha e Valença ao Algarve, a maior parte da população movimenta-se prioritariamente no termo de cada vila ou a partir das terras limítrofes. Testemunha-o a análise toponímica dos nomes de muitos dos arrolados. Outros vêm de terras próximas, mesmo que transfronteiriças, como os galegos e alguns castelhanos na fronteira interior sul. A área geográfica de recrutamento de cada localidade está positivamente correlacionada com a dinâmica económica local, sendo por excelência as cidades os pólos catalizadores das gentes campesinas. Acontece no Algarve urbano, em Évora, Leiria, Santarém e Coimbra. Évora, por exemplo, recebia gente de todo o Alentejo, mas também da Beira, Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho.<sup>283</sup> Grande parte dos residentes em Coimbra na primeira metade do século XVI eram naturais das províncias do Norte<sup>284</sup> e em

<sup>280</sup> SERRÃO, 1982: 95-110.

<sup>281</sup> OLIVEIRA, 1995: 297.

<sup>282</sup> GONÇALVES, 1988a: 80-81 e 98-103; e ainda da mesma autora, 1988b: 112-113 e 129-140.

<sup>283</sup> GONÇALVES, 1988a: 80-81 e 98-103.

<sup>284</sup> OLIVEIRA, 1995: 281-282, 294 e 299.



Santarém e Leiria encontra-se gente de todo o Ribatejo.<sup>285</sup> Porém só Lisboa tem capacidade atractiva à escala nacional. Desde muito cedo do Norte, mas igualmente do Alentejo, da Beira, região donde chegam grandes grupos de indivíduos nos anos de crise económica, do Algarve e de todo o litoral, donde o contacto se estabelece por mar.<sup>286</sup>

Os movimentos migratórios sazonais e temporários eram apreciáveis. O grande objectivo era o de conseguir um segundo salário ou um complemento para assegurar a sobrevivência quando as fainas agrícolas estavam paradas. Rurais e urbanas, incluem as fainas piscatórias e de transumância, a mendigagem e trabalhos esporádicos. Envolve grupos de homens, mas também mulheres jovens e casadas. Por vezes são internacionais, sobretudo quando no sul da Península começam a faltar braços para determinadas tarefas. No século XVII alarga-se o número de meses de ausência deste tipo de migrantes. Nos momentos altos das fainas agrícolas mantiveram-se as práticas de migração sazonal dos designados *ratinhos*. De Braga, Porto, Guarda e Coimbra chegavam trabalhadores à Estremadura e Alentejo. Em Évora existiam praças onde se podiam encontrar trabalhadores à jorna, documentados em meados dos anos 60 do século XVI.<sup>287</sup> São feitas várias tentativas para impedir ou minorar as perturbações causadas por estas deslocações, para os locais de chegada, onde geravam alterações ao quotidiano, pelo seu número e desenraizamento, e de partida, sobretudo porque aumentava o preço da mão-de-obra.<sup>288</sup>

Em termos numéricos, as migrações registaram com o final do século XV e grande parte do seguinte um crescimento acentuado, que se prolongará até ao primeiro quartel de Seiscentos. Depois o fluxo pareceu atenuar-se, variando anualmente. As migrações internas beneficiaram os centros urbanos e a metade norte do Reino, em detrimento do sul. A sua importância para o crescimento urbano é uma realidade estrutural dificilmente quantificável, dada a escassez e carácter indirecto das fontes. A população que continuamente chegava às cidades não esquecia a sua origem. Esta ligação efectuava-se

<sup>285</sup> GOMES, 1995: 288-290.

<sup>286</sup> RODRIGUES, 1990.

<sup>287</sup> DIAS, 1998: 25.

<sup>288</sup> OLIVEIRA, 1995: 273.



em termos familiares e pelo retorno em idades avançadas. Os bairros populares das cidades eram pontilhados de indivíduos que tinham em comum a pertença a uma região, o que prova a existência de fluxos internos. A nível nacional reconhece-se hoje a existência plurissecular de várias linhas migratórias, do Norte e do Sul do País.<sup>289</sup>

A imigração efectuou-se de acordo com três factores básicos e interligados, mesmo que de forma indirecta: a idade dos migrantes, o seu nível socioeconómico e o local de residência. O efeito dos fluxos migratórios na estrutura etária e por sexos da população gerou o aumento na representatividade dos homens e adultos jovens nas zonas atractivas, afectando em sentido contrário as zonas de saída. Nos locais de maior intensidade migratória existiram mais homens que mulheres, apesar do carácter familiar que o fenómeno teimava em adquirir, sobretudo em períodos de expansão económica. Os grupos mais jovens e mais idosos apareciam esbatidos pelo peso da população em idade activa acima dos 14 anos nas cidades mais dinâmicas. Para quem fica nas aldeias<sup>290</sup> muda o quotidiano. As mulheres assumem um papel mais activo nos campos e na gestão doméstica, até porque muitos desses migrantes nunca regressam.<sup>291</sup>

Outro grupo que cresce substancialmente nestes séculos é o das comunidades estrangeiras radicadas em Portugal, sendo mais uma vez as cidades, sobretudo Lisboa, o seu destino preferencial. Europeus, africanos e asiáticos. Com efeito, desde cedo os estrangeiros europeus, provenientes dos reinos vizinhos de França e de Inglaterra, da Flandres e das cidades alemãs e italianas, desempenharam em termos socioeconómicos e políticos papéis essenciais e de destaque na sociedade portuguesa<sup>292</sup>, tendendo a confluir para Lisboa, onde as oportunidades de negócio e a proximidade do poder melhor serviam os seus interesses. Durante o século XVI alarga-se o quadro social das comunidades estrangeiras, constituídas por embaixadores, agentes régios, mercadores e membros do clero. Por outro lado, certas

<sup>289</sup> As naturalidades referidas nos registos paroquiais de Lisboa, embora não sistemáticos, permitiriam, uma vez efectuados de forma exaustiva, uma primeira avaliação global deste fenómeno.

<sup>290</sup> Homens mais maduros, mulheres, crianças, velhos.

<sup>291</sup> POUSSOU, 1997 : 274- 278.

<sup>292</sup> Haverá que aguardar por séculos mais recentes para assistir às primeiras vindas de imigrantes estrangeiros de fracos recursos, de que o exemplo mais evidente foi o dos galegos.



actividades exigiam, pelo menos de início, mão-de-obra especializada inexistente em Portugal (caso da tipografia, ourivesaria ou relojoaria). O Renascimento atrai docentes para certos colégios e universidades. Mas foi sobretudo o comércio ultramarino que influenciou na vinda de estrangeiros, muitos dos quais ligados à banca e aos grandes tratos mercantis. A Coroa encarou com agrado a sua entrada, pelo que as colónias estrangeiras tiveram a sua inserção facilitada por uma série de privilégios. A proveniência dessa gente pouco se alterara desde a Idade Média. Os mais numerosos eram os italianos, seguidos dos alemães, flamengos e ingleses. Fixaram-se em Lisboa, no Porto, em Setúbal, mais tarde também em Caminha, Vila do Conde e Aveiro, cidades marítimas ligadas ao trato com o Império. Encontramos noutras zonas mais interiores, embora em número reduzido, franceses e galegos.

Em termos reais, a expansão colonizadora constituiu um esforço desmesurado para os recursos humanos do Reino, só parcialmente colmatado pela utilização de uma abundante e barata mão-de-obra escrava que chega à metrópole e aos restantes espaços a colonizar. Embora disseminados por todo o Reino, estes últimos terão chegado a representar em Lisboa e no Algarve 10% dos residentes.<sup>293</sup> À medida que crescia o Império e aumentava o esforço de colonização, os portugueses "redescobriram" a escravatura. Primeiro mouros e canários, mais tarde e em maior quantidade, negros africanos e alguns índios brasileiros. Os primeiros escravos chegam ao Reino em 1441, provenientes da zona de Arguim, sendo enviados para a Madeira. A importação destes trabalhadores torna-se recorrente, mantendo-se até entrado o século XVIII, embora com quantitativos anuais muito variáveis. Nos séculos XV a XVII estima-se entre 5 e 10 milhares o total de escravos chegados ao continente. Entre 1511 e 1513 pela Casa da Índia passaram 1265 indivíduos pertença de El-Rei, fora os 254 importados por particulares. No triénio seguinte vieram 2966 escravos de Cabo Verde, 378 dos quais saíram para Castela.<sup>294</sup> Embora se tenha exagerado o seu peso, nomeadamente nos relatos coevos, a mão-de-obra

<sup>293</sup> SERRÃO, 1982: .86; GODINHO, 1980: 76.

<sup>294</sup> AZEVEDO, 1933: 71-72.



escrava desempenhou sem dúvida um papel socioeconómico de relevo no Portugal quinhentista. Em simultâneo, a entrada destes indivíduos fazia-se directamente de África para o resto do Império, sobretudo para responder às necessidades da economia brasileira. Estima-se em 1 milhão o número de escravos chegados a Portugal, ao Brasil e às colónias espanholas durante o século XVI, valor que apenas considera os envios pelo entreposto de São Paulo de Luanda. Só entre 1570 e 1600, o Brasil importa 50 mil pessoas, valor que quadruplica na primeira metade de Seiscentos, rondando cerca de 4 milhares por ano. Durante o século XVI 1 milhão de escravos chega a Portugal, Brasil e colónias espanholas, embora o grosso fosse directamente de África para as Américas.

## 8. Um fenómeno estrutural: a emigração

A emigração portuguesa insere-se num processo de apropriação de espaços extracontinentais de âmbito europeu, que se efectiva durante os séculos da modernidade. O alargamento do espaço nacional veio introduzir cambiantes ao fenómeno migratório. Saem portugueses para África e para Oriente, depois para a América e mesmo Castela após 1580. Neste capítulo considerámos emigração todo o tipo de mobilidade que implique a saída das fronteiras do Reino, mesmo quando sob a égide do mesmo rei. Podemos afirmar que o processo se intensifica logo após a tomada de Ceuta. No primeiro quartel do século XV dirige-se às ilhas e praças do Norte de África, entre XV e XVI inclui as praças e fortalezas da costa ocidental africana e chega ao Índico; após o primeiro quartel de Quinhentos cada vez mais se volta para o Brasil e as costas atlânticas. Ela revestiu formas diversas, que foram da simples ocupação militar, ao povoamento de ilhas desertas, passando por diferentes tipos de colonização e pela formação de núcleos populacionais de nacionalidade portuguesa em áreas já habitadas.<sup>295</sup> Com a chegada dos primeiros colonos à Madeira, ainda no primeiro quartel de Quatrocentos, o movimento de saídas intensificou-se, correspondendo às solicitações inerentes à ocupação de outras ilhas atlânticas (Açores, Cabo Verde e São Tomé), bem como à estratégia defensiva das praças, fortalezas

<sup>295</sup> GODINHO, 1978.



e entrepostos comerciais ao longo da costa africana. Desconhece-se em rigor o número real de indivíduos que durante o século XV e inícios do seguinte deixaram o Reino, mas só após a viagem do Gama e da descoberta do Brasil o seu volume se tornou mais significativo. Até lá estima-se em menos de meio milhar o número de saídas anuais, valor relativamente baixo, que não altera a tendência de crescimento populacional que pudemos observar entre os últimos anos de Quatrocentos e as primeiras décadas do seguinte. Por cada mil habitantes 2 a 4 deixaram anualmente Portugal.<sup>296</sup>

Cerca de 1534 Garcia de Resende refere o desbarato de portugueses pelo Mundo. O Reino despoeva-se, enquanto os nacionais povoam as ilhas atlânticas e o Brasil, se instalam na Índia, esquecem as suas origens e cultura, raramente regressam.<sup>297</sup> De facto, a colonização de espaços (re)descobertos e a ocupação de pontos chave, sejam político estratégicos (praças de África) ou com forte pendor económico (designadamente, no Indico) fez-se à custa da saída de efectivos, que alguns consideraram um dano para o desenvolvimento interno. Um século após o início do movimento de expansão e descobrimentos, por 1530, encontramos portugueses na Madeira, nos Açores, em Cabo Verde e São Tomé. Em Marrocos, ocupavam as praças de Ceuta, Tânger, Arzila, Agadir, Azamor, Mazagão, Cabo de Guê, sendo ainda responsáveis pelo início da colonização e rentabilização económica do imenso espaço brasileiro. Na costa ocidental africana, para Sul, o estabelecimento de posições chave permite controlar os tratos comerciais, em Arguim, nos rios da Guiné, na costa do Golfo (sobretudo através de São Jorge da Mina), nos litorais congolês e angolano. Existem súbditos nas aldeias negras do interior e nas cidades muçulmanas da costa oriental. Mas é para lá do Cabo da Boa Esperança que pulsa o coração do Império. Os portugueses controlam, entre outras, Ormuz, à entrada do Golfo Pérsico, Goa e Diu, na Índia. Há notícia de comunidades portuguesas em pontos economicamente atractivos, como Cochim, Cananor, Bassaim ou costa de Bengala. Encontramo-los no Extremo Oriente, em Malaca e nas Molucas, nas ilhas de Banda, na costa chinesa e no Japão, em Solor, em

<sup>296</sup> Em Espanha esses valores eram bem mais elevados. (NADAL, 1980)

<sup>297</sup> CRUZ, 2000: 167-201.



Timor, mesmo na Insulíndia. Pela mesma época, na Europa estão fundadas comunidades portuguesas de dimensões variadas, cuja prosperidade e ritmos de crescimento se encontram ligados a instituições económicas internacionais, como no caso das feitorias de Antuérpia, de Sevilha e Veneza. À medida que prossegue a exploração económica da América espanhola, aumenta o número de portugueses no Rio da Prata e no Peru. A norte a Terra Nova é visitada. No século XVI Portugal torna-se atlântico, iniciando-se a colonização intensa do Brasil.

Em termos de longas tendências estima-se em cerca de meio milhar o número médio anual de saídas durante o século XV (nunca mais de 50 mil indivíduos). Depois, entre 1500 e a perda da independência, esses quantitativos teriam rondado 3500, um total de 280 mil saídas, para subirem até 5500 indivíduos por ano no período filipino, uns 300 a 360 milhares. O seu futuro foi muito diverso. Não poucos integraram-se em civilizações diversas da sua, no Oriente sobretudo, mas também em África e no interior do Brasil, como atestam processos levantados pelo Santo Ofício. Outros constituíram novos núcleos populacionais com maior ou menor prosperidade, como nas ilhas atlânticas. Os que se fixaram no Brasil lançaram as bases de uma imensa colónia.

O número de portugueses no Norte de África variou com o número de praças sob o domínio português. Até 1470 não passariam de algumas centenas, atingindo um máximo de 5 mil soldados e 25 mil residentes civis em 1540. Só em Safim residiam por esses anos 4 ou 5 mil almas cristãs. Depois os totais decrescem, à medida que se consolida o poder dos Xarifes de Marrocos.

**Ritmos de Povoamento na Madeira**

Períodos	t.c.a.médio (%)
1455-1500	3,1
1500-1552	0,2
1552-1572	0,5
1572-1598	0,9
1598-1614	-0,1
1614-1676	0,3
1676-1732	0,2

Fonte: PINTO e RODRIGUES, 1993: 403-471; PINTO et alii, 2001: 399.



A colonização das ilhas, iniciada cerca de 1425, teve uma evolução diversa. Trinta anos depois Cadamosto diz existirem 3 mil almas na Madeira, às quais acrescenta 160 a 200 no Porto Santo. Estes valores ter-se-iam mantido até ao final da centúria, altura em que alguns madeirenses deixam a ilha em direcção aos Açores. O povoamento foi rápido até 1550, fomentado pelo bom clima e fertilidade do solo, em aldeias e fazendas, tendo o Funchal, elevado a cidade em 1508, sido o pólo aglutinador. A população cresce, atingindo em 1550 200 mil habitantes, dos quais 3 mil escravos. Ao terminar Quinhentos mantém-se este quantitativo, subindo a população livre a 29 milhares na Madeira e 9 centenas em Porto Santo. No início do século XVII a ilha estabiliza, na sequência de dificuldades económicas e torna-se zona de saída.<sup>298</sup> Este mesmo comportamento virá a ocorrer nas restantes ilhas do Atlântico. De facto, à medida que aumenta o volume de povoadores, mesmo quando não exclusivamente portugueses como nos Açores, os ilhéus começam a procurar espaços mais atractivos. Uma especificidade insular reside na mobilidade. As ilhas atlânticas foram num primeiro momento pólos de atracção, mas em breve passaram a actuar como áreas centrífugas. Primeiro a Madeira, depois os Açores. Na segunda metade do século XV iniciaram-se as partidas temporárias ou definitivas de colonos para as ilhas Canárias, as praças do Norte de Africa, para o Oriente e o Brasil, onde originaram novas comunidades. Nas décadas de 60 e 70 o Estado vê-se obrigado a fornecer incentivos para fixar a população do arquipélago açoriano. Este último experimentou algumas dificuldades de ocupação no início, constituída em grande medida por flamengos e bretões, mas regista um crescimento considerável e geral durante o século XVI. A produção de trigo, pastel e a criação de gado forneceram o suporte económico necessário para o desenvolvimento regional. Porém, no século XVI todas as atenções convergem para o continente americano.<sup>299</sup> Em Cabo Verde o processo de ocupação foi ainda mais complexo. Por 1480 só a ilha de Santiago era habitada e em princípios do século XVI a do Fogo, mantendo-se as restantes desertas. Em 1572 a população residente rondaria os 12600 indivíduos,

<sup>298</sup> PINTO e RODRIGUES, 1993: 403-471.

<sup>299</sup> VIEIRA, 1987: 96 - 100.



15708 em 1582. Este total só duplica no início dos anos 30 de Setecentos. 30.397<sup>300</sup> Para sul, o povoamento de São Tomé foi iniciado por D. João II, que para aí enviou umas centenas de meninos judeus. Por 1506 habitam a Ilha 4 mil indivíduos, metade dos quais escravos e estima-se que 5 a 6 mil escravos aguardassem embarque para o Reino ou o Brasil. A cidade da Povoação, com 200 a 250 fogos, contava cerca de um milhar de residentes. Em meados da centúria já ultrapassa os 3 mil, tendência positiva que se mantém pelo menos até 1590, ano em que se estima em São Tomé a presença de 8 a 9 mil residentes. As características adversas do clima da região fazem com que se mantenha reduzido o número de europeus.

Em terras do Oriente, interesses mercantis, bélicos e religiosos explicam os quantitativos humanos envolvidos, num montante anual médio de 2400 no 1º quartel de Quinhentos.<sup>301</sup> Mas os riscos da viagem e as dificuldades de estadia coarctaram o total de portugueses aí residentes. Cerca de 1513, Afonso de Albuquerque estima em 2500 os homens de armas, valor que três anos mais tarde sobe a 4 milhares, atingindo em 1540 6 ou 7 mil.<sup>302</sup> No início dos anos 70, os portugueses disseminados por essa parte do Mundo rondariam 16 mil almas, de acordo com Diogo do Couto. Goa era o maior povoado português, ultrapassando as 5 mil almas. Seguia-se Cochim, que terá atingido um milhar de habitantes. Pelo menos 200 homens de fazenda viviam na Abissínia, 30 em Mascate, entre 150 e 200 homens casados em Ormuz. Pelos mesmos anos estimavam-se em 60 as famílias portuguesas de Diu, valor que excluía os 350 soldados da guarnição. Na ilha de Moçambique viviam 40 a 50 famílias portuguesas. Na segunda metade do Quinhentos existia um milhar de indivíduos na costa oriental, em S. Tomé de Meliapor e em Malaca, ponto de ligação entre o Extremo Oriente e o Indico e seriam outro milhar as famílias procedentes do Reino. Alguns portugueses residem na Pérsia e em Bagdad, mais de 9 centenas em Benguela por 1582, enquanto outro milhar habita Macau no final do século XVI. Prevaleceu a

<sup>300</sup> Atingiria então 30.397 mil almas. (Lia Medina "A Evolução Demográfica da Ilha de São Vicente - Do Descobrimto até 1950". Tese de Mestrado em Demografia e Sociologia da População, ISCTE- UTL, Lisboa, 2008

<sup>301</sup> LOBO, 1984: 48.

<sup>302</sup> Valores adiantados por Andrea Corsali e D. João de Castro.



aculturação lenta e difícil, com muitas barreiras à miscegenação, sendo pouco numerosos e de permanência limitada os efectivos envolvidos.<sup>303</sup>

Para o Brasil o fluxo só se intensifica durante a 2ª metade do século XVI. É difícil estimar o total de portugueses aí radicados nos primeiros tempos, mas os indícios comprovam o seu rápido aumento. Em meados de Quinhentos a colónia contaria uns 2 mil brancos e 4 mil escravos. Por 1583-1584, o seu número ascende a 20 mil, em 1600 a 32 e doze anos depois a 50, a que haverá que crescer 120 mil escravos negros e índios. Assim, no início dos anos 20 o Brasil era já a maior colónia portuguesa.

Durante a 2ª metade de Quinhentos pensasse que 100 a 150 mil portugueses deixaram o Reino, dispersando-se por todo o Império e o mundo conhecido.<sup>304</sup> E no século XVII? A evolução conjuntural nos campos político e económico explica a manutenção das rotas tradicionais da emigração, agora acrescidas. Destaque sobretudo para Sevilha e outros portos andaluzes, bem como as Índias espanholas. A partir de 1640 e até final do século assiste-se a novo abrandamento, que ronda 2 a 2,5 milhares de saídas por ano.<sup>305</sup> Os fluxos de emigração já impressionavam os autores quinhentistas, que sublinham a grande mobilidade interna, sobretudo em direcção a Lisboa, e o número avultado daqueles que partem nas armadas, sem retorno. A esta questão continuará a ser dado destaque nas reflexões teóricas do século imediato, ligando-a e usando-a como justificação para as conjunturas difíceis por que passa o Reino.<sup>306</sup> Até 1620 a empresa ultramarina não põe nada em causa, porque a dinâmica demográfica é suficiente e o número de saídas não será uma questão até ao início do ciclo do ouro. Depois surgem escritos integrados na conjuntura menos favorável. Nas *Notícias de Portugal...*, publicadas em 1655, Severim de Faria explica as causas da falta de gente no Reino.<sup>307</sup> As conquistas e consequentes guerras juntam-se ao esforço de colonização. Esta última e a defesa de um território disperso geram a emigração contínua e o abandono das actividades produtivas. Por seu turno,

<sup>303</sup> SERRÃO, 1982: 75.

<sup>304</sup> GODINHO, 1978: 10-14.

<sup>305</sup> SERRÃO, 1993: 64-66.

<sup>306</sup> CRUZ, 2000: 167-201. Veja-se sobretudo pp.185 e segs.

<sup>307</sup> O seu argumento é sustentado pela sucessiva diminuição do tamanho do exército português. Se Ceuta foi tomada por 20 mil homens e Dom Afonso V usou 30 mil, já Dom Sebastião não conseguiu reunir mais de 11 mil. (FARIA, 2003: 18-19)



a falta de terras “de que possam tirar sua sustentação” e a impossibilidade de arranjar ofício, agravam os grupos populares, forçando-os a sair do Reino ou tornarem-se mendigos e vadios.<sup>308</sup> O fomento agrícola e das artes seria a solução, bem como uma mudança estratégica de desenvolvimento das colónias mais próximas em detrimento do Oriente, ou um redireccionamento da população para o Alentejo.<sup>309</sup> O volume de saídas ver-se-á extraordinariamente alargado com a descoberta e posterior colonização do Brasil, à medida que o eixo da política colonial se transfere para o Atlântico.<sup>310</sup> Essa corrente migratória aumentará ao longo do século XVII, pelo que após 1667 serão publicadas medidas restritivas à saída.<sup>311</sup> De qualquer forma, a emigração não atinge valores alarmantes até à segunda metade do século XVII, altura em que o Estado toma medidas destinadas a restringir essa corrente, que de colonizadora se assume como fenómeno puramente emigratório.<sup>312</sup>

Torna-se difícil conhecer a naturalidade dos migrantes, lacuna que poderia ser parcialmente colmatada com recurso aos registos paroquiais, os quais registam a naturalidade dos falecidos e dos nubentes. Veja-se a origem dos últimos nas freguesias da Madeira no século XVI e sublinhe-se a importância relativa da dinâmica interna, bem como o contributo da metade norte do Reino.<sup>313</sup>

Origens	Total	%
Madeira (outras freg.)	277	59,8
Porto Santo	1	0,2
Viana do Castelo	39	8,4
Braga	51	11,0
Porto	9	1,9
Lisboa	7	1,5
Outras regiões	12	4,3
N. Id (Continente)	28	6,0
Açores	22	4,8
Canárias	14	3,0
Estrangeiro	3	0,6
TOTAL	463	100,0

Fonte: PINTO e RODRIGUES, 1993: 447-8.

<sup>308</sup> FARIA, 2003: 18-19 e 29.

<sup>309</sup> FARIA, 2003: 29.

<sup>310</sup> ENGLEMAN e NEVES, 1997: 475-476.

<sup>311</sup> Em 1706 torna-se necessário ser portador de um passaporte. PINTO et alii, 2001: 399

<sup>312</sup> GODINHO, 1978: 17.

<sup>313</sup> PINTO e RODRIGUES, 1993: 447-449.



Numa primeira fase ainda no século XV, a maioria das viagens de colonização partiu dos portos algarvios, de onde seria natural grande parte dos tripulantes. Mas mesmo as Ilhas parecem ter herdado traços dos costumes do noroeste (a Madeira sobretudo), da Estremadura e do Alentejo (São Miguel), do Minho e da Beira (restantes ilhas dos Açores, à excepção de Santa Maria onde predominam traços algarvios). Também em Cabo Verde a população branca se provém do Sul, mas em breve o Algarve cede lugar a outros portos para Norte, com destaque para o de Lisboa. De facto, a área de emissão emigratória expande-se ao terminar Quatrocentos, incluindo então o Alentejo, a Estremadura próxima da capital, um pouco mais tarde o Minho, sobretudo através dos portos de Viana e Porto, e finalmente a Beira. Estudos sobre as origens dos que vão para as Índias Orientais na 1ª metade do século XVI permitem concluir que provêm de todas as regiões, tendo o sul participado em larga escala nesse movimento, ao contrário do que acontecerá em épocas posteriores. Mesmo o nordeste trasmontano e o centro interior se incluem nas vagas de emigração. Este panorama evolui, pelo que nos últimos anos de Quinhentos estão firmados os pólos que virão a desempenhar o principal papel, designadamente o Entre Douro e Minho, com o Algarve a voltar-se para a Andaluzia. Em 1583 ou 1584 Fernão Cardim afirma que em Pernambuco os principais da terra são vianenses.<sup>314</sup> A densidade populacional destas zonas e as facilidades de transporte marítimo são factores a pesar. A área de emigração continental tende a circunscrever-se, enquanto a Madeira e mais tarde os Açores começam a dar os primeiros passos nas rotas emigratórias.

**Naturalidade da Gente do Mar em 1620**

Total - 6260	Localidades	%
Norte do Tejo	Cascais	7,4
	Peniche	10,0
	Buarcos	2,1
	Pederneira	2,5
	Aveiro	2,8
	Porto e termo	29,4
	Esposende	1,8
	Viana do Castelo	7,0
	Caminha	1,0
	Outros	1,5

<sup>314</sup> Quando se levantava qualquer arruaça, em vez do habitual "ai que del-rei", os locais usavam gritar "ai que de Viana"!



Sul do Tejo	Almada	5,7
	Sesimbra	4,5
	Setúbal	13,7
	Portimão	2,8
	Alvor	1,4
	Lagos	4,0
	Outros	2,1

Fonte: MAURO, 1983

Outro tipo de migração foi aquela que desde finais do século XV levou à fuga de dezenas de milhares de judeus e cristãos novos. Na maioria mercadores e artesãos, radicaram-se em França, nas zonas abertas ao ideal calvinista, dando origem a comunidades prósperas, como as de Nantes ou La Rochelle. Na primeira naturalizaram-se cem famílias portuguesas só no último quartel do século XVI. Núcleos judaicos persistem em zonas católicas, como Baiona ou Biarritz, mas o local preferido foi Bordéus. A julgar pelas cartas de Henrique II esta colónia não cessará de crescer após 1550, em número e importância económica. Ruão foi um dos portos escolhidos para fixar os portugueses partidários do Prior do Crato após 1580, outros instalaram-se em Toulouse e Montauban. Muitos cristãos novos se acolheram na Flandres após 1540, sobretudo mercadores e oficiais mecânicos, beneficiando do contacto com a feitoria de Antuérpia. Em 1549 existiam na cidade 20 mercadores lusos, mas em 1570 são já 80 as famílias residentes, além de 18 homens solteiros. A revolta dos Países Baixos levou a que muitos procurassem outras cidades, formando núcleos portugueses na zona do Reno. Em Colónia viviam em 1591 57 famílias, além de outros 20 mercadores. No entanto, a maioria radica-se na Holanda, sobretudo em Amesterdão, outros preferem o Báltico, sobretudo Hamburgo, mas também Lübeck e Dantzig. Comunidades de origem portuguesa formam-se em Itália. Nápoles, Veneza e Ferrara acolhem desde Dom Manuel famílias inteiras, algumas das quais seguem mais tarde para Oriente. Encontramos nomes portugueses em Salónica, Constantinopla e mesmo na Síria.<sup>315</sup> No início do século XVII, o recrudescer da actividade inquisitorial reacende o fluxo emigratório, muito importante sob o ponto de vista da riqueza. Os cristãos novos, gente de negócio e cabedais, começa a deixar o Reino, espalhando-

<sup>315</sup> AZEVEDO, 1978



se pela Europa e também por Castela. Queixam-se as câmaras principais do País, sobretudo a de Lisboa. No seu *Ecco Polytico...*, D. Francisco Manuel de Melo refere que de certas freguesias da capital haviam saído mais de 2 mil vizinhos, todos abastados. Muitos preferem Sevilha e Madrid, a partir de onde reorganizam os seus tratos com outros Estados, "como antigamente o costumavam fazer no reino de Portugal".<sup>316</sup> Tal facto recoloca a questão das causas da emigração portuguesa. De facto, para uma camada intelectual e cristã-nova podemos falar de razões político-religiosas. Nos casos de trabalhadores especializados sugere-se a falta de emprego em território nacional.<sup>317</sup> Com efeito, uma das consequências da perda de independência consistiu na saída de homens de negócios naturais e estrangeiros, desejosos de controlar parte do comércio com a América. Por outro lado, a criação de condições favoráveis para a mão-de-obra especializada, em parte como consequência da crise demográfica sentida em Espanha<sup>318</sup>, fez com que muitos artesãos deixassem Portugal. Nos primeiros anos do século XVII vários milhares de portugueses atravessam a fronteira, enquanto outros trocam a Europa por Lima ou Buenos Aires. Além das actividades comerciais, que incentivavam formas específicas de emigração por vezes temporária, outro sector de importância neste tipo de migração era protagonizado pelos oficiais régios, que exerciam comissões de duração variável como vice-reis, governadores, capitães, magistrados, feitores e soldados. Porém, a esmagadora maioria emigrava para fugir à pobreza. As condições de vida, a falta de emprego, os salários escassos, colocavam a maioria da população no limiar da sobrevivência.<sup>319</sup> Outra questão importante é a do retorno. Pouco ou sabe sobre o tema, excepto através de referências dispersas, como a de Pyrard de Laval, nas suas *Voyages* datadas de 1610. Segundo ele, quem ia para o Brasil em nove ou dez anos poderia regressar rico em bens e cabedais.<sup>320</sup> Mas a realidade era mais cruel e a esmagadora maioria raramente regressava. Para o século XVI estimou-se em cerca de um décimo

<sup>316</sup> A.H.N., Estado, Liv.742, fl.114, cit. por OLIVEIRA, 1991: 54-55.

<sup>317</sup> Cf. FARIA, 2003.

<sup>318</sup> NADAL, 1988: 35-43

<sup>319</sup> GODINHO, 1978: 25.

<sup>320</sup> Tom.II, pp.547-548, cit. por GODINHO, 1978: 17.



o número de entradas em relação ao total de saídas.<sup>321</sup> Ao longo dos anos essa percentagem terá sido sempre baixa, excepto no que respeita a grupos abastados. De facto, o grosso dos emigrantes nunca enriquecia, embora pudesse manter nos novos locais de níveis melhores de vida que aqueles que tivera em Portugal.

Torna-se difícil estimar para diferentes datas o número real de emigrantes, embora avaliações grosseiras possam admitir como médias anuais cerca de 3500 almas, oscilando entre 2 e 5 milhares, segundo as conjunturas internas e externas. A taxa bruta de emigração teria flutuado entre 2,5‰ no século XVI, 3,5‰ na 1ª metade de Seiscentos e 1,5‰ na 2ª metade, níveis que em nenhum caso alteram as tendências de evolução demográfica do Reino. A partir de 1690 regista-se nova subida para 4‰.<sup>322</sup> Na segunda metade de Quinhentos, 100 a 150 milhares de portugueses deixam o território continental pelas Ilhas, Marrocos, Oriente e ainda Brasil, que por essa época contava cerca de 2 mil europeus. A emigração portuguesa sofre uma alteração quantitativa a partir das últimas décadas do século XVI. Em 1620, Nicolau de Oliveira estima em 8 mil as saídas anuais, quantitativo elevado, que atribui à continuação da fuga do Reino de cristãos novos em direcção à Flandres, sobretudo Amesterdão, e sudoeste francês. As causas directas do aumento dos fluxos decorrem da colonização do Brasil e das oportunidades oferecidas pelas possessões castelhanas na América, enquanto decrescem os volumes da rota do Cabo. O Reino vizinho atrai também efectivos, sobretudo gente ligada às finanças e ao grande comércio. Embora com reduzida expressão, a sua saída afecta o dinamismo de Lisboa, Porto e Algarve. A terminar Quinhentos a taxa bruta de emigração deveria ascender a 3‰, valor que se mantém até meados do século XVII. As origens dos emigrantes não se afastam substancialmente das que puderam ser apuradas para datas posteriores: regiões de Viana e Porto, a Norte, e Lisboa e termo, a Sul.

---

<sup>321</sup> LOBO, 1984.

<sup>322</sup> GODINHO, 1978: 17.



## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Ana Maria, 1983 – “Onomástica na Lisboa Quinhentista. Subsídio para o Estudo de mentalidades na Segunda Metade do Século XVI”, *Estudos de História de Portugal*, II, Lisboa, Estampa

AMORIM, Maria Norberta, 1980 - *Método de Exploração dos Livros de Registos Paroquiais. Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*, Centro Estudos Demográficos, INE

AMORIM, Maria Norberta, 1983-1984 - “S.Pedro de Poiares e a sua população de 1561 a 1830”, *Brigantia*, Bragança

AMORIM, Maria Norberta, 1987 - *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, INIC, Lisboa

AMORIM, Maria Norberta, 1973 - *Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII*, Fac.Letras/UP, Porto (policopiado)

ARROTEIA, Jorge, 1983 – *A Emigração portuguesa: suas origens e distribuição*, Biblioteca Breve, Lisboa

AZEVEDO, Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico, Esboços de História*, 4ª ed., Lisboa, 1978.

BAIROCH, Paul Bairoch, 1985 - *De Jéricho à México. Villes et économie dans l'histoire*, Paris, Gallimard

BARATA, Ana Temudo, 1989 - *As Crises de mortalidade em Lisboa no século XVIII*

BARBOSA, Maria Cecília Ribeiro de Azevedo, 1997 - *Cervães 1645-1810. Estudo Demográfico*, ICS/UM, Guimarães (policopiado)

BARBOSA, Maria Hermínia Vieira, 2001 - *Crises de Mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*, NEPS/ICS, Universidade Minho, Guimarães

BARDET, Jean Pierre e DUPÂQUIER, Jacques, 1997 – *Histoire des Populations de l'Europe*, Fayard, Paris, Vol.I

BARDET, Jean Pierre, 1997 – « Fecondité et Natalité », *Histoire des Populations de l'Europe*, dirig. Jean Pierre Bardet e Jacques Dupâquier, Fayard, Paris, Vol.I, 321-327.

BIRABEN, Jean Noel, 1979 – « Essai sur l'évolution du nombre des hommes », *Population*, Paris, 34, nº 1, 13-25.

BOURGEOIS-PICHAT, Jean, 1994 - *La Dynamique des Populations. Populations Stables, semi-stables, quasi-stables*, PUF- INED, Paris

BRIÈRE, J.F., 1990 - *La Pêche française en Amérique du Nord au XVIIIe siècle*, Montréal, Fides

CARITA, Rui, 1992 - *História da Madeira*, III, SREJE, Funchal, 296

CARVALHO DA COSTA, Padre, 1868-1869 - *Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica do Famoso Reino de Portugal*, 3 vols, Lisboa

CARVALHO, A. S. -1949 - *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*, Lisboa.

CASTELO-BRANCO, Fernando, 1990 - *Lisboa Seiscentista*, Col. Lisboa, nº14, Livros Horizonte



CHANTAL, Suzanne - *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do Terramoto*, Lisboa, Ed.Livros do Brasil, s./d.

CORREIA, Fernando da Silva, 1936 - "Portugal dans l'histoire de l'Higye", IIIe Congrès International de l'Histoire des Sciences, Actes, conférences et Communications, Lisboa, 354-365

COSME, João, 1994a - *O Além-Guadiana Português. Da Restauração ao Tratado de Utreque (1640-1715). Política, Sociedade, Economia e Cultura*, Tese de Doutoramento História Moderna, Fac. Letras- UL, Lisboa (policopiado)

COSME, João, 1994b - *O Alentejo a Oriente d'Odiana (1600-1640). Política, Sociedade, Economia e Cultura*, Edições Cosmos, Lisboa

CRESPO, Jorge, 1990 - *A História do Corpo*, Col. Memória e Sociedade, Lisboa, Difel

CRUZ, Maria Leonor Garcia da, 2000 - "Reavaliações até ao século XVIII do discurso crítico sobre a expansão portuguesa ultramarina e as directrizes de governação", *Clio*, Nova Série, 5, Lisboa, 167-201.

DAVEAU e GALEGO, 1986 -15-20.

DEL PANTA, Lorenzo, 1993 - *Le epidemie nella storia demografica italiana (secoli XIV-XIX)*, Loescher, Turim

DIAS, J.J. Alves, 1987 - "A Beira Interior em 1496 (sociedade, administração e demografia)", in *Ensaios de História Moderna*, Presença, Lisboa, 11-102.

DIAS, J.J. Alves, 1988 - "Os fogos femininos nos municípios do século XVI", *Ensaios de História Moderna*, Lisboa, Ed. Presença, 113-116.

DIAS, J.J. Alves, 1996 - *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, FCG-JNICT, Lisboa

DIAS, J.J. Alves, 1998 - "A População", *Nova História de Portugal*, vol.V., 26 e segs..

DUPÂQUIER, Jacques, 1997 - « Les vicissitudes du peuplement. (XVe-XVIIIe siècles) », *Histoire des Populations de l'Europe*, Fayard, Paris, Vol.I, 239-261.

ENGLEMAN, S. e NEVES, J. César das, 1997 - The Bricks of na Empire 1415-1999: 585 years of Portuguese Emigration, in *The Journal of European History*, 26, 3

FARIA, Manuel Severim de, 2003 - *Notícias de Portugal, Introdução, actualização e notas de Francisco António Lourenço Vaz*, Ed.Colibri, Lisboa

FAUSTINO, José Alfredo Paulo, 1998 - *Calvão. Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega (1670-1870) População, Sociedade e Mentalidades*, Chaves

FERNANDES, Carlota Maria, 1998 - *S. Tiago de Romarigães, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Tese Mestrado, ICS/UM, Guimarães, (policopiado)

FERREIRA, Olegário, 1989 - *Crises de Mortalidade nas antigas vilas de Alenquer Aldeia Galega da Merceana e seus Temos nos Séculos XVI-XVII*, FCSH/ UNL, Lisboa (policopiado)

FERRO, João Pedro, 1996 - *Alenquer Medieval (séculos XIII-XV: Subsídios para o seu estudo*, Cascais, 227-245.

FLINN, Michael, 1981 - *The European Demographic System. 1500-1820*, Brighton



GODINHO, Vitorino Magalhães, 1978 - "L'Émigration Portugaise (XVe - XXe siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde", *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, 1, 5 -32.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1980 - *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4ª ed., Lisboa

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1981 - "Finanças Públicas e Estrutura do Estado", *Dicionário de História de Portugal*, vol.III, Figueirinhas, Porto, 20-40

GOMES, Saul António, 1995 – "A população e o povoamento de Leiria do século XII ao XVI", *Leiria-Fátima. Órgão Oficial da Diocese*, Ano II, nº9, 288-290.

GONÇALVES, Iria, 1988a - "Amostra de Antroponímia Alentejana no século XV", *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, 1988, 80-103

GONÇALVES, Iria, 1988b - "Antroponímia das Terras Alcobacenses no fim da Idade Média", *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, 112-140.

HESPANHA, António M., 1986 - *As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político em Portugal - Século XVII*, 2vols., Rio de Mouro

JANEIRO, José Adriano Soares Guerra, 1997 - *Gerações Sacrificadas. A população e a sociedade de S.Tiago de Lordelo, Séculos XVII a XX*, ICS/UM, Guimarães (policopiado),

LASLETT, Peter, 1977 - *Family Life and Illicit Love in Earlier Generations*, Cambridge

LEÃO, Duarte Nunes de, *Descrição do Reino de Portugal...* 2ª edição, Lisboa, 1610

LEBRUN, F., 1983 - *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Ed. Rolim,

LEMOS, Maximiano, 1991 - *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*, Publicações Dom Quixote/ Ordem dos Médicos, Lisboa

LOBO, A. de Sousa S. Costa, 1984 - *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, Lisboa, Ed. Rolim

LOPES, A.S., 1980 – *Desenvolvimento Regional. Problemática. Teoria. Modelos*, I, F.C.G., Lisboa

Lobo, 1983, p. 63.

MAC EVEDY, C. e JONES, R., 1978 - *Atlas of World Population History*, Penguin Books

MAGALHÃES, J. Romero, 1984, *O Algarve económico: 1600 -1773*, vol. I, dissert. de dout. em Hist. Ec. e Social, Fac. de Economia, Univ. de Coimbra, Coimbra

MAGALHÃES, Joaquim Romero de, 1985 - "As Descrições Geográficas de Portugal : 1500-1650", *Revista de História Económica e Social*, nº5, Sá da Costa, Lisboa, 15-56.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1985 -"As Descrições Geográficas de Portugal: 1500-1650", *Revista de História Económica e Social*, nº5, Sá da Costa, Lisboa, 15-56.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1988 - *O Algarve Económico. 1600-1773*, Lisboa

MARQUES, 1984a - "Uma Descrição de Portugal em 1578-80", in *Nova História - Século XVI*, nº1, Lisboa, Ed. Estampa, 87-88.

MARQUES, A.H. de Oliveira, 1984b – *História de Portugal*, vol.II, pp.74-75).



- MARQUES, José, 1988 - *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, Lisboa, Imp. Nacional
- MAURO, Frédéric, 1983 - *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVIIe siècle. (1570 - 1670)*, F.C.Gulbenkian, Paris
- MEDINA, Lia, 2008 - "A Evolução Demográfica da Ilha de São Vicente - Do Descobrimento até 1950". Tese de Mestrado em Demografia e Sociologia da População, ISCTE- UTL, Lisboa
- MOITA, Irisalva, 1992 - *Quinto Centenário do Hospital Real de Todos-os-Santos*, C.T.T., Lisboa
- MOLS, Roger, 1966 - *Introduction à la démographie historique des villes d'Europe du XVe au XVIIIe siècle*, Gembloux, II, Louvain
- MOREDA, Vicente Perez e ROWLAND, Robert, 1997 – « La péninsule Ibérique », *Histoire des Populations de l'Europe*, dirig. Jean Pierre Bardet e Jacques Dupâquier, Fayard, Paris, I, 463-484.
- MOREDA, Vicente Perez, 1980 - *Las crisis de mortalidad en la España interior, siglos XVI-XIX*, Siglo XXI, Madrid
- MOREIRA, Maria João Guardado e VEIGA, Teresa Rodrigues, 2005 - "Modelos de Mortalidade em Portugal", in *Ler História*, nº49, Lisboa, 145-169.
- MOREIRA, Maria João Guardado, RODRIGUES, Teresa, HENRIQUES, Filipa Castro, 2007 - "O Sistema Urbano Português. Novas Realidades", VIII Congresso de la Asociación de Demografía Histórica, Maó, Menorca, (<http://www.adeh.org/menorca07/sesiones.html/?dedonde=c2007&nseio=20>)
- NADAL Jordi, 1988 - *La población española (Siglos XVI a XX)*, Ariel, Barcelona
- NEVES, António Amaro das, 2001 - *Filhos das Ervas a ilegitimidade a norte de Guimarães – séculos XVI-XVIII*, NEPS, Guimarães
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1983 - *História de Portugal*, 10ªed., vol.I-II, Lisboa, Palas Ed.
- OLIVEIRA, António de, 1968 - *A população de Caminha em 1513*, Coimbra
- OLIVEIRA, António de, 1970-72 - *A vida económica e social de Coimbra entre 1537 e 1640*, vol.II, Coimbra
- OLIVEIRA, António de, 1976 - *A População de Caminha e Valença em 1513*, Braga.
- OLIVEIRA, António de, 1995 – " Migrações Internas e de Média Distância em Portugal de 1500 a 1900", *In Memoriam Maria Olímpia Rocha Gil*, Vol.I, I, Ponta Delgada
- OLIVEIRA, Christovam Rodrigues de, 1938 - *Summario em q Brevemente se Contem algumas cousas assim Ecclesiasticas, como Seculares, que há na Cidade de Lisboa*, 3ª ed., Lisboa, Biblon
- OLIVEIRA, Fr. Nicolau de, 1804 - *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa
- PEREIRA, Gaspar e ALVES, J. F., 1990 - "Comportamentos nupciais na Terra da Maia em fins do Antigo Regime", in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº8/9, 31-45
- PERRENOUD, Alfred - « La Mortalité » in *Histoire des Populations de l'Europe*, dirig. Jean Pierre Bardet e Jacques Dupâquier, Paris, Fayard, I, 287-307.



PINTO, Maria Luís Rocha e RODRIGUES, Teresa, 1993 - "Aspectos do povoamento das ilhas da Madeira e Porto Santo nos Séculos XV e XVI", *Actas do IIIº Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 403-471.

PINTO, Maria Luís Rocha, RODRIGUES, José Damião, MADEIRA, Artur Boavida, 2001 - "A Base Demográfica", *Nova História de Portugal*, VII, Presença, Lisboa

POUSSOU, Jean Pierre, 1997 – « Migrations et mobilité de la population en Europe à l'époque moderne », *Histoire des Populations de l'Europe*, dirig. Jean Pierre Bardet e Jacques Dupâquier, Fayard, Paris, I

REIS, Maria da Conceição Coelho dos, 2003 *São Pedro da Ericeira de 1622 a 1855. Estudo Demográfico, Dissert. de Mestrado em História das Populações*, U.Minho, Guimarães

RIBEIRO, Ana Rita, 1995 - "Aspectos sociodemográficos da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira (1740-1760)", *População e Sociedade*, nº1, CEPFAM, Porto, p. 252.

RIBEIRO, Orlando, s.v. "Cidade", *Diccionario de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

RIBEIRO, Orlando, s.v. "Povoamento", *Diccionario de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

RODRIGUES, Teresa e REIS, Célia, 1989 - "A Vida Familiar no Algarve na primeira metade do Século XVI: Alguns aspectos de quotidiano", *Actas das Terceiras Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, 291-308.

RODRIGUES, Teresa e SANTOS, Piedade Braga, 1998 - "Poder central e poder local, um caso de conflito. Os surtos epidémicos de 1804 - 1805", *Ler História*, nº 34, Lisboa, 65-84.

RODRIGUES, Teresa, 1990 - *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte

RODRIGUES, Teresa, 1985 - "Para o estudo dos róis de confessados: a freguesia de Santiago em Lisboa (1630-1680)", *Nova História*, nº3/4, Lisboa, 80-81

RODRIGUES, Teresa, 1988 - *As Crises de Mortalidade em Lisboa (séculos XVI e XVII)*, Tese de Mestrado em Demografia Histórica e Social – FCSH/ UNL, Lisboa (policopiado)

RODRIGUES, Teresa, 1993a - "Aspectos do povoamento das ilhas da Madeira e Porto Santo nos Séculos XV e XVI", *Actas do IIIº Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, 403-471.

RODRIGUES, Teresa, 1994 - "Um espaço urbano em expansão. Da Lisboa de Quinhentos à Lisboa do Século XX", in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, 13, Lisboa, 95-117.

RODRIGUES, Teresa, 1995 - "As Crises de Mortalidade em Lisboa (Séculos XVI a XIX) – Uma Análise Global", *Boletín da Asociación de Demografía Histórica*, XIII – 2, Bilbao, 47-74.

RODRIGUES, Teresa, 2002 – "As Estruturas Populacionais", *Nova História de Portugal*, V, Lexicultural, Lisboa, 212-257.

RODRIGUES, Teresa, 2004 - "A Dinâmica das Populações Humanas e os Modelos de Mortalidade", in *Fórum Sociológico*, nº11/12, Lisboa, 11-29



- ROWLAND, Robert, 1984 - "Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada", *Ler História*, nº 3, Lisboa, 13-15.
- RUNKEL, Ana, 1990 - *Crises de Mortalidade em Oeiras, Cascais e Sintra nos séculos XVI a XVIII*, FCSH/ UNL, Lisboa (policopiado).
- SANTOS, Emília Maria Salvado Borges Ribeiro dos, 1994 - *Crises de Mortalidade no Alentejo Interior. Estudo de um caso: Cuba (1586-1799)*, Memória de Pós-Graduação, FL/UL, Lisboa, (policopiado)
- SANTOS, Piedade et alii, 1987 - *Lisboa Setecentista vista por Estrangeiros*, Lisboa, Livros Horizonte
- SANTOS, Rui, 2005 - "The agrarian Economy of the region of Évora in the first half of the 17th century (1595-1660): an exploration of main indicators", *Revista de Historia Económica*, Ano XXIII, numero Extraordinario, Marcial Pons, Madrid, 349-378
- SARAIVA, Manuel da Costa, 1997 - *Igreja e Comunidade. O caso de Belinho entre os séculos XVII e Início de XX*, ICS/UM, Guimarães (policopiado)
- SERRÃO José Vicente, 1993 – "O Quadro Humano", *História de Portugal*, dirigi. José Matoso, Vol.IV, Circulo de Leitores, Lisboa
- SERRÃO, Joel, 1982 - *A Emigração Portuguesa. Sondagem Histórica*, 4ªed., Col.Horizonte, nº12, Lisboa, Liv.Horizonte
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1975 - "Uma estimativa da população portuguesa em 1640", im *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa – Classe de Letras*, Lisboa, Tom.XVI, 214-303.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1975 - "Uma estimativa da população portuguesa em 1640", *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa – Classe de Letras*, Lisboa, Tom.XVI, 217-218
- SERRÃO, Joel, "Registo Paroquial", *Dicionário de História de Portugal*, vol.III, Figueirinhas, Porto,
- SERRÃO, Joel, 1973 - *Demografia Portuguesa - Fontes de demografia portuguesa. 1800-1862*, 19, Horizonte, Lisboa
- SILVA, A. Vieira da, 1919 - *A População de Lisboa (Estudo Histórico)*, Revista das Obras Públicas e Minas, Lisboa, 13-83
- SILVA, Álvaro Ferreira da, 1993 - *Propriedade, Família e Trabalho no Hinterland de Lisboa. Oeiras, 1738 - 1811*, Lisboa, Cosmos.
- SOARES, Pêro Roiz, 1953 - *Memorial, Acta Universitatis Conimbricensis*, Coimbra
- SOLE, Maria Glória Parra Santos, 2001 - *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*, Monografias 12, AAN / NEPS, Guimarães
- SOUSA, Fernando de Sousa, 1995 - *História da Estatística em Portugal*, INE, Lisboa
- SOUSA, Fernando de Sousa, GONÇALVES, José Silva 1987 - *Memórias de Vila Real*, Vila Real, 2 Vols.
- VEIGA, Teresa e MOREIRA, Maria João Guardado, 2005 - "Modelos de Mortalidade em Portugal", *Ler História*, nº49, Lisboa,145-169.
- VEIGA, Teresa, 1997 - *Cinco Séculos de Quotidiano. A vida em Lisboa do século XV aos nossos dias*, Col. História, nº21, Lisboa, Edições Cosmos



VEIGA, Teresa, 2004 - "A consolidação da mentalidade quantitativa no dealbar da modernidade – o exemplo das contagens de população", *Actas do Colóquio Dom Manuel e a Sua Época*, C.M.Guimarães, Guimarães, 28-35.

VIDAL, Annie, 1994 - *La Pensée Démographique*, Col. Economie en Plus, PUG, Grenoble

VIEIRA, Alberto, 1987 - *O Comércio Inter-Insular nos Séculos XV e XVI*. Madeira, Açores e Canárias, Sec. Reg. Turismo e Cult.- C. de Est. de Hist. do Atlânt., Funchal